



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO MESTRADO PROFISSIONAL DE
SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL (PROFSOCIO)**

MARCOS PAULO VIANA CAMPOS DA CRUZ

**ATUALIDADE BRASILEIRA E O LUGAR DO ENSINO DE
SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE
AUTÔNOMA DOS SUJEITOS AUTORREALIZADOS**

JUAZEIRO/BA

2021

MARCOS PAULO VIANA CAMPOS DA CRUZ

**ATUALIDADE BRASILEIRA E O LUGAR DO ENSINO DE
SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE
AUTÔNOMA DOS SUJEITOS AUTORREALIZADOS**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Juazeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Luzania Barreto Rodrigues
Coorientador: Prof^º Dr^º Delacides Marques

JUAZEIRO/BA

2021

Cruz, Marcos Paulo Viana Campos da
C957a Atualidade brasileira e o lugar do ensino de Sociologia na formação da subjetividade autônoma dos
sujeitos autorrealizados / Marcos Paulo Viana Campos da Cruz. – Juazeiro-BA, 2021.
xii, 147 f.; 29 cm

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia - PROFSOCIO) - Universidade Federal
do Vale do São Francisco, Campus Juazeiro-BA, 2021.

Orientador: Prof^ª Dr^ª Luzania Barreto Rodrigues.

1. Sociologia - Estudo e ensino. I. Título. II. Rodrigues, Luzania Barreto. III. Universidade Federal
do Vale do São Francisco.

CDD 301.07

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE
NACIONAL (PROFSOCIO)

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARCOS PAULO VIANA CAMPOS DA CRUZ

ATUALIDADE BRASILEIRA E O LUGAR DO ENSINO DE
SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE
AUTÔNOMA DOS SUJEITOS AUTORREALIZADOS

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, da Universidade Federal do Vale do São Francisco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 24/09/2021

Banca examinadora



Luzania Barreto Rodrigues, Doutora, Universidade Federal do Vale do São Francisco



Adalton José Marques, Doutor, Universidade Federal do Vale do São Francisco



Gabriel Pugliese Cardoso, Doutor, Universidade Federal do Vale do São Francisco

À minha vizinha Mariêta (*in memoriam*) e a Marques
Sebastião, tio Tião (*in memoriam*). Ele costumava me
dizer: “quando é que você vai escrever seu livro?”

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só possível por causa da contribuição de muitas pessoas que fazem parte da minha vida. Porém, antes de falar delas, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (Profsocio), seus professores e professoras, bem como sua equipe técnica. Em especial, ao professor Delcídes Marques, meu primeiro orientador, com quem pensei o objeto de estudo e os objetivos da minha pesquisa. Infelizmente, não foi possível dar prosseguimento à nossa caminhada. Com ele ficam meus sentimentos e gratidão. À professora Luzânia Barreto Rodrigues, que aceitou ser minha orientadora. Suas contribuições e sugestões ajudaram muito a melhorar o resultado final da pesquisa. Foi pouco o tempo de orientação; no entanto, bastante significativo. Agradeço também a Maisa da Cruz Santos e Michele da Cruz Santos pelo trabalho de revisão.

À minha família, que sempre forneceu as condições e o apoio para a minha formação: desde à época da escola, passando pela graduação e agora no mestrado. A minha mãe, Maria do Socorro, e ao meu pai, Hermógenes: deles só tenho a agradecer o esforço que fizeram para garantir meu acesso a uma educação de qualidade, apoiando-me nos momentos mais difíceis e dando-me autonomia na hora em que tinha que fazer minhas escolhas e tomar minhas decisões. Aos meus irmãos, Martha Simeia e Cláudio Silas. É muito bom, e também tranquilizador, saber que minha alegria com a conclusão deste processo é compartilhada com meus familiares. Isso me dá confiança, inclusive para continuar.

Mas esse momento de alegria é também compartilhado pelos amigos. Aqui, gostaria de agradecer ao meu amigo, desde os tempos do ensino fundamental, Hérbet Fabiano, e ao meu amigo, um pouco mais recente, Matheus Rodrigues. Esse me ajudou muito, incetivando-me a tentar o ingresso neste programa de mestrado. Aos meus colegas de mestrado, uma turma ótima. Certamente um dia nos reencontraremos, presencialmente, para compartilharmos das nossas alegrias.

Meu trabalho de escrita é posterior à organização das minhas ideias e à exposição delas; por isso, a minha necessidade de falar o que estou pensando para conseguir articular as ideias. Ademais, falar traz certo alívio às tensões, que o cumprimento de metas e calendário provoca.

Tudo fica melhor quando a gente direciona a fala a alguém que confiamos e que nos interroga; não somente consente. Dessa forma, queria fazer um agradecimento muito especial a Saiure Ribeiro, minha companheira, minha escuta atenta. Quantas vezes tive que “alugar” o tempo e os ouvidos dela para falar por horas! Somente alguém que aposta muito naquilo que o outro faz se mostra tão disponível. Neste tempo de muito trabalho, no qual tive que demandar dela muita paciência, fiquei pensando comigo: considero-me um sujeito de sorte, porque, apesar de muito moço (nem tanto), me sinto são e salvo e forte.

Eu aprendi/A vida é um jogo/Cada um por si/E Deus
contra todos.

Titãs, Homem primata

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático
que represento está sendo interrompido por uma poderosa
força conservadora e reacionária, com o apoio de uma
imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do
Estado para colocá-las a serviço do mais radical
liberalismo econômico e do retrocesso social.

*Dilma Rousseff em discurso após confirmado, pelo Senado Federal,
seu impeachment, em 31/08/2016*

Põe a semente na terra, não será em vão/Não te
preocupe a colheita, plantas para o irmão.

Toda semente, música cantada nas CEBs

RESUMO

A presente pesquisa é uma discussão teórica que pretende investigar o lugar que o ensino de Sociologia ocupa na formação da subjetividade autônoma dos *sujeitos autorrealizados*, tendo em vista o recrudescimento da racionalidade neoliberal no Brasil, sobretudo a partir da articulação do pensamento conservador e das ideias de extrema-direita, antes e após as eleições de 2018. Para tanto, analisamos o neoliberalismo enquanto sistema normativo fabricante de subjetividades empresariais; em seguida, investigamos elementos de afinidade que possibilitam a articulação do pensamento conservador com o neoliberalismo e a extrema-direita e os possíveis efeitos dessa aliança para o Brasil; mostramos, também, como o sentimento da vergonha de si, o ressentimento e o esquecimento do reconhecimento intersubjetivo são obstáculos que bloqueiam a luta em favor da emancipação; e, por fim, argumentamos a respeito da contribuição do ensino de Sociologia na formação da subjetividade autônoma do *sujeito autorrealizado/emancipado*. A metodologia adotada é essencialmente qualitativa. Partimos da leitura da literatura especializada, da análise de documentos oficiais, de uma entrevista publicada em uma revista de circulação nacional e dos dois discursos de posse do presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro. Para analisar a entrevista e os discursos, utilizamos as noções foucaultianas de dispositivo e nível pré-conceitual, além do pressuposto teórico-prático de Outro da psicanálise. Os documentos oficiais analisados nesta pesquisa foram a Lei 13.415/17, que alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação, a Base Nacional Comum Curricular e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Com a realização dessa pesquisa, acreditamos ter fornecido, para o debate, alguns elementos teóricos e práticos que reafirmam a defesa do ensino de Sociologia nas instituições escolares, sobretudo neste momento em que o Brasil é governado por Jair Messias Bolsonaro, cuja candidatura a presidente, em 2018, representou uma aliança antipopular, designada por nós de *reação reacionária*. O ensino de Sociologia desperta a consciência para a compreensão de que a base da sociedade está no conflito e sua gramática é a luta por reconhecimento intersubjetivo. No nosso entendimento, é essa compreensão que caracteriza a autonomia do *sujeito autorrealizado*.

Palavras-chave: Reação reacionária; conflito; reconhecimento intersubjetivo; ensino de Sociologia; sujeito autorrealizado.

ABSTRACT

The goal of the present research intends a theoretical discussion that aims to investigate the place that the teaching of Sociology occupies in the formation of the autonomous subjectivity of self-actualized individuals, considering the resurgence of neoliberal rationality in Brazil, especially from the articulation of conservative thinking and the ideas of extreme right, before and after the 2018 elections. For this purpose, we analyze neoliberalism as a normative system that produces business subjectivities; then, we investigate affinity elements that enable the articulation of conservative thinking with neoliberalism and the extreme right and the possible effects of this alliance for Brazil; we also show how the feeling of self-ashamedness, resentment and the forgetting of intersubjective recognition are obstacles that block the struggle in favor of emancipation; and, finally, we argue about the contribution of the teaching of Sociology in the formation of the autonomous subjectivity of the self-actualized/emancipated individual. The adopted methodology is essentially qualitative. It started from the reading of specialized literature, the analysis of official documents, from an interview published in a national magazine and both of the two inaugural speeches of the president of Brazil, Jair Messias Bolsonaro. The methodology adopted was the analysis of documents (one interview, two speeches, specialized literature and official documents). To analyze the interview and the speeches, we used Foucault's notions of device and pre-conceptual level, in addition to the theoretical-practical assumption of Other in psychoanalysis. The official documents analyzed in this research were Law 13.415/17, which changed the Law of Guidelines and Base for Education, the Common National Curriculum Base and the Curriculum Guidelines for High School. With this research, we believe we have provided, for the debate, some theoretical and practical elements that reaffirm the defense of the teaching of Sociology in school institutions, especially at this time when Brazil is governed by Jair Messias Bolsonaro, whose candidacy for president, in 2018, represented an anti-popular alliance, which we called a reactionary reaction. The teaching of Sociology raises awareness to the understanding that the basis of society is in conflict and its grammar is the struggle for intersubjective recognition. In our understanding, this comprehension is what characterizes the autonomy of the self-actualized individual.

Keywords: Reactionary reaction; conflict; intersubjective recognition; teaching of Sociology; self-actualized individual.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MPL	Movimento Passe Livre
OCNEM	Orientações Curriculares para o Ensino Médio
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PPP	Projeto Político Pedagógico
PT	Partido dos Trabalhadores
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	12
0.1 Metodologia adotada.....	19
0.2 Organização dos capítulos.....	23
Capítulo 1: Neoliberalismo e a formação de subjetividades empresariais: apresentando o sujeito concorrencial	25
1.1 O sujeito concorrencial, o Outro (neoliberalismo) e os outros (seus semelhantes).....	26
1.2 A conduta concorrencial e a subjetividade empresarial no ambiente escolar.....	28
1.3 O Estado, a educação e a racionalidade neoliberal.....	32
1.4 A concepção antropológica do sujeito concorrencial e o sentimento de vergonha de si ..	36
Capítulo 2: Conservadorismo, liberalismo e neoliberalismo: uma aproximação axiológica e epistemológica	42
2.1 Conservadorismo e liberalismo: em defesa da “segunda natureza” e contra o Estado.....	43
2.2 Neoliberalismo e a concorrência como norma de conduta.....	46
2.3 Neoliberalismo, conservadorismo e o dispositivo da justiça imperfeita.....	51
Capítulo 3: O conservadorismo, o neoliberalismo e a extrema-direita: a reação reacionária que bloqueia a luta por reconhecimento intersubjetivo	58
3.1 Liberalismo, liberdade e segurança.....	59
3.2 Reação reacionária e retrocessos: neoliberalismo, conservadorismo e extrema-direita	64
<i>Liberalismo, neoliberalismo e o governo do medo</i>	69
<i>Mais medo: conservadorismo, neoliberalismo e extrema-direita</i>	71
<i>Epílogo</i>	73
Capítulo 4: A lógica concorrencial e o sentimento da vergonha de si: como o Brasil foi sequestrado pelo ressentimento de classe	77
4.1 A vergonha de si e o ressentimento na política brasileira.....	80
<i>Os dois discursos de posse de Bolsonaro</i>	89
4.2 Capital humano, educação neoliberal e o ensino de Sociologia.....	94

Capítulo 5: Contextualizar para reafirmar a importância do ensino de Sociologia na formação da subjetividade autônoma do sujeito autorrealizado	99
5.1 Sujeito concorrencial, sujeito reificado	100
5.2 Pedagogia da libertação, teoria do reconhecimento e o ensino das humanidades	108
5.3 O lugar do Ensino de Sociologia na reforma do Ensino Médio e na BNCC.....	114
5.4 O lugar do ensino de Sociologia na formação de subjetividades autônomas	119
<i>Epílogo</i>	124
Considerações Finais	126
Referências	134
Apêndice A – Modelo de Plano de Aula	141

INTRODUÇÃO

Em sua tese de doutorado, *Educação e atualidade brasileira*, publicada em 1959, Paulo Freire afirma que o Brasil vem se nutrindo de uma “antinomia fundamental”, qual seja: o povo, devido às mudanças socioeconômicas pelas quais o país vinha passando, emergiu na vida pública nacional; porém, a população que exigia maior participação política não possuía, ainda, uma “disposição mental” adequada para agir numa democracia, pois ela seria “inexperiente” em regimes democráticos. Em outras palavras, para Freire, o povo brasileiro ainda não estava suficientemente preparado para o exercício da cidadania em um país que acabara de sair da ditadura do Estado Novo do presidente Vargas e adentrado num período democrático, após a aprovação da constituição de 1946.

Para fundamentar seu diagnóstico da atualidade sócio-política brasileira, Paulo Freire recorre à história política e econômica do Brasil, destacando o fato de que, no passado, o Brasil foi uma colônia e que, portanto, o afastamento do povo nos momentos mais decisivos da história do país é decorrência de sua herança colonial e, poderíamos acrescentar, escravista. Por causa dela, forjou-se uma sociedade autoritária, em que escolhas e decisões sobre o destino da nação são o resultado de acordos pelo o alto, sem a participação popular. De fato, “a participação das camadas pobres – sempre amplamente majoritárias – da população como protagonista da definição dos destinos da nossa história foi sempre bloqueada por uma sucessão de pactos de elites” (SADER, 1999, p. 9). Foi assim no momento da proclamação da Independência e da República, após o fim oficial da escravidão, quando a população negra foi liberta sem nenhuma contrapartida do Estado, durante o movimento político que conduziu Getúlio Vargas ao poder e até mesmo na configuração da chamada Nova República, inaugurada com a constituição de 1988. Em todos esses momentos, as elites brasileiras se articularam para resolver, por cima, um problema que elas mesmas criaram. Nesse ambiente, conclui Freire:

Na verdade, o que vem caracterizando a nossa vida pública atual é este jogo de contradições. É o povo emergindo no cenário político, rejeitando suas velhas posições quietistas e exigindo novas posições – agora de participação, de atuação e de ingerência na vida brasileira. É o povo emergindo e exigindo soluções, mas, ao mesmo tempo, *assumindo atitudes que deixam transparecer, fortemente, os sinais de sua “inexperiência democrática”*. (FREIRE, 2003, p. 26). [Grifos nossos].

Portanto, seria preciso formar a mentalidade desse novo sujeito público, cada vez mais exigente e participativo no que diz respeito ao exercício de sua cidadania. Todavia, a educação tradicional, nomeada de bancária pelo próprio Freire, é um bloqueio à construção dessa nova subjetividade, porque reproduz a lógica do autoritarismo e da hierarquia já que ela é centrada, fundamentalmente, no verbalismo acrítico, que consiste na transmissão mecânica e acrítica de conhecimentos de alguém que tudo sabe para alguém que nada sabe. Por isso, Paulo Freire propõe um novo modelo de educação, dialético e centrado no diálogo, que valoriza, respeita e acolhe as diversas experiências de vida dos educandos e educandas, que são compreendidos enquanto sujeitos históricos. Só assim a educação ajudará, de fato, no processo de formação das disposições mentais democráticas dos sujeitos críticos. Na educação libertadora, certamente o ensino de Sociologia ocuparia um lugar central e estratégico, porque desenvolveria nos alunos as atitudes críticas da *desnaturalização* e do *estranhamento* dos fenômenos sociais, sem as quais continuariam mantidos, passivamente, em sua condição subjetiva ingênua, quiçá quieta e muda.

Em junho de 2013, o Brasil foi surpreendido por uma série de manifestações nas quais os manifestantes, a maioria egressos da classe média, em especial jovens estudantes, exigiam melhoras em sua qualidade de vida. Segundo José Murilo de Carvalho, por mais paradoxal que seja, foram as melhorias de renda e escolaridade do povo que impulsionaram a saída dessas pessoas às ruas de várias cidades brasileiras, protestando contra o custo de vida. Afirma ele: “mais renda significa também aumento de expectativas e da consciência cidadã [...]. O fenômeno é bem conhecido na história: políticas públicas podem ter consequências imprevistas e não desejadas por seus autores” (CARVALHO, 2019, p. 11). Fenômeno bastante parecido com aquele que Paulo Freire descreveu nos anos de 1950: mudanças socioeconômicas inserem mais gente no espaço público, conscientizando-a sobre sua participação nos destinos da nação. Ocorre que as mobilizações populares continuaram e, em 2016, a presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, foi apeada da presidência da República por meio de um golpe travestido de *impeachment*. Considerando os eventos de 2013 o ovo da serpente para a construção da “base popular” que viabilizou o golpe, Jessé Souza é taxativo ao assegurar que “existe uma linha clara de continuidade entre as glorificadas e midiaticamente manipuladas manifestações de junho de 2013, as assim chamadas ‘jornadas de junho’, e o golpe de abril 2016” (SOUZA, 2016, p. 87). Dois anos depois, em 2018, foi eleito presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro, candidato pela aliança antipopular, que articulou conservadorismo com o programa econômico neoliberal e as ideias de extrema-direita, rompendo o consenso sobre a necessidade dos governos eleitos assumirem o compromisso de respeitar os direitos humanos, combater as desigualdades sociais e garantir a democracia. Sobre esse tema, afirma Luís Felipe Miguel:

Graças à visibilidade que obteve, fruto tanto de uma utilização competente das novas ferramentas tecnológicas quanto pelo espaço concedido nos meios de comunicação tradicionais, a direita extremada, em suas diferentes vertentes, contribuiu para redefinir os termos do debate público no Brasil, *destruindo consensos que pareciam assentados desde o final da ditadura militar*. Ainda que aparecessem vozes dissidentes e que os compromissos muitas vezes fossem apenas fachada, o discurso político aceitável incluía a democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate à desigualdade social [...] A mobilização da direita rompeu com isso (MIGUEL, 2018, p. 23). [Grifos nossos].

Os eventos de 2013 foram, inicialmente, capitaneados pelo Movimento Passe Livre (MPL), contando com a participação de jovens da classe média e periférica das grandes cidades, sobretudo São Paulo. Reivindicavam pautas localizadas, justas e legítimas, protestando contra o aumento das taxas e em favor do direito ao transporte coletivo, assim como por empregos de melhor qualidade. Acontece que, em poucos dias, a configuração das manifestações mudou: “perdia seu sentido popular e reivindicativo e se tornava uma ‘festa popular’ contra a corrupção e a ladroagem na política” (SOUZA, 2016, p. 93). Além da mudança de bandeira, mudou também o perfil dos manifestantes: agora famílias da classe média de renda alta, vestidas com a camiseta da seleção brasileira, empenhadas em “fulanizar” a corrupção, ao responsabilizar os governos petistas e suas principais lideranças pela banalização e sistematização dos males feitos ao país. As investigações conduzidas pela força-tarefa da Lava Jato, diuturnamente mostradas pela mídia comercial, forneceram o lastro jurídico, que legitimou e fortaleceu esse discurso de combate a corrupção. Além de identificar o “inimigo”, essas manifestações criminalizavam a política e os partidos, criando a “base popular” que viabilizou a ascensão da extrema-direita. A despeito da vitória de Dilma Rousseff nas eleições de 2014, o “cidadão de bem”, moralmente íntegro e conservador nos costumes, continuou, nos anos seguintes, saindo às ruas, agora exigindo o *impeachment*. O ódio e o ressentimento de classes ficaram escancarados. Daí até o impedimento, concluído em agosto de 2016, foi um pulo. Assume o vice-presidente, Michel Temer, prometendo implementar a agenda neoliberal de reformas como a única saída para tirar o Brasil da crise econômica. As manifestações cessaram, os noticiários denunciando casos de corrupção continuaram, algumas reformas foram aprovadas e a situação do país, desde então, só piorou. A principal liderança do campo popular, Luiz Inácio Lula da Silva, foi presa no âmbito da operação Lava Jato, condenado em 1ª e 2ª instâncias em tempo recorde e impedido de concorrer às eleições de 2018. Ele era o franco favorito. Resultado: Bolsonaro venceu o pleito eleitoral, concluindo o processo de chegada ao governo do Brasil da *reação reacionária*,

uma articulação antipopular que reúne ideias e pautas conservadoras, neoliberais e de extrema-direita¹.

De fato, a presença maciça de indivíduos e grupos nas ruas de várias cidades do Brasil trouxe a população ao centro da cena política brasileira, exigindo mais participação, ingerência e atuação na vida pública nacional. Sem dúvidas, a conquista e consolidação dos direitos sociais e civis, sobretudo nesse período da chamada Nova República, ampliou o grau de consciência dos indivíduos sobre seus direitos, despertando-os para o exercício da cidadania. No entanto, cabe-nos questionar a respeito do estágio de consciência desses manifestantes “revoltados” com as práticas da velha política, os partidos tradicionais e a corrupção. Não é uma consciência intransitiva, pois nela os sujeitos estão preocupados apenas com a sobrevivência do dia a dia. A conscientização desses manifestantes, pelo contrário, já atingiu o estágio de transitividade, pelo qual há uma forte dose de espiritualidade e historicidade em suas preocupações. Nela, os sujeitos têm seus horizontes alargados e eles conseguem ver mais longe, para além de suas necessidades vegetativas. Porém, ao observarmos atentamente a postura subjetiva desses manifestantes, podemos afirmar que sua consciência transitiva é ainda predominantemente ingênua. Sobre ela, diz-nos Paulo Freire:

A transitividade ingênua se caracteriza pela simplicidade na interpretação dos problemas. Pela tendência a julgar que o tempo melhor foi o tempo passado. Pela transferência da responsabilidade e da autoridade, em vez de sua delegação apenas. Pela subestimação do homem comum. Por uma forte inclinação ao “gregarismo”, característico da massificação. Pela impermeabilidade à investigação, a que corresponde um gosto acentuado pelas explicações fabulosas. Pela fragilidade da argumentação. Por forte teor de emocionalidade. Pela desconfiança de tudo o que é novo. Pelo gosto não propriamente do debate, mas da polêmica. Pelas explicações mágicas. Pela tendência ao conformismo (FREIRE, 2003, pp. 33-34).

O desejo de muitos desses manifestantes por uma nova intervenção militar, reportando ao passado supostamente glorioso do Brasil na época em que foi uma ditadura civil-militar por 21 anos; a superficialidade com a qual interpretam os fatos e a realidade, recorrendo, muitas vezes, a teorias conspiratórias e a notícias falsas; a postura de “vitimização” diante do processo de conquista e reconhecimento dos direitos das minorias historicamente excluídas; a dúvida com relação às investigações e as descobertas científicas e a conduta massificada em grupos de

¹ Para um estudo mais detalhado sobre todo esse processo, ver as seguintes referências bibliográficas: BORRI; BRITES; OLIVEIRA; SILVA (2014); BRUGNAGO; CHAIA (out. 2014-jan. 2015); CEPÊDA (2018); CHALOUB; PERLATTO (2015); CLETO; DORIA; JINKINGS (orgs.) (2016); FERREIRA (2016); GALLEGRO (org.) (2018); GONÇALVES (org.) (2018); LÖWY (2015); MIGUEL (2019); SERRANO (2016); SOUZA (2016; 2017; 2018); TELES (org.) (2017).

referência de extrema-direita são indícios claros que demonstram a ingenuidade da consciência transitiva desses indivíduos. Foram eles, inclusive, que ajudaram a eleger Bolsonaro.

Segundo Paulo Freire, “a promoção da consciência predominantemente intransitiva para a predominantemente transitivo-ingênuo vai paralela à promoção dos padrões econômicos da comunidade”; todavia, o outro passo, o decisivo, aquele que conduz a consciência transitivo-ingênuo em direção a predominantemente transitivo-crítica, não se dará automaticamente, “mas se inserindo num trabalho educativo com essa destinação” (FREIRE, 2003, pp. 36-37). Sem esse trabalho, a consciência transitivo-ingênuo, uma vez distorcida, corre o risco de se rebaixar para uma situação “ostensivamente desumanizada, característica da massificação” (FREIRE, 2003, p. 37). Ora, a colocação do ressentimento e do ódio de classes no cenário político e no debate público brasileiros é a demonstração de que a consciência ingênuo de muitos brasileiros já foi distorcida, bloqueando a luta em prol da emancipação. Essa luta implica a existência de *sujeitos autorrealizados*, cujas consciências são predominantemente críticas e democráticas, abertas ao diálogo dialético. Nesse contexto, e diante da hipótese de que o ensino da Sociologia é decisivo no percurso de formação da subjetividade autônoma dos *sujeitos autorrealizados*, justifica-se tomar-se como objeto de estudo, nesta dissertação, uma discussão teórica sobre qual lugar que o ensino de Sociologia ocupa na formação das subjetividades autônomas, tendo em vista o recrudescimento da racionalidade neoliberal no Brasil, sobretudo a partir da articulação do pensamento conservador e das ideias de extrema-direita, antes e após as eleições de 2018.

Não é uma discussão apenas sobre o ensino de Sociologia, mas, sobretudo, uma reflexão a respeito da urgência e necessidade do ensino dessa disciplina, considerando a atual contextura brasileira. Assim, delineamos como objetivos específicos: analisar o neoliberalismo enquanto sistema normativo fabricante de subjetividades empresariais; investigar elementos de afinidade que possibilitam a articulação do pensamento conservador com o neoliberalismo e a extrema-direita e os possíveis efeitos dessa aliança para o Brasil; mostrar como o sentimento da vergonha de si, o ressentimento e o esquecimento do reconhecimento intersubjetivo são obstáculos que bloqueiam a luta em favor da emancipação; e argumentar a respeito da contribuição do ensino de Sociologia na formação da subjetividade autônoma do *sujeito autorrealizado/emancipado*.

Inicialmente, ao apresentar minha carta de intenção ao ProfSocio (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional), meu objetivo era discutir metodologias de ensino que os/as professores/as de Sociologia utilizariam nas aulas, tendo em vista a formação de sujeitos críticos e autônomos. Objetivávamos também pensar formas de elaboração, participativa e democrática, dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas, em que a prioridade seria a constituição subjetiva desses sujeitos. Ocorre que meu primeiro orientador, Delcídes Marques, apresentou-

me um texto de Eduardo Dullo, no qual ele faz comentários do livro de Paulo Freire, *Educação e atualidade brasileira*. A leitura desse texto me fez modificar a ideia inicial da minha pesquisa, motivando-me a pensar o lugar que o ensino de Sociologia ocupa na formação da subjetividade autônoma dos *sujeitos autorrealizados* na atual contextura brasileira. Ademais, contribuiu para essa mudança a apresentação de um seminário que realizei na disciplina de Teorias das Ciências Sociais (TCS1), ministrada pelo professor Cláudio Roberto Almeida, no qual apresentei o texto *Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectiva na ordem moral da sociedade*, de Axel Honneth. A primeira vez que tive algum contato com suas teses a respeito da teoria do reconhecimento foi quando li o livro do psicanalista Christian Ingo Lenz Dunker, *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros* (2015). O seminário conduziu-me à leitura de dois livros de Axel Honneth: *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (2009) e *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento* (2018), ajudando-me a refletir sobre a contribuição do ensino de Sociologia no processo de formação dos *sujeitos autorrealizados*, assim como identificar alguns obstáculos subjetivos que bloqueiam a luta por reconhecimento intersubjetivo. Tudo isso tendo como contexto a atualidade brasileira.

Delimitamos o período entre os anos de 2016 e 2018 para analisar; isto é, do golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff à eleição de Jair Messias Bolsonaro. Assim, recorremos a uma extensa literatura, cuja leitura nos possibilitou afirmar que neste íterim consolidou-se, no país, uma aliança antipopular conservadora, neoliberal e de extrema-direita. Nomeamos essa articulação de *reação reacionária*. Ela foi apoiada por frações da classe média, que começaram a imputar às gestões petistas (e nesse sentido a grande mídia cumpriu um papel fundamental) a marca da corrupção e a condução do Brasil ao um precipício. Ocorre que a nossa pesquisa junto a literatura especializada, assim como a observação rotineira do comportamento dos apoiadores da *reação reacionária*, seja em conversas informais, ou em suas publicações nas redes sociais, fez-nos perceber que o combate ao mau uso dos recursos públicos foi apenas fachada para algo mais essencial: nos últimos anos, o país foi consumido pelo ressentimento e pelo ódio às classes populares e minorias identitárias, cujas conquistas sociais vistas nas últimas décadas ampliaram as formas do reconhecimento. Assim, dedicamo-nos a investigar a possibilidade de constituição da *reação reacionária*, mediante a identificação dos elementos de afinidade que aproximam o conservadorismo da racionalidade neoliberal e das ideias de extrema-direita, mostrando como essa aliança representa um verdadeiro retrocesso para o povo brasileiro, pois se opõe às políticas de reconhecimento inclusivo com representatividade e redistribuição. As ideias sobre o poder em Michel Foucault e sua compreensão a respeito do governo das condutas nos deram subsídios para estabelecer essa aproximação e afirmar que o princípio da concorrência potencializa, nos

indivíduos, a condição reificada e ressentida, pois o poder neoliberal normatiza esse princípio, instituindo uma governamentalidade fundada na cultura do medo, que é um dos elementos que constituem o neoliberalismo. O medo, antessala do ressentimento e do ódio ao outro, é um afeto que a extrema-direita costuma mobilizar para conquistar espaço na cena política.

Fundamentalmente, a nossa compreensão de neoliberalismo se apoia em Christian Laval e Pierre Dardot no livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, obra que me conduziu a leitura de Foucault, sobretudo de *Segurança, Território, População, Nascimento da biopolítica* e *O sujeito e o poder*. Essas leituras me fizeram indagar sobre que tipo de sujeito o poder neoliberal produz e se ele tem propensão para apoiar a luta social em favor da ampliação das formas do reconhecimento, colocando sua imaginação para pensar formas de sociabilidade humana em que os mecanismos de segurança acolhem as diferenças e a autonomia dos sujeitos sem, contudo, criar medo. Designamos de *sujeito concorrencial empresa de si* o indivíduo que o neoliberalismo fabrica. Para caracterizar sua subjetividade e performatividade, os conceitos da psicanálise freudiana-lacaniana nos foram bastante úteis, pois avaliamos que a compreensão da constituição do sujeito foucaultiano não nos permite estabelecer a articulação entre *sujeito concorrencial*, reificação e ressentimento, com a qual passamos a compreender o motivo pelo qual uma sociedade estruturada sob a lógica normativa da concorrência neoliberal limita ou mesmo bloqueia a realização do reconhecimento intersubjetivo e, portanto, a produção de *sujeitos autorrealizados*.

Em seguida, nosso objetivo foi pensar o papel da educação escolar na constituição das subjetividades. A leitura de *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público* de Christian Laval nos deu base para compreendermos a essência da Lei 13.415/2017, que estabeleceu o Novo Ensino Médio, sob a justificativa aparente de modernizar a educação e melhorar o envolvimento dos estudantes com o processo de ensino-aprendizagem. Concluímos que a meta dessa reforma, associada a preocupação fundamental da BNCC com a aquisição dos “saberes úteis”, é criar as condições para melhor favorecer a formação das disposições mentais dos *sujeitos concorrenciais*. Ou seja, a reforma do Ensino Médio representa o avanço da agenda neoliberal sobre a educação. Doravante, buscamos localizar o ensino de Sociologia nesse novo Ensino Médio, ao tempo em que debatemos o lugar desse ensino na formação da subjetividade autônoma do *sujeito autorrealizado*. Fornecemos argumentos para justificar a hipótese de que o ensino de Sociologia apenas contribui com a formação das disposições mentais desses sujeitos se estiver ancorado nos fundamentos da pedagogia dialógica/libertadora, que afirma e implica uma teoria do reconhecimento.

Por fim, cogitávamos realizar junto à discussão teórica uma pesquisa de campo em uma escola da rede pública para levantar dados empíricos que servissem de subsídios para sustentar nossos argumentos teóricos, ou mesmo revisá-los ou refazê-los. Ocorre que, devido à escassez de tempo (este programa de mestrado tem duração de dois anos), rapidamente abandonamos a realização da pesquisa de campo, priorizando somente a discussão teórica, lastreada na análise de documentos (uma entrevista, dois discursos, literatura especializada e documentos oficiais). A nossa pretensão é continuar a pesquisa, futuramente, em um programa de doutorado.

0.1 Metodologia adotada

No primeiro capítulo, comentamos a entrevista de Eric Nadelstern concedida à revista *Veja* em 2007. Naquela época, ele era CEO da Secretaria de Educação da cidade de Nova York. Nossa intenção foi de mostrar como acontece, na prática, a efetivação do modelo de educação escolar da pedagogia concorrencial. Essa noção foi trabalhada por Gleicy Schommer dos Santos na sua dissertação de mestrado, *Pedagogia concorrencial: uma crítica sobre o lugar estratégico da educação básica na produção de valores neoliberais* (2020). O objetivo da escola neoliberal é o de formar a subjetividade empresarial do *sujeito concorrencial*. Para analisar a entrevista, utilizamos duas ferramentas metodológicas e um pressuposto teórico-prático.

A primeira ferramenta é o *dispositivo* foucaultiano. Ele é “um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault” (AGAMBEN, 2005, p. 9) contendo elementos bastante heterogêneos. O dispositivo é em si mesmo “a rede que se estabelece entre esses elementos” (AGAMBEN, 2005, p. 9)². Ademais, possui uma função estratégica concreta, pois está inscrito em uma relação de poder. O dispositivo tem como suporte uma rede de elementos heterogêneos, isto é, acontecimentos singulares inscritos em um quadro de relações e num regime de práticas³.

² “O que eu tento descobrir sob esse nome é, primeiramente, um conjunto decididamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em resumo: do dito, tanto quanto do não dito, eis os elementos do dispositivo. *O dispositivo propriamente é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.* [...] O que gostaria de descobrir no dispositivo é exatamente a natureza do laço que pode existir entre esses elementos heterogêneos. [...] Por dispositivo entendo uma espécie – digamos – de formação, que, em um dado momento histórico, teve por função maior responder a uma urgência. *O dispositivo tem, pois, uma função estratégica dominante.* [...] O dispositivo era de natureza essencialmente estratégica, o que supõe que se trata aí de uma manipulação de relações de força, seja para desenvolvê-las em uma direção, seja para bloqueá-las, ou para estabilizá-las, utilizá-las. *O dispositivo está, então, sempre inscrito em um jogo de poder,* mas sempre ligado, também, a um ou alguns limites de saber, que nascem dele, mas também o condicionam” (FOUCAULT, 2014, pp. 45-47). [Grifos nossos].

³ Em *A arqueologia do saber*, “Foucault fala de três tipos de relações que estão completamente imbricadas nas formas de exercício do poder – as relações de poder, as relações de comunicação e as capacidades objetivas. [...] Os sentidos se produzem no conjunto dessas relações, ainda que o domínio das técnicas (da transformação do real),

Mais importante do que descrever o acontecimento em si é compreender as práticas discursivas que dão sentido a ele, compostas por elementos díspares entrelaçados. O dispositivo é um aporte metodológico muito útil para a compreensão desse entrelaçamento⁴. Dispomos do “dispositivo desempenho/gozo”, proposto por Christian Laval e Pierre Dardot, e do *dispositivo da justiça imperfeita*, apresentado por nós no capítulo dois, para a análise da entrevista de Eric Nadelstern.

A segunda ferramenta é o *nível pré-conceitual* foucaultiano. Na *Arqueologia do saber*, Michel Foucault afirma que:

o que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos, é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns com os outros. [...] É esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual (FOUCAULT, 2017, pp. 70-71).

Em seguida, diz que “tal análise [do sistema de formação conceitual] refere-se, pois, num nível de certa forma *pré-conceitual*, ao campo em que os conceitos podem coexistir às regras as quais esse campo está submetido” (FOUCAULT, 2017, p. 71). Segundo ele, a rede conceitual é descrita “a partir de regularidades intrínsecas do discurso”. Portanto, uma prática discursiva é um tecido composto de vários elementos que se encandeiam, no qual cada elemento se relaciona com os outros, formando um sistema conceitual singular – um acontecimento. Na análise do discurso, importa compreender esse sistema, utilizando os dispositivos e recorrendo à caixa de ferramentas para retirar dali os conceitos e noções que sejam úteis para compreensão de uma prática discursiva. No caso da fala de Eric Nadelstern, adotamos as noções conceituais de pedagogia concorrencial, capital humano, “saberes úteis”, concorrencialismo e meritocracia.

Por derradeiro, o pressuposto teórico-prático: *quando o sujeito fala, algo fala nele*. Esse algo, que tem um corpo, mas não existe, é da ordem do simbólico e chama-se Outro. Mas quem é o Outro?

Como discurso do inconsciente é um lugar. É o alhures de onde o sujeito é mais pensado do que pensa. É a alteridade do eu consciente. [...] É de onde vêm as determinações simbólicas da história do sujeito. É o arquivo dos ditos de todos os outros que foram importantes para o sujeito em sua infância e até mesmo antes de ter nascido. [...] É um lugar simbólico, *lugar dos significantes*, onde as cadeias significantes do sujeito se articulam *determinando o que o sujeito pensa, fala, sente e*

o domínio da comunicação (da fabricação dos sentidos) e o domínio de coação (de ação dos homens sobre os homens) não se apresentem necessariamente de forma uniforme e constante” (SARGENTINI, 2015, p. 20).

⁴ Aqui, é importante demarcar, mais uma vez, que o sujeito é constituído pelos dispositivos; no entanto, a posição dele diante dos dispositivos não é uma mera passividade; pelo contrário, o processo de subjetivação conta com a participação ativa do indivíduo, que decide se “sujeitar” a esses dispositivos.

age. Nada do sujeito escapa ao Outro: sua mente e seu corpo, seus movimentos e seus atos. Seus sonhos e sua vigília (QUINET, 2012, pp. 20-22)⁵. [Grifos nossos].

Eric Nadelstern se apoia na normatividade do neoliberalismo, que ocupa, para o sujeito concorrencial, o lugar do Outro. Seu discurso, portanto, presentifica, para o indivíduo, o desejo desse Outro, que aliena o sujeito neoliberal aos significantes *competitivo e empresa de si*⁶, que, assim como uma empresa, na qual os investimentos realizados aguardam um retorno financeiro almejado, é alguém dedicado em preparar-se da melhor forma possível para acirrada disputa no mercado de trabalho competitivo.

A afinidade entre conservadorismo, neoliberalismo e a extrema-direita foi demonstrada nos capítulos dois e três, nos quais analisamos os livros: *Como ser um conservador* de Roger Scruton; *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários* de João Pereira Coutinho; *O caminho da servidão* de Friedrich August Hayek; *Liberalismo* e *As seis lições* de Ludwig Von Mises, a fim de identificar seus elementos de afinidade. Os dois primeiros são intelectuais conservadores bem conhecidos no Brasil; os dois últimos, precursores da chamada Escola Austríaca de Economia. Salientamos que, a despeito de escolhermos essas obras bastante representativas, o conservadorismo, o neoliberalismo e a extrema-direita são três fenômenos bem complexos e heterogêneos. Esse trabalho de aproximação é, portanto, parcial e focalizado. No segundo capítulo, identificamos os elementos que aproximam conservadorismo, liberalismo e neoliberalismo; no três, a aproximação efetuada é entre liberalismo, neoliberalismo e extrema-direita e entre a extrema-direita e o conservadorismo.

No capítulo quatro, fizemos uma análise dos dois discursos de posse de Bolsonaro, para identificarmos o modo como, na sua fala, apresenta-se a articulação da *reação reacionária* no Brasil. Para tanto, utilizamos das mesmas ferramentas metodológicas e do mesmo pressuposto

⁵ Em *Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano*, Lacan afirma que o Outro “é sítio prévio do puro sujeito do significante”; é o Senhor/Mestre absoluto, que antecede a existência do sujeito, de tal forma que “é do Outro que o sujeito recebe a própria mensagem que emite”. O sujeito se expressa por meio da Fala do Outro, nutrindo de verdade aquilo que afirma de si mesmo, pois o Outro é a “testemunha da Verdade”; seus significantes representam o sujeito para outros significantes (LACAN, 1998, p. 821). Lacan assevera que o “desejo do homem é o desejo do Outro; é como Outro que ele deseja” (1998, p. 829). Os olhares e as vozes dos outros, seus semelhantes, e do Outro, o “tesouro dos significantes”, sobre o ser que foi gerado no ventre da mãe, fazem com que, no caso do ser humano, quando ele ainda nem nasceu, ocorra uma prematuração genérica de seu nascimento (LACAN, 1996, p. 824).

⁶ Neste processo de identificação e alienação do sujeito ao significante do Outro, o sujeito não se mantém numa posição passiva e inerte. Este processo de alienação pela identificação é parecido com o processo de constituição de identidades proposto por Judith Butler, no qual “a identidade é, ao mesmo tempo, o resultado da imposição da norma disciplinar sobre o sujeito e do seu engajamento na sua reprodução. Assim, embora o preço da obtenção de uma identidade socialmente inteligível seja a subordinação à norma que nos aprisiona em papéis sociais rígidos, esse processo de encarceramento só é bem-sucedido quando o próprio sujeito participa ativamente” (CYFER, 2013, pp. 239-40). Ver BUTLER, 2017, pp. 17-70.

teórico-prático adotados no capítulo um. Empregamos os dispositivos “desempenho/gozo” e da *justiça imperfeita*, além das noções conceituais de conservadorismo, neoliberalismo, extrema-direita, luta de classes, capitais sociais e ressentimento, afirmando que seus discursos expressam a articulação das ideias conservadoras com o pensamento neoliberal e de extrema-direita.

Por fim, no capítulo cinco, a documentação analisada foi a Lei 13.415/17, que alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), promovendo mudanças no Ensino Médio; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio, sobretudo sua Introdução e a parte sobre o Ensino Médio, em especial, o tópico que trata da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCNEM). O objetivo consiste em identificar o lugar do ensino de Sociologia nesse novo modelo de educação e até que ponto essas mudanças na educação básica são compatíveis com a normatividade do poder neoliberal. Apresentamos também as contribuições que o ensino das humanidades oferece à prática de uma educação libertadora, destacando o ensino de Sociologia, porque supomos que ele possibilita o desenvolvimento, nos estudantes, das atitudes críticas da *desnaturalização* e do *estranhamento* dos fenômenos sociais.

Todo documento possibilita, por parte dos distintos agentes, leituras variadas e seu foco muda “em função do recorte feito” (KARNAL; TATSCH, 2020, p. 12); logo, o conteúdo do documento sempre excede a interpretação que o pesquisador faz dele, fazendo, assim, com que sua leitura seja, a todo tempo, recortada, parcial e focalizada. Ademais, no caso específico dos discursos e pronunciamentos, eles são documentos que possuem uma estrutura interna própria; portanto, precisam ser interrogados com relação à sua produção, o que significa dizer situá-los nas relações de poder que lhe dão sentido. Devemos, por isso, questionar-nos como eles foram produzidos, à época, por quem e em que contexto histórico. Dessa forma, a pergunta orientadora condutora da análise que fizemos das falas de Nadelstern e Bolsonaro foi: quem se apresenta na fala daquele que pronuncia um discurso? Isto é, qual o lugar da fala do discursador?

Outro ponto fundamental: os sujeitos e os objetos não preexistem aos discursos, mas são constituídos por eles. Assim, o indivíduo apenas adquire uma identidade de sujeito no momento em que pronuncia ou escreve discursos e pronunciamentos. O discurso pronunciado é mais que um reflexo de um acontecimento factual, ele é um acontecimento com estrutura interna própria. Sua análise comporta dois aspectos: o externo e o interno. No primeiro, o pesquisador considera as condições históricas de possibilidade de elaboração do discurso, indagando-se a respeito das “ligações daquele discurso ou pronunciamento com tudo aquilo que o transcende, com tudo que o margeia” (ALBUQUERQUE JR, 2020, p. 236). No aspecto interno, o discurso deixa de ser

algo que remete a um acontecimento e passa a ser, ele próprio, um acontecimento, passível de questionamento.

0.2 Organização dos capítulos

Esta discussão teórica possui cinco capítulos. No primeiro, o objetivo é o de apresentar o *sujeito concorrencial* e explicar por que o neoliberalismo é um sistema normativo, que produz subjetividades empresariais, sendo, assim, o *Outro do sujeito concorrencial*. O fundamento do neoliberalismo é a concorrência, que é generalizada em todo tecido social. A escola é um dos espaços sociais onde esse princípio é naturalizado como norma que orienta a conduta social dos indivíduos. Para Honneth, os textos de Nicolau Maquiavel e de Thomas Hobbes fornecem um fundamento antropológico para justificar a lógica da concorrência, que habitua os indivíduos a compararem a vida a um jogo em que os competidores estão em disputa ininterrupta, buscando o desempenho pessoal, profissional e social que melhor responde às exigências do mercado competitivo. O fracasso individual pode vir a acometê-los com o sentimento da vergonha de si.

No segundo capítulo, identificamos os elementos de afinidade que aproximam as ideias conservadoras do pensamento liberal e neoliberal. Trabalhamos a noção de “segunda natureza”, que aparece nos textos clássicos do liberalismo e do conservadorismo, assim como o papel do Estado segundo a perspectiva conservadora e neoliberal. Por fim, mostramos que a justificação ideológica do concorrencialismo, que pressupõe a desigualdade como algo inerente à condição humana, encontra-se na tese conservadora sobre a imperfeição da natureza humana.

Já no terceiro capítulo mostramos que a articulação da agenda conservadora e neoliberal em um governo de extrema-direita é algo totalmente factível. No Brasil, nomeamos essa junção orgânica de *reação reacionária*. Discutimos o difícil equilíbrio entre segurança e liberdade no interior do liberalismo. O conflito entre esses dois princípios estruturantes do liberalismo resulta na produção de seu terceiro elemento constitutivo: o medo. Ele é a antessala do ressentimento e do ódio, afetos habilmente mobilizados pela ação política da extrema-direita. A chegada da *reação reacionária* ao governo é um retrocesso na luta por reconhecimento intersubjetivo.

No penúltimo capítulo, nossa meta é entender o modo pelo qual o Brasil foi sequestrado pelo ressentimento e ódio de classe. O princípio da concorrência, que coloca os indivíduos numa situação de disputa incessante, potencializa a produção de sujeitos envergonhados, sobretudo numa sociedade que demanda deles o máximo desempenho. O temor do *sujeito concorrencial* é justamente a vergonha diante da insuficiência e incapacidade de sustentar a imagem de pessoa

bem-sucedida. A preocupação da educação escolar neoliberal é, sobretudo, com a formação do *sujeito concorrencial empresa de si*. A escola é o local privilegiado no qual há o aprimoramento do capital humano. Nesse ambiente, o ensino da Sociologia, dedicado ao desenvolvimento das atitudes da desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais, é secundarizado, uma vez que não viabiliza a aquisição de “saberes úteis” à adequada sujeição dos estudantes ao *Ideal do Eu do Outro do sujeito concorrencial*.

Por fim, no quinto capítulo, o centro da discussão é o *sujeito autorrealizado/emancipado* diante do *sujeito concorrencial empresa de si* e como o ensino de Sociologia, nos termos da pedagogia libertadora, favorece a formação da subjetividade autônoma dele. Explicamos que a conduta dos indivíduos, sob a égide do princípio da concorrência, promove atitudes reificantes. Enquanto a educação neoliberal forma *sujeitos concorrenciais*, a educação libertadora, fundada numa teoria do reconhecimento, forma *sujeitos autorrealizados/emancipados*. Na primeira, o ensino de Sociologia é considerado secundário; na segunda, ocupa uma posição de centralidade. Reafirmamos a urgente necessidade do ensino de Sociologia, tendo em vista a atual contextura brasileira de recrudescimento do pensamento conservador, da agenda neoliberal e das ideias de extrema-direita.

Capítulo 1

NEOLIBERALISMO E A FORMAÇÃO DE SUBJETIVIDADES EMPRESARIAIS: APRESENTANDO O SUJEITO CONCORRENCIAL

No presente capítulo, apresentaremos o *sujeito concorrencial*, indivíduo subordinado às normas de conduta do neoliberalismo, que é um *sistema normativo fabricante de subjetividades empresariais*. A generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação impõe ao mundo capitalista uma nova razão, que orienta a prática de governos, empresas e indivíduos. Essa nova razão “tende à totalização, isto é, a ‘fazer o mundo’ por seu poder de integração de *todas* as dimensões da existência humana” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Faremos uma análise sobre o modo como a subjetividade dos *sujeitos concorrenciais* se constitui. Para isso, utilizaremos conceitos da psicanálise, buscando identificar o lugar que o sistema normativo neoliberal ocupa nesse processo e a carga libidinal dos afetos que o indivíduo faz circular na relação dele com o sistema (o grande Outro) e com os outros seus semelhantes (o pequeno outro). Defenderemos a hipótese de que *o neoliberalismo é o Outro do sujeito concorrencial*. Em seu imaginário, ele acredita que o critério pressuposto para alguém ser uma pessoa bem-sucedida é ocupar um lugar no desejo desse Outro, que, com sua *voz de comando e orientação* e seu *olhar de vigia selecionador*, mobiliza as pulsões invocante e escópica do *sujeito concorrencial*, que tem como meta ser amado e reconhecido pelo Outro. Ocorre que os pequenos outros possuem qualidades e capacidades semelhantes a dele, podendo também gozar com a satisfação que a ocupação no desejo do Outro proporciona. Entendemos, portanto, que *a disputa por um lugar no desejo do Outro do sujeito concorrencial fundamenta a concorrência entre os indivíduos*, semelhantes e rivais ao mesmo tempo.

Em seguida, analisaremos a entrevista de Eric Nadelstern, ex-secretário de educação de Nova York, a fim de localizarmos qual o papel que a escola assume nesse processo de formação da subjetividade do *sujeito concorrencial*. O “governo empresarial”, que administra o Estado subordinado à racionalidade neoliberal, transforma a escola em um lugar estratégico, no qual o ensino tem como objetivo a preparação dos indivíduos para a disputa no mercado competitivo, inculcando neles os valores da competição e da meritocracia, com os quais orientarão a própria

conduta no palco da vida. Por fim, na última parte deste capítulo, veremos que, na sociedade do risco, em que o sucesso de um corresponde ao fracasso do outro, o sentimento da vergonha substitui o da culpa, porque é uma sociedade que valoriza o máximo desempenho performático dos indivíduos, atrelando seu sucesso a essa performance. Ela normatiza a concorrência, cujo fundamento antropológico, na modernidade, pode ser situado nos textos de Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes. Nas sociedades estruturadas segundo o princípio normativo da concorrência, a ação utilitarista dos indivíduos é motivada apenas por interesses econômicos, o que bloqueia a luta em favor do estabelecimento das normas que ampliam as formas do reconhecimento.

1.1 O sujeito concorrencial, o Outro (neoliberalismo) e os outros (seus semelhantes)

Na sua relação com o Outro, o *sujeito concorrencial* recalca afetos negativos e libera afetos positivos, assumindo uma *atitude performática positivada* de adequação de si mesmo ao *Ideal do Eu do neoliberalismo*. Já na sua relação afetiva com os outros seus semelhantes, ocorre a liberação de afetos ambivalentes, porque o outro é, simultaneamente, objeto de admiração e inveja, de amor e de ódio. Como objeto de amor, o outro é para o eu um eu-ideal, aquele que “o sujeito passará a vida toda tentando se igualar” (QUINET, 2012, p.17); como objeto de inveja e de ódio, o outro é, no imaginário do eu, um rival que conseguiu ou conseguirá ocupar um lugar no desejo do Outro. Alguém que se consubstanciou ao *paradigma normativo (o Ideal do Eu) do Outro do sujeito concorrencial*. Em outras palavras, obteve o gozo, pois o desempenho de sua performance correspondeu ao desejo do Outro.

Ocupando ou portando, no imaginário do eu, o objeto *a*, objeto perdido causa do desejo, o outro é uma imagem especular a partir da qual o eu se constitui enquanto suposta unidade em busca de reconhecimento. Mas o eu é no fundo um sujeito vazio, cindido, dividido, fragilizado, indefinível e indecifrável, que só se percebe como tal quando se depara com o fato de que o Outro, por ser furado, falta, pois não garante ao sujeito um significante que seja capaz de defini-lo, dizer o que o sujeito é⁷. De fato, existe um furo no desejo do Outro, de modo que o sujeito somente emerge quando o eu, que almeja o tempo todo o olhar de reconhecimento do Outro, fracassa em conquistá-lo, envergonhando-se diante do olhar dos outros. Esse é o lado trucidador do Outro, que o *sujeito concorrencial* não percebe, pois para ele não é a injustiça do Outro, que privilegia poucos em detrimento de muitos, promovendo as desigualdades sociais, que bloqueia

⁷ “Um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante”, de tal forma que esse significante que falta “será aquele para o qual todos os outros significantes representam o sujeito: ou seja, na falta desse significante, todos os demais não representariam nada. Já que nada é representado senão para algo” (LACAN, 1998, P. 833).

seu reconhecimento de pessoa digna de confiança, respeito e estima, mas sua incompetência ao preparar-se para a acirrada disputa pelo concorrido desejo do Outro, que oferece, igualmente, a todos as mesmas oportunidades.

O objeto *a* é “aquilo atrás do qual passamos a vida correndo” (QUINET, 2012, p. 34). “É esse objeto que o sujeito busca no Outro para satisfazer sua pulsão que, conjugando atividade e passividade, se dirige ao Outro e retorna ao sujeito trazendo satisfação” (QUINET, 2012, p. 38). No imaginário do eu, esse objeto, que se aloja no íntimo do Outro, e por meio do qual ele, supostamente, apropriar-se-ia do desejo do Outro, encontra-se com o pequeno outro, que é seu semelhante. O fato do eu localizar o objeto *a*, objeto condensador de gozo, no outro, desperta nele diversos sentimentos ambivalentes, pois, se por um lado, o outro torna-se, para o eu, objeto de desejo; por outro, é fonte de inveja, já que possui algo que ele gostaria de ter. O objeto *a* é também objeto mais-de-gozar; objeto para o qual a pulsão se dirige em busca de uma satisfação plena impossível de ocorrer, porque ela “não pode atingir o objeto que poderia satisfazê-la, pois ele está, por definição, estruturalmente perdido” (QUINET, 2012, p. 37). Portanto, há nela um real de gozo que jamais poderá ser simbolizado. Dessa forma, no imaginário do eu, o outro, que possui o objeto *a*, sempre tem um gozo a mais que ele. É como se, na disputa pelo desejo do Outro, a performance do pequeno outro estivesse sempre além do desempenho performático do *sujeito concorrencial*, que se angustia com a sensação de que algo falta nele, o que justificaria a falta do Outro.

Ao sujeito que se define como uma entidade em constante competição, cabe se esforçar mais, investir mais em si mesmo para melhor se qualificar para disputa com outros por um lugar no desejo do Outro. “Ele [o *sujeito concorrencial*] deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). A conquista de um lugar no desejo do Outro fica, portanto, na dependência do desempenho performático adequado do *sujeito concorrencial*.

Entendemos que o sentimento de vergonha do *sujeito concorrencial* diante do olhar dos outros decorre da decepção que ele, em seu imaginário, acredita ter provocado no Outro, ao não conseguir adequar-se corretamente às suas exigências normativas. Essa profunda *vergonha de si* acomete o sujeito com sofrimentos narcísicos, cuja solução pode levá-lo ao ressentimento⁸. A *vergonha de si* seria uma espécie de autopunição que o sujeito se impõe por ter falhado na sua busca pelo olhar primordial de reconhecimento do Outro. Portanto, ao mesmo tempo em

⁸ Para mais detalhes, ver capítulo 4.

que o Outro estabelece demandas de reconhecimento social e normas de conduta – que precisam ser incorporadas pelo sujeito que almeja uma vida bem-sucedida – produz e gerencia, também, formas de sofrimento, que são aceitas pelo sujeito como uma maneira de se penalizar por suas faltas e carências⁹. A referência subjetiva a partir da qual o *sujeito concorrencial* se constitui é o paradigma normativo (Ideal do Eu) do neoliberalismo, que é o Outro do sujeito concorrencial, composto por demandas de reconhecimento social em disputa, normatização da concorrência e modalidades narcísicas de sofrimento.

Inscrito na lógica da concorrência, o *sujeito concorrencial* termina perdendo de vista o fato de que, no processo de socialização, sua individualidade é constituída intersubjetivamente. Em outras palavras, na socialização, os indivíduos buscam o reconhecimento mútuo de seus sentimentos de *sujeitos autorrealizados*¹⁰. Ocorre que a normatização da concorrência faz com que a consciência dos *sujeitos concorrenciais* reduza sua capacidade de perceber o vínculo entre a experiência de injustiça e a existência de formas estruturais de desrespeito, que precisam ser subvertidas quando, no horizonte, está a construção de uma sociedade verdadeiramente livre e igual. Sem essa capacidade de percepção, o que existe são indivíduos competindo entre si pelos capitais socialmente valorizados, incapacitados de se revoltar contra a injustiça que estrutura o neoliberalismo.

1.2 A conduta concorrencial e a subjetividade empresarial no ambiente escolar

No capítulo nono, “A fábrica do sujeito neoliberal”, do livro *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*, Pierre Dardot e Christian Laval argumentam que o sujeito neoliberal opera por meio do dispositivo desempenho/gozo. Podemos dizer que, na verdade, ele não apenas atua performaticamente a partir dos ditames que compõem esse dispositivo, mas também é operado por ele, isto é, o corpo e a alma do *sujeito concorrencial* carregam as marcas do dispositivo desempenho/gozo. É um sujeito competitivo que busca o tempo todo o melhor desempenho, atuando dentro da lógica do ganha-ganha, tanto profissional, quanto socialmente.

⁹ Concordamos, portanto, com Vladimir Safatle, que no texto *Em direção a um novo modelo de crítica: as possibilidades de recuperação contemporânea do conceito de patologia social*, diz: “as patologias são setores fundamentais de processos de socialização. Socializamos sujeitos, entre outras coisas, ao fazer com que eles internalizem modos de inscrever seus sofrimentos, seus ‘desvios’ e descontentamentos em quadros clínicos socialmente reconhecidos. Não se socializa apenas levando sujeitos a internalizarem disposições normativas positivas, mas principalmente ao lhes fornecer uma gramática social do sofrimento, ou seja, quadros patológicos oferecidos pelo saber médico de uma época. Não se socializa apenas através da enunciação da regra, mas principalmente através da gestão das margens” (SAFATLE, 2019, p. 9). [Grifos nossos].

¹⁰ Para mais detalhes, ver capítulos 3 e 5.

O esporte é utilizado por ele como metáfora da vida social, que é concebida como um palco no qual se desenrola a competição entre seus personagens; no final, vence quem tiver o melhor desempenho. Todavia, não é apenas no trabalho e no esporte que o desempenho é o dispositivo que causa o gozo da pulsão; é assim também no que se refere à vida sexual. “Número e duração das relações, qualidade e intensidade dos orgasmos, variedade e atributos dos parceiros, número e tipos de posições, estimulação e conservação da libido em todas as idades tornam-se objeto de pesquisas detalhadas e recomendações precisas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 353). Acontece que, uma vez sentido, o gozo da pulsão faz o sujeito sempre querer repetir, de maneira indefinida, a sensação prazerosa que obtém todas as vezes que alcança o melhor desempenho¹¹.

No dispositivo em questão, a empresa se identifica com os campeões, os quais patrocina e dos quais explora a imagem, e o mundo do esporte, como bem sabemos, torna-se um laboratório do *business* sem constrangimentos. Os esportistas são encarnações perfeitas do empreendedor de si, que não hesitam um instante sequer em se vender a quem pagar mais, sem muitas considerações a respeito da lealdade e da fidelidade. Mais ainda, o cuidado com o corpo, o aprimoramento de si mesmo, a procura de sensações fortes, o fascínio pelo “extremo”, a preferência pelo lazer ativo e a superação idealizada dos “limites” indicam que o modelo esportivo não se reduz ao espetáculo recreativo de “poderosos” devorando uns aos outros. Alguns jogos televisivos, os chamados “reality TV”, também ilustram essa “luta pela vida”, em que apenas os mais espertos e, com frequência, os mais cínicos conseguem “sobreviver” (*Survivor*, e sua versão francesa *Koh Lanta*), reativando num contexto muito diferente o mito de Robinson Crusóe e a “Sobrevivência dos mais aptos” em situação de perigo extraordinário (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 354).

A incorporação, pelo indivíduo, das normas de conduta do poder neoliberal ocorre em diversos espaços institucionais (escola, Exército, repartições públicas) e tem como objetivo final tornar o sujeito alguém que gerencia e vigia a si mesmo. Quando Foucault discute o termo governamentalidade nas aulas dos cursos *Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica*, ele mostra que o governo é precisamente uma atividade, cuja finalidade é reger a conduta das pessoas no interior de um quadro de possibilidades, mediante o uso de instrumentos

¹¹ “A satisfação da pulsão é paradoxal, pois ela exige uma satisfação constante que, no entanto, é impossível devido aos status de objeto perdido. A pulsão jamais se satisfaz inteiramente, pois responder totalmente à exigência pulsional implica o gozo total, a morte. [...] Freud definiu o ‘desprazer neurótico’ como ‘um prazer que não pode ser sentido como tal’. Há um prazer na dor. [...] O termo *gozo*, proposto por Lacan, engloba a satisfação pulsional com seu paradoxo de prazer no desprazer” (QUINET, 2012, pp. 42-43). O dispositivo desempenho/gozo ilustra bem este paradoxo no *sujeito concorrencial*, uma vez que a sensação prazerosa resultante da satisfação pulsional é posterior ao desconforto, que certamente a disciplina e o esforço pessoal, bem como a angústia diante do risco, provocam. “Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo *trabalhar a si mesmo* com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. O que distingue esse sujeito é o próprio processo de aprimoramento que ele realiza sobre si mesmo, levando-o a melhorar incessantemente seus resultados e desempenhos.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 333).

do aparato estatal¹². O papel do Estado, submetido à racionalidade neoliberal, consiste em criar situações objetivas de concorrência, colocando suas instituições a serviço dessa nova razão do mundo. Nelas, a competição, a formação e a aprendizagem acontecem sem cessar. No processo de formação da subjetividade dos sujeitos neoliberais, a empresa é apresentada como “o” modelo de subjetivação *tout court* – local não apenas de realização pessoal, mas, acima de tudo, de competição.

A racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. “Empresa” é também o nome que se deve dar ao governo de si na era neoliberal. [...] O lugar de todas as inovações, da mudança permanente, da adaptação contínua às variações da demanda do mercado, da busca de excelência, da “falha zero”, onde o indivíduo aprende a ser “o mais eficaz possível”, que se mostra “inteiramente envolvido no trabalho”, buscando “aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua”, aceitando “a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016, pp. 328-30).

Em entrevista concedida à revista *Veja*, em 2007, Eric Nadelstern defende um modelo de escola empresarial, dedicada a formar a subjetividade do *sujeito concorrencial*. Na época, ele era CEO na Secretaria de Educação da cidade de Nova York, cujo prefeito era o empresário Michael Bloomberg. Como “diretor executivo” de uma secretaria do poder executivo da maior cidade dos Estados Unidos, o professor da Columbia University comandava “uma das reformas mais radicais já feitas tendo como alvo uma rede tão grande de escolas públicas”. Queixando-se de que a escola do século XXI tem a cara da escola do século XIX, Nadelstern defendeu que “para fazer de uma escola um exemplo de excelência, é preciso dar incentivos concretos a quem trabalha nela, tal qual em qualquer empresa”.

Quando perguntado se seria mesmo possível transformar as escolas de má qualidade em bons colégios, o entrevistado respondeu que sim, mas para que isso ocorresse, “o primeiro passo é mudar radicalmente a velha cultura que abomina a competição e a meritocracia no ambiente escolar”. Para ele, é motivo de perplexidade o fato de que “mesmo em um país como os Estados Unidos, alguns dos conceitos mais fundamentais na sociedade sejam tratados nas escolas como pecados capitais. É preciso superar esse ranço para, aí sim, começar a sonhar com melhorias no ensino”. Neste trecho da conversa, Nadelstern apresenta um dos significantes ao qual o *sujeito*

¹² No segundo e terceiro capítulos, discutiremos essa noção foucaultiana quando um dos nos objetivos será analisar a atual conjuntura política brasileira marcada pela aliança entre conservadorismo e extrema-direita, tendo em vista implantação da agenda neoliberal.

concorrencial está alienado: competitivo. Ademais, repete um dos enunciados que caracterizam o discurso neoliberal: todo indivíduo possui capacidade suficiente para prosperar sem precisar da ajuda do Estado, da sociedade e da família; basta apenas se esforçar e se qualificar. É o valor da meritocracia ganhando destaque na fala dele.

Especialista de si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia tornar-se uma disciplina pessoal (DARDOT; LAVAL, 2016, pp. 330-31).

De fato, o intervencionismo estatal neoliberal “visa, em primeiro lugar, a criar situações de concorrência que supostamente privilegiam os mais ‘aptos’ e os mais fortes e a adaptar os indivíduos à competição, considerada a fonte de todos benefícios” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 288). É isto que Nadelstern defende em sua fala: uma intervenção cirúrgica do Estado na área da educação pública com o objetivo principal de criar as situações de concorrência no setor. A ideia é simples e atende aos princípios da racionalidade neoliberal: implantar um sistema de gestão totalmente dedicado à obtenção de resultados. Para isso, é preciso que a gestão pública estabeleça metas para a área da educação e conceda autonomia suficiente às unidades escolares para que elas administrem seus recursos da maneira que acharem melhor. Aquelas que cumprem as metas no prazo determinado, recebem premiações como uma forma de reconhecer o esforço feito. Internamente, as escolas devem criar mecanismos personalizados de gratificação para o/as professores/as mais capacitados/as, isto é, os/as que “acertam”, e ensinar o valor da meritocracia aos alunos/as, mostrando para eles/as que o mercado de trabalho é um mundo competitivo, no qual somente os mais bem preparados/as e dedicados/as gozarão com uma vida bem-sucedida. As práticas pedagógicas precisam, portanto, trazer a lógica do mundo da vida para dentro das escolas.

Vejamos como cada um desses princípios da racionalidade neoliberal se materializa na fala de Eric Nadelstern. Diz ele:

Damos a autonomia e, em troca, o diretor assina um contrato com a prefeitura em que se compromete a fazer seus estudantes alcançarem uma determinada média de notas, a reduzir a evasão, a combater a repetência, e por aí vai. Se as escolas não cumprem tais metas, recebem menos dinheiro do que as demais que mostram avanço nos indicadores.

Seguem fragmentos da entrevista, nos quais Naldestern detalha a lógica da racionalidade neoliberal:

“No novo sistema, os diretores recebem dinheiro da prefeitura e são livres para administrar a escola como julgarem melhor”. “Não dá para ter bom ensino sem reunir na escola um grupo de profissionais obcecados por acertar. [...] Para contar com uma tropa de gente decidida a fazer de determinada escola um exemplo de excelência, é preciso antes de tudo lhe dar incentivos concretos, tal qual ocorre em uma empresa privada. [...] Premiar com mais dinheiro diretores e professores que alcancem os melhores resultados”. “Em sociedades modernas tão afeitas às estatísticas, não há por que não aferir a qualidade dos professores atribuindo-lhes notas numa escala numérica. [...] Se a classe de um professor vai mal numa série de testes, é um sinal de que ele está falhando. Por outro lado, quando há um consistente avanço nas notas, temos em mãos um poderoso indicador do seu talento ao lecionar”. “A competição empurra as pessoas para a frente. Nas escolas, as crianças a encaram como uma gincana, na qual, para sair vencedoras, precisam estudar mais. Esse é o objetivo”. “Se a sociedade como um todo cultua os rankings, não vejo por que ser diferente no ambiente escolar, no qual supostamente se dá uma espécie de treino para a vida real”¹³.

1.3 O Estado, a educação e a racionalidade neoliberal

A racionalidade neoliberal impõe e se serve de um tipo de governo designado por Dardot e Laval de “governo empresarial”. Neste modelo, o Estado passa a ser visto como uma empresa a serviço das empresas. A ele cabe mobilizar os instrumentos de poder para avaliar e regular a relação entre governo e sujeitos sociais, discriminar as agendas das não agendas, bem como administrar eficazmente a melhor maneira de realizá-las. O Estado é o principal instrumento encarregado de reformar e administrar a sociedade para colocá-la a serviço das empresas, ao mesmo tempo em que deve submeter-se às regras de eficácia das empresas privadas.

¹³ Importante destacar que, no mundo, vários governos de esquerda aderiram, em alguma medida, a essas políticas neoliberais para a educação. Isso aconteceu no Brasil durante dos governos petistas (2002-2016). No capítulo 4, “Razão concorrencial: a vestibularização e os novos valores da educação”, de sua dissertação de mestrado *Pedagogia concorrencial: Uma crítica sobre o lugar estratégico da educação básica na produção de valores neoliberais*, Gleicy Schommer dos Santos mostra como o princípio da concorrência “torna-se um princípio educacional através da preparação dos estudantes para exames nacionais, processos seletivos em geral, e consequentemente para o mercado de trabalho e a vida na sociedade contemporânea”. Ela analisa a cultura de avaliação que vem orientando não apenas as políticas públicas para o ensino médio, “mas todas as etapas da educação básica, desde os primeiros anos”. Para isso, a partir de 2005, o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) foi incorporado ao Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que é “a grande avaliação nacional da educação básica que traçará as metas nacionais a partir do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Ademais, com a criação do SISU (Sistema de Seleção Unificada), em 2009, o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) é alçado à condição de principal exame de ingresso no ensino superior. Segundo Gleicy Schommer, “para além da avaliação do rendimento e a qualidade escolar, a principal forma de acesso à universidade, o governo também pretende fazer do Enem o principal operador estratégico da fixação de parâmetros curriculares nacionais comuns, que é uma das estratégias para atingir as metas do Ideb, e, consequentemente, melhorar o desempenho na avaliação do Pisa”. “Assim, o mercado do valor econômico e simbólico da educação básica no Brasil é unificado em torno do Enem e dos vestibulares, tidos como portas de acesso para o mercado de trabalho; afinal, a universidade tem sido cada vez mais colocada em uma função técnica, em detrimento de um papel outrora filosófico-científica; além da formação das subjetividades que tal preparação engendra”.

Ademais, a racionalidade neoliberal impõe à ação pública a necessidade de criar meios de controle e vigilância dos funcionários da administração pública. O objetivo é fazer com que “os agentes públicos não ajam mais por simples conformidade com as regras burocráticas, mas procurem maximizar os resultados e respeitar as expectativas dos clientes” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 302). A gestão pública, além de vigiar, gratifica, recompensa e dá incentivos fiscais aos agentes e entidades públicas que conseguem atingir as metas. Com esta técnica de gestão, o Estado estimula a concorrência entre os próprios agentes dentro do setor público. “Desse modo, os gerentes à frente do serviço serão avaliados *ex-post*, não mais *ex-ante*, conforme o cumprimento das metas com as quais se comprometeram” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 304). No entender de Dardot e Laval,

É essa nova concepção “desencantada” da ação pública que leva a ver o Estado como uma empresa que se situa no mesmo plano das entidades privadas, em “Estado-empresa” que tem um papel reduzido em matéria de produção do “interesse geral”. Em outras palavras, supondo-se que o mercado não gera uma harmonia natural dos interesses, não decorre disso que o Estado, por sua vez, seja capaz de instaurar uma harmonia artificial, exceto se também ele for submetido a um modo de controle extremamente rigoroso. Assim, a instituição do mercado regido pela concorrência – construção desejada e apoiada pelo Estado – foi fortalecida e prolongada por uma orientação que consistiu em “importar” as regras de funcionamento do mercado concorrencial para o setor público, no sentido mais amplo, até que o exercício do poder governamental fosse pensado de acordo com a racionalidade da empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, pp. 274-75).

A educação neoliberal não é libertadora. Neste sistema, a função da educação escolar é tão somente o de aprimorar e formar o capital humano dos *sujeitos concorrenciais empresas de si*¹⁴. Para isso, o governo empresarial coloca a escola a serviço do mercado, que “é concebido como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito. Ele é *autoconstrutivo*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 140).

Os *sujeitos concorrenciais* carregam as marcas do dispositivo desempenho/gozo. Exige-se deles a internalização de uma norma de conduta fundamentada no princípio estruturante da concorrência, que ensina que uma vida bem-sucedida é a conquista de alguém que busca sempre o melhor para si na relação com os outros. A *performance positivada* desses sujeitos no palco da vida real deve acusar a existência de alguém que compete e arisca; que escolhe e decide soberanamente. Ele, uma vez que acredita na soberania das escolhas que faz e das decisões que toma, precisa estar com toda sua subjetividade engajada na profissão que livremente escolheu.

¹⁴ Para mais detalhes, ver capítulos 4 e 5.

“Trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). Engajar-se inteiramente na atividade que soberanamente escolheu significa, para o *sujeito concorrencial*, convergir seus interesses particulares à missão da empresa onde trabalha, acreditando que ali é um espaço de realização pessoal.

No neoliberalismo, a concorrência é o eixo da vida econômica. É ela que estimula os agentes econômicos a buscarem informações pertinentes no mercado e, por meio da inovação de suas ações e estratégias, maximizarem seus lucros, num processo permanente de melhora da própria situação. A concorrência é, portanto, uma disputa entre os agentes econômicos pelas mesmas oportunidades de lucro. Seu personagem principal é o empreendedor, isto é, o sujeito que se vê como uma *empresa de si mesmo*. Essa é a principal contribuição da escola austríaca para o estabelecimento dos princípios da racionalidade neoliberal¹⁵. De acordo com Dardot e Laval,

O grande passo adiante dado pelos austríacos Von Mises e Hayek consiste em ver a concorrência no mercado como um processo de descoberta da informação pertinente, como certo modo de conduta do sujeito que tenta superar e ultrapassar os outros na descoberta de novas oportunidades de lucro. Em outras palavras, radicalizando e sistematizando numa teoria coerente da ação humana alguns aspectos já presentes no pensamento liberal clássico (desejo de melhorar a própria sorte, fazer melhor do que o outro etc.), a doutrina austríaca privilegia uma dimensão agonística: a da competição e rivalidade. A partir da luta dos agentes é que se poderá descrever não a formação de um equilíbrio definido por condições formais, mas a própria vida econômica, cujo ator real é o empreendedor, movido pelo espírito empresarial que se encontra em graus diferentes em cada um de nós e cujo único freio é o Estado, quando este trava ou suprime a livre competição (DARDOT; LAVAL, 2016, pp. 135-36).

As regras do jogo da concorrência são estabelecidas pelo poder neoliberal, o *Outro do sujeito concorrencial*, cuja prática da justiça consiste em garantir as mesmas oportunidades para todos os indivíduos em disputa¹⁶. De fato, o Outro, com sua voz de comando e orientação e seu olhar de vigia selecionador faz justiça aos justos e pune os pecadores, ou seja, premia aqueles que se esforçam para ocupar um lugar no seu desejo e penaliza, com a exclusão, o descarte e com o fardo da angústia causada pela *vergonha de si*, aqueles que não se esforçaram de maneira suficiente. Os primeiros, ao alienar-se ao significante bem-sucedido, serão recompensados com o olhar de reconhecimento do Outro; aos segundos, alienados ao significante malsucedido, cabe

¹⁵ Para mais detalhes, ver capítulo 2.

¹⁶ É a chamada justiça retributiva. Para mais detalhes, ver capítulo 2.

esforçar-se mais, empenhar-se mais, qualificar-se mais para alcançar o gozo que apenas o olhar de reconhecimento do Outro provoca. O exemplo de vida bem-sucedida está ao lado, o outro, seu eu-ideal, que dotado das mesmas capacidades e habilidades do sujeito malsucedido, é referência, ao mesmo tempo que é rival. Como portador do objeto *a*, o outro é a causa do desejo, que impele o sujeito a acreditar que uma vida bem-sucedida é possível; mas também é fonte de inveja e ódio, porque ele, o outro, está ocupando o lugar que o sujeito almeja um dia conquistar. É preciso insistir neste ponto: o outro *está ocupando* um lugar no desejo Outro e não *ocupa* um lugar nesse desejo, pois, e ele bem sabe disso, seu fracasso pode significar o sucesso daquele sujeito, que, por encontra-se na posição de sujeito malsucedido, busca alcançar uma vida bem-sucedida. Se isso ocorrer, as posições no tabuleiro da vida real irão, certamente, mudar. Não há, no desejo do Outro, pessoas únicas e insubstituíveis.

Como visto, no processo de constituição da subjetividade empresarial, ocorre um duplo movimento de busca por reconhecimento: o reconhecimento do *olhar primordial* do Outro e do olhar dos outros, seus semelhantes. Para o *sujeito concorrencial*, o olhar dos outros deve ser um *olhar ratificador*, que avaliza seu sucesso de pessoa bem-sucedida como recompensa justa pelos seus méritos, seus esforços e o desempenho de sua conduta. Para obter o reconhecimento do Outro, esse sujeito, na sua relação com Ele, recalca afetos negativos e faz circular afetos positivos, fornecendo uma *resposta performática positivada* às normas de conduta dessa grande Alteridade¹⁷. Na relação com os outros, o *sujeito concorrencial* mobiliza afetos ambivalentes, que precisam ser equilibrados, pois se ele libera apenas sentimentos negativos, a exemplo do ódio e da inveja, diferencia-se e se separa de tal forma dos outros que praticamente inviabiliza o olhar de reconhecimento deles. Por outro lado, se o *sujeito concorrencial*, ao interagir com os outros, for afetado apenas por sentimentos positivos, estabelece com eles uma relação fusional, sentindo-se culpado pelo destino desafortunado de alguém que é semelhante a ele. Acontece que, no jogo da concorrência, o sujeito não pode sentir culpa e muito menos remorso; o sentimento que ele deve temer é o da *vergonha de si*. De fato, na contemporaneidade, os sujeitos são convocados a se adequar performaticamente às exigências normativas do ideal do eu; por isso que, para eles, pior que a culpa é a vergonha caso fracasse nesse processo de adequação¹⁸.

Essa maneira de fazer circular os afetos bloqueia a luta em favor da emancipação. O processo emancipador, que é social, só se efetiva, de fato, quando os sentimentos negativos são articulados, constituindo uma linguagem de contestação e necessidade de subversão do sistema

¹⁷ Para mais detalhes, ver capítulo 4.

¹⁸ Para mais detalhes, ver capítulo 4.

normativo. Se a luta fica reduzida a simples competição entre os indivíduos, as contradições do sistema, que cria demandas de reconhecimento social, mas não oferece as condições adequadas para acolhê-las, perdem-se de vista e são negligenciadas. A normatização da concorrência como fundamento da conduta social aliena e reifica os sujeitos, fazendo-os reduzir sua capacidade de explicitação das normas implícitas que bloqueiam a luta por uma sociedade verdadeiramente livre e igual, que o capitalismo, sobretudo em sua versão neoliberal, promete, mas não cumpre. O sentimento da *vergonha de si* fortalece essa incapacidade, pois acomete o indivíduo com uma forte sensação de impotência e insuficiência, paralisando suas ações. Melancolizado, ele se vê mergulhado numa experiência de perda de si, lamentando-se por ter falhado em seu percurso pela busca de reconhecimento.

1. 4 A concepção antropológica do sujeito concorrencial e o sentimento de vergonha de si

Se o *sujeito concorrencial* se vê como uma empresa, sua vida é, então, atravessada pelo risco. Cabe a ele colher as melhores informações para fazer as escolhas mais acertadas e tomar as decisões mais coerentes. É o sujeito do engajamento total, porque acredita que seu sucesso profissional depende tão somente da sua capacidade de envolvimento nas atividades e tarefas que soberanamente escolheu fazer. As possíveis intempéries, como, por exemplo, os problemas econômicos, são consequências de escolhas e decisões equivocadas, bem como de problemas de relacionamento, dele com os outros e dele consigo mesmo. Nas palavras de Dardot e Laval,

A gestão neoliberal de si mesmo consiste em fabricar para si mesmo um eu produtivo, que exige sempre mais de si mesmo e cuja autoestima cresce, paradoxalmente, com a insatisfação que se sente por desempenhos passados. Os problemas econômicos são vistos como problemas organizacionais, e estes se resumem, por sua vez, a problemas psíquicos relacionados a um domínio insuficiente de si e da relação com os outros. *A fonte da eficácia está no indivíduo: ela não pode mais vir de uma autoridade externa.* É necessário fazer um trabalho intrapsíquico para procurar a motivação profunda. O chefe não pode mais impor: ele deve vigiar, fortalecer, apoiar a motivação. Dessa forma, a coerção econômica e financeira transformam-se em *autocoerção* e *autoculpabilização*, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece (DARDOT; LAVAL, 2016, pp. 344-45). [Grifos nossos].

Na sociedade do risco, o sujeito busca as informações necessárias para melhor escolher e decidir, responsabilizando-se pelos efeitos colaterais, eventualmente negativos, que recaem sobre ele e sobre os outros, por causa dos resultados de suas escolhas e de suas decisões. Assim, os sujeitos, quando escolhem ou decidem, precisam estar precavidos já que “o que nós e outros fazemos tem ‘efeitos colaterais’, ‘consequências não antecipadas’, que podem abafar quaisquer

bons propósitos que se fazem e produzir desastres e sofrimento que nós e ninguém quisemos ou vislumbramos” (BAUMAN, 1997, p. 31). Apesar de todos os fatores de risco que estão por detrás de uma escolha, a responsabilidade por tudo que vai acontecer, após a tomada de decisão, incide sobre os ombros do sujeito neoliberal.

Os *sujeitos concorrenciais* estão numa disputa sempiterna; por isso, os riscos, para eles, são inevitáveis. Eles precisam ser interpretados como verdadeiras oportunidades de crescimento profissional e pessoal. Por ser um fator de medo, o risco precisa ser muito bem gerenciado. Nos capítulos três e quatro, veremos que, no neoliberalismo, o medo do risco possui um aspecto moral, porque faz os sujeitos serem mais precavidos e conscientes de suas escolhas. Porém, o medo do risco é também causa de angústia, que pode se converter em ódio e ressentimento.

Se formos fazer uma busca arqueológica, a fim de demarcar o fundamento antropológico dessa subjetividade empresarial, que se assenta sobre o princípio estruturante da concorrência, recuaremos até, pelo menos, a concepção de ser humano proposta por Nicolau Maquiavel e confirmada por Thomas Hobbes. Segundo Axel Honneth,

Os escritos políticos de Maquiavel preparam a concepção segundo a qual os sujeitos individuais se contrapõem numa concorrência permanente de interesses, não diferentemente de coletividades políticas; na obra de Thomas Hobbes, ela se torna enfim a base de uma teoria do contrato que fundamenta a soberania do Estado (HONNETH, 2009, p. 31).

A defesa neoliberal em torno da necessidade de se reestruturar a ação pública, fazendo-a priorizar a normatização da concorrência no setor público, sustenta-se no postulado de que “os funcionários públicos, assim como os usuários dos serviços públicos, são agentes econômicos que respondem apenas à lógica do interesse pessoal (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 291). Com isso, “a necessidade de fortalecer o controle e a vigilância dos funcionários públicos está fundamentada na premissa de que o agente público ‘é calculista e oportunista’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 300). Essa premissa está presente no pensamento de Maquiavel, que, ao se desligar de todas as premissas antropológicas da tradição filosófica, introduziu o conceito de homem como um ser egocêntrico, atento somente ao proveito próprio. Nas palavras de Honneth,

Nas diversas reflexões que Maquiavel realiza sob o ponto de vista de como uma coletividade política pode manter e ampliar inteligentemente seu poder, o fundamento da ontologia social apresenta a suposição de um estado permanente de concorrência hostil entre os sujeitos: visto que os homens, impelidos pela ambição incessante de obter estratégias sempre renovadas de ação orientada ao êxito, sabem mutuamente do

egocentrismo de suas constelações de interesses, eles se defrontam ininterruptamente numa atitude de desconfiança e receio (HONNETH, 2009, pp. 32-33)¹⁹.

Entre os significantes que representam o *sujeito concorrencial* para outros significantes, temos: “produtivo”, “arrojado”, “motivado”, “eficiente”, “eficaz”, “bem informado”, “calculista”, “inovador”, “flexível”, “criativo”, “visionário”, “idealizador”, “precavido”, “metódico”, “empenhado”, “dedicado”, “autoconfiante”, “perseverante”, “de iniciativa”, “organizado”, “que planeja”, “líder”, “corajoso”, “controla as emoções”, “tem bons relacionamentos”. É, porém, um sujeito que vive “tempos de *ambiguidade moral fortemente sentida*”, pois:

Estes tempos nos oferecem liberdade de escolha jamais gozada antes, mas também nos lançam em estado de incerteza que jamais foi tão angustiante. Ansiamos por guia no qual possamos confiar e sobre o qual possamos nos apoiar, de tal forma que de nossos ombros se possa retirar algo da assombrosa responsabilidade por nossas escolhas. Mas as autoridades, em que podemos confiar, são todas contestadas, e nenhuma parece ser bastante poderosa para nos oferecer o grau de segurança que buscamos. No fim, não confiamos em nenhuma autoridade, pelo menos não confiamos em nenhuma plenamente, e em nenhuma por longo tempo: não podemos deixar de suspeitar de qualquer pretensão de infalibilidade (BAUMAN, 1997, p. 35).

Essa moral fortemente ambígua é o resultado de uma concepção de vida que atribui apenas ao indivíduo a responsabilidade por seu sucesso profissional, interpessoal e social. Não há uma autoridade externa orientadora de suas condutas, de modo que a alegria pela conquista de uma vida bem-sucedida é tão somente a recompensa por suas escolhas e decisões acertadas, resultado de muito esforço, empenho e dedicação. Marcado pelo dispositivo desempenho/gozo, o *sujeito concorrencial* atribui a seus próprios méritos as conquistas, vitórias e bons resultados que obtém ao longo da vida. Ocorre que, do mesmo modo que o sucesso, o fracasso é de inteira responsabilidade sua. A frustração não é com o Outro ou com os outros, mas consigo próprio, pois não soube avaliar com perspicácia as circunstâncias, incorrendo no erro de escolher e tomar decisões equivocadas. Numa sociedade estruturada sob o princípio da concorrência, o fracasso dos indivíduos pode acometê-los com o *sentimento da vergonha de si*, seguido de sofrimentos

¹⁹ No capítulo XVIII do *Príncipe*, “A conduta dos príncipes e a boa-fé”, Maquiavel discorre sobre as qualidades que o príncipe precisa possuir para ter a confiança e o respeito do povo: piedade, fé, integridade, humanidade e religião. No entanto, como “*os homens são tão pouco argutos, e se inclinam de tal modo às necessidades imediatas*” [Grifos nossos], de tal modo que é fácil enganá-lo, “não é necessário que um príncipe tenha de fato todas as qualidades acima enumeradas, mas é muito necessário que aparente todas”, pois “precisa ter a mente apta a se modificar conforme os ventos que sopram, seguindo as variações da sorte – evitando desviar-se do bem se for possível, mas guardando a capacidade de praticar o mal, se forçado pela necessidade” (MAQUIAVEL, 2002, pp. 103-104). Nessas passagens, podemos perceber que o fundamento da tese maquiavélica de que o governante precisa manter uma postura de aparências encontra-se justamente em sua concepção antropológica do ser humano.

e patologias narcísicas (FERREIRA, Fernanda P. *et al.*, 2012; DUNKER, Christian *et al.*, 2019; DUNKER, Christian *et al.*, 2021).

A vergonha é um sofrimento de origem narcísica que comporta um paradoxo, porque o sujeito deseja, desesperadamente, ser visto pelo outro, porém teme seu olhar ameaçador, crítico, humilhante ou indiferente. Ou seja, é atormentado por um duplo medo: o de se expor e o de ser ignorado pelo outro. “O sujeito deseja ser reconhecido como objeto de investimento do outro, teme, porém, não possuir os predicados que o outro, supostamente, desejaria que ele tivesse. Resultado: nem quer ser visto nem deixar de ser visto” (COSTA, 2012, p. 10). Segundo Marina K. Bilenky,

A vergonha é um sentimento extremamente penoso e doloroso. De origem narcísica, é ferida difícil de cicatrizar, permanece indelével na memória. Sentimento social, surge quando o olhar do outro vê o que não deveria ser visto; é o rubor inoportuno, a umidade da pele, a tremedeira, o gaguejar, o branco; revelação de uma falha sem reparação; a imagem manchada, a desqualificação; a vontade de sumir da face da terra (2014, pp. 133-34).

Já Ana Verônica Mautner diz:

A vergonha tem a ver com a incapacidade de algum tipo. É diretamente referida à autoestima. Quando nos envergonhamos, o olhar do outro somado ao nosso desprezo por nós mesmos, torna viver o momento insuportável. O envergonhado gostaria de desaparecer para que a falha que o envergonha não seja percebida. Narcisismo e vergonha caminham juntos. Quanto maior a vaidade, maior o medo da vergonha. Da vergonha só nos livramos aceitando-nos com nossos defeitos, o que significa aceitar-se sem esconder as próprias faltas, falhas ou carências (2003, pp. 227-29).

No neoliberalismo, o indivíduo sofre com a angústia de diferenciação/separação. Ele se vê cercado de pessoas semelhantes a ele, com capacidades e habilidades parecidas com as suas, necessitando, por isso, demarcar diferenças suas com relação a elas para conseguir ocupar um lugar no desejo do Outro. Para isso, precisa construir uma imagem de si autossuficiente e autocentrada que, nos tempos de hoje, é articulada pelos significantes que identificam o sujeito neoliberal. Porém, quando o sujeito, a despeito de todo investimento libidinal utilizado para a sustentação dessa imagem, não consegue “vencer” a disputa por um lugar nesse desejo; quando o sujeito constata que fracassou em seu esforço de adequar seu eu ao *Ideal do Eu do Outro do sujeito concorrencial*²⁰, permitindo assim que o outro ocupasse um lugar no desejo do Outro, a ferida em seu narcisismo provoca nele um profundo sentimento de *vergonha de si*.

²⁰ Para mais detalhes, ver capítulo 4.

Ocorre que uma das soluções que o sujeito encontra para aliviar o sofrimento provocado por essa sensação de fracasso e vergonha são os mecanismos de defesa da intrusão e da perda. O objetivo aqui é fazer com que o sujeito se abstenha de relações de proximidade e contato, para poder identificar no outro um intruso, alguém responsável pelo seu fracasso. Mobilizando esses mecanismos de defesa, o sujeito é liberado de toda sensação de culpa em não conseguir se solidarizar com as conquistas do outro. Esse agora é convertido num intruso, numa ameaça, um objeto para onde o ódio é canalizado, pois supostamente roubou algo que o sujeito reivindica como sendo seu por direito. Se a liberação do ódio ao outro, sentimento essencial para que ocorra esse processo de diferenciação/separação (que a rigor é positivo, porque necessário para que haja a autonomia do sujeito), não se converte em uma experiência social transformativa, o resultado é o aumento do número de pessoas ressentidas, que esquecem que a individuação se constitui no interior de um processo de luta por reconhecimento intersubjetivo. Veremos, no capítulo quatro, como o ódio e o ressentimento vêm afetando o Brasil, principalmente após as jornadas de julho de 2013, o golpe de 2016 e a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, ameaçando conquistas democráticas.

No livro *Compulsões e obsessões: uma neurose de futuro*, Romildo do Rêgo Barros, apoiando-se em vários autores, assegura que uma das características da contemporaneidade é a passagem do sentimento de culpa para a vergonha. Ele cita um trecho do texto de Dany-Robert Dufour, “Os extravios do indivíduo-sujeito”, em que o autor diz:

Na época pós-moderna já não é o sentimento de culpa neurótico que define o sujeito, mas um sentimento de onipotência quando se é bem-sucedido, ou de total impotência quando se é malsucedido. Dito de outra forma, a vergonha (para consigo mesmo) substituiu os sentimentos de culpa (para com os outros) (DUFOUR *apud* BARROS, 2015, p. 96).

Rêgo Barros destaca que o cerne desse trecho é o fato de que a substituição da culpa pela vergonha denuncia “uma nova forma de subjetivação do mal-estar”, na qual o critério de julgamento das relações humanas, na ausência de uma instância externa (as leis divinas, por exemplo) ou interna (o supereu), passa a ser “as vicissitudes da *performance*, oprimida entre a impotência e a onipotência”. Em seguida, comenta que a passagem da vertente negativa do supereu (o *não faça!*) para a vertente positiva (o *faça!*) “é caracterizada nos nossos tempos por um *declínio do Outro* que servia de caução para a consciência moral, que no texto freudiano é representado pelo pai”. [Grifos nossos]. Para ele, “o mandato positivo *faça!* a partir dos ideais

paternos é diferente do mesmo imperativo quando o pai já não está à altura de representar esses ideais, e é aí que se revela o que está por trás do *faça! o goza sem limites!*” (2015, pp. 95-97).

Essas observações colocam em questão vários temas da atualidade, como, por exemplo, a evidente crise de autoridade. Discordamos, no entanto, que haja, atualmente, um declínio do Outro, o que fundamentaria a passagem da vertente negativa para a vertente positiva do supereu. O supereu é justamente a instância responsável por medir o eu ao ideal do eu, que é, na verdade, o Ideal do Outro (QUINET, 2012, p. 17). O poder normativo neoliberal é o Outro do *sujeito concorrencial*. Ele ordena um paradigma de subjetivação (o Ideal do Eu/Outro), que estabelece a concorrência como norma de conduta e a empresa como referência de subjetivação, esperando do indivíduo uma *resposta performática positivada* às suas normas de conduta. Se essa resposta acontece, o indivíduo se assume na condição de *sujeito concorrencial empresa de si*, pronto a conquistar, pelos próprios méritos, uma vida bem-sucedida. No neoliberalismo, o mandamento do Outro: *goza sem limites!* é condicionado ao determinante: *desde que o desempenho de sua performance reproduza as exigências normativas que Eu estabeleço*. Dessa forma, não há um declínio do Outro; ele continua ali presente, produzindo a subjetividade empresarial dos *sujeitos concorrenciais*. Ocorre que o *Outro do sujeito concorrencial* é um poder que, estrategicamente, ao reduzir sua autoridade, transfere para os sujeitos a responsabilidade pelo seu sucesso ou pelo seu fracasso.

A racionalidade neoliberal é devotamente seguida por governos, empresas e pessoas no mundo inteiro, influenciando, inclusive, a luta política de vários movimentos sociais (FRASER, 2016; 2020). Assim sendo, a morte do neoliberalismo não é apenas uma questão de ampliar as atribuições do Estado e diminuir a ingerência do mercado na formulação de políticas públicas; será preciso subverter as normas neoliberais e estabelecer um novo padrão normativo regulador de novas relações políticas, econômicas e sociais, que apontem para uma sociedade emancipada, isto é, uma formação social que elimina todas as formas estruturais de desrespeito e de injustiça, criando as condições necessárias para que haja o reconhecimento intersubjetivo.

Capítulo 2

CONSERVADORISMO, LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO: UMA APROXIMAÇÃO AXIOLÓGICA E EPISTEMOLÓGICA

As origens do conservadorismo “clássico” nos remetem a figuras como Edmund Burke, no século XVIII, que defendia os valores e as instituições tradicionais ameaçadas, segundo ele, pelas revoluções liberais, em especial a revolução francesa (BURKE, 2017)²¹. Ali, já é possível identificar alguns elementos que aproximam o pensamento conservador com as ideias liberais. Já o neoconservadorismo tem origem nos anos finais da década de 1960, estruturando-se como uma reação ao *Welfare State* (Estado do Bem-Estar Social), à contracultura e à nova esquerda (ALMEIDA, 2018, pp. 27-32). Aqui, identificamos elementos de afinidade que aproximam pensamento neoconservador e neoliberalismo.

Para os neoconservadores, a crise econômica que atingiu o capitalismo no final dos anos 1960 era antes de tudo uma crise moral, ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade desde os primórdios da civilização, feito em nome de um igualitarismo artificialmente criado pela intervenção estatal. A crise, conforme, esta leitura de mundo, não era do *Welfare State*; *para os novos conservadores o intervencionismo característico do Welfare State era o principal motivo da crise*. Para os neoconservadores, a ruptura com as bases que permitiram a consolidação da sociedade ocidental fez com que fossem *apagadas as diferenças naturais existentes entre os indivíduos*. [...] Assim, a pauta neoconservadora é basicamente a de restauração da autoridade da lei, do restabelecimento da ordem e da *implantação de um Estado mínimo que não embarace a liberdade individual e a livre iniciativa* (ALMEIDA, 2018, p. 28). [Grifos nossos].

O objetivo deste capítulo consiste em identificar elementos de afinidade que aproximam o conservadorismo do pensamento liberal e neoliberal. Mostraremos que essa aproximação é possível devido à defesa do livre-mercado, da fobia ao Estado que garante direitos e promove justiça social, do concorrencialismo e da desigualdade como algo inerente à condição humana. Conservadores, liberais e neoliberais afirmam que a justiça é imperfeita e retribui todos aqueles que se esforçam e se qualificam para a difícil disputa no mercado de trabalho competitivo.

²¹ Para uma análise do pensamento conservador de Edmund Burke ver SOUZA, 2016.

2.1 Conservadorismo e liberalismo: em defesa da “segunda natureza” e contra o Estado

Na lição de 17 de janeiro do curso *Nascimento da biopolítica*, ministrado em 1979 no Collège de France, Michel Foucault afirma que “uma nova arte de governar começou a formular-se, a reflectir-se, a desenhar-se em meados do século XVIII” (2010, p. 55). Esta nova arte de governar, que é o liberalismo,

é essencialmente caracterizada pelo aparecimento e mecanismos internos, numerosos e complexos, mas que têm por função – é isto que marca a diferença relativamente à razão de Estado – não tanto assegurar o crescimento do Estado, mas *limitar do interior o exercício do poder de governar* (FOUCAULT, 2010, p. 55). [Grifos nossos].

O liberalismo é uma arte de governar cujo alvo é a figura epistêmica da população, a principal forma de saber é a economia política e o instrumento técnico são os dispositivos de segurança. Foucault percebe que a grande questão que se colocou para o pensamento liberal nesse momento foi sobre a frugalidade do governo, isto é, o tema da necessária, porém limitada, intervenção do Estado na vida dos indivíduos.

Eram as questões, diria as questões reais, nos séculos XVII e XVIII, como em finais do século XVIII, durante todo o século XIX e, certamente, mais hoje do que nunca, é a questão da frugalidade do governo e não a da constituição dos Estados que é, sem dúvida, o problema fundamental. [A] questão da frugalidade do governo é, de facto, a questão do liberalismo (FOUCAULT, 2010, p. 57).

Os economistas liberais trouxeram uma nova concepção de mercado, que passou a designar um lugar de formação da verdade. Enquanto que nos séculos XVI e XVII defendia-se a necessidade de regulamentação do mercado a fim de torná-lo um lugar de justiça, onde as mercadorias seriam vendidas a um preço justo e não haveria roubo e nem delitos, no século XVIII, o estabelecimento desse preço justo e verdadeiro passou a depender do bom funcionamento do mercado, que somente aconteceria quando obedecesse as “leis naturais”.

O mercado, quando se o deixa funcionar em si mesmo na sua natureza, na sua verdade natural, permite que se forme um determinado preço a que se chamará metaforicamente o verdadeiro preço, a que por vezes também se chamará o justo preço, mas que já não tem essas conotações de justiça. Será um determinado preço que vai oscilar em torno do valor do produto (FOUCAULT, 2010, p. 59).

Essas leis não são naturais porque resultam de alguma intervenção divina ou são obra da natureza, o que em última instância significaria que jamais poderiam ser modificadas. Elas são naturais na medida em que compõem um saber espontâneo e disperso no tecido social. São, portanto, uma “segunda natureza”.

O liberalismo afirma que as práticas governamentais e econômicas devem estar alinhadas às leis naturais, que são constituídas por essas práticas. Ou seja, a “segunda natureza” é o resultado das relações de vida e produção; em outras palavras, produto da interação humana. Dessa forma, é essa “segunda natureza” a responsável pela limitação da ação governamental, cuja razão de ser consiste em atender a certas finalidades, tendo em vista a compreensão de que os sujeitos a serem governados são sujeitos de direitos e seres viventes.

Da mesma forma que os liberais, os conservadores também afirmam a existência dessa “segunda natureza”, considerando que a propriedade privada e as trocas livres e voluntárias são as verdades do capitalismo. A este respeito, assevera Roger Scruton:

Devemos começar a partir da *verdade* no capitalismo. [...] E essa verdade é simples, isto é, que a propriedade privada e as trocas voluntárias são características necessárias de qualquer economia de grande escala – qualquer economia em que as pessoas dependam das atividades de desconhecidos para a sobrevivência e prosperidade. Somente quando as pessoas têm direitos de propriedade e podem trocar livremente o que possuem por aquilo de que precisam é que essa sociedade de desconhecidos pode alcançar uma coordenação econômica (SCRUTON, 2019, p. 90).

Ademais, Scruton, apoiando-se nas teses econômicas defendidas pelos economistas da Escola Austríaca, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, afirma que o “cálculo econômico” está amparado sobre as seguintes premissas:

1- “a atividade econômica depende do conhecimento dos desejos, necessidades e recursos das pessoas”; 2- “*esse conhecimento está disperso na sociedade e não é propriedade de nenhum indivíduo*”; e 3- “nas trocas voluntárias de bens e serviços, o mecanismo de preços garante o acesso a esse conhecimento – não como uma declaração teórica, mas como um indício para a ação” (SCRUTON, 2019, pp. 90-91). [Grifos nossos].

Ora, esse conhecimento disperso na sociedade é justamente a “segunda natureza” e é a partir dele que o preço dos bens e serviços são fixados. Porém, para que este mecanismo de estabelecimento do preço de uma *commodity* ocorra a contento, é preciso que o mercado funcione livremente. “O preço de uma *commodity* só transmite informação econômica confiável se a economia for livre. [...] A economia planificada [...] destrói a informação da qual depende

o funcionamento adequado de uma economia. Como consequência, arruína a própria base de conhecimento” (SCRUTON, 2019, pp. 91-92).

Por fim, para Scruton, em uma economia livre, as transações econômicas devem ser reguladas pela moral, leis e costumes espontâneos (a tradição de um povo), que também fazem parte da “segunda natureza”. A imposição de uma ordem legal ameaça toda essa sabedoria acumulada no decorrer de vários anos, ou mesmo séculos. Dessa forma, os conservadores não veem nenhuma tensão entre a defesa do livre mercado e a visão tradicionalista da ordem social, pois depositam sua confiança “nos limites espontâneos dados ao mercado pelo consenso moral da comunidade e veem tanto o mercado quanto as restrições como a ação da mesma mão invisível” (SCRUTON, 2019, p. 94). Se esse consenso moral está hoje em dia degradado, isso se deve a intervenção estatal.

Os conservadores valorizam as tradições porque elas resistiram aos “testes do tempo”. São saberes e instituições que emergiram de forma espontânea e dos quais os indivíduos retiram ensinamentos fundamentais para uma convivência social adequada e possível. As tradições desempenham uma função educacional, uma vez que “nascemos, crescemos e atuamos no interior de uma tradição” (COUTINHO, 2014, p. 60). Assim, “ao indivíduo cabe receber o que foi preservado; desfrutar dessa herança como fiel depositário; e passá-la às gerações vindouras em uma cadeia que se percebe como invisível e interminável” (COUTINHO, 2014, p. 61). Além disso, para o conservador, as tradições, do ponto de vista epistemológico e político, são valiosas na medida em que “se apresentam como ‘o banco geral e o capital das nações e das eras’, capazes de oferecer ao estadista recursos valiosos para a condução de uma comunidade política” (COUTINHO, 2014, p. 63).

O cientista político João Pereira Coutinho observa que, inicialmente, o pensamento conservador teceu severas críticas à sociedade comercial, vendo nela uma verdadeira ameaça às tradições, sobretudo porque corrompe as relações humanas, enquadrando-as em critérios economicistas de perdas e ganhos. Ademais, o livre-comércio seria um perigo aos princípios e instituições tradicionais, que, a despeito de terem resistido aos “testes do tempo”, podem ser destruídos pela sanha criativa da sociedade comercial. Dessa forma, “a fluidez das relações comerciais e a abertura ao mundo que elas implicam surgiam assim como uma ameaça as tradições e modos de vida estabelecidos que um conservador valoriza (e protege) acima de tudo” (COUTINHO, 2014, p. 83).

Porém, segundo Pereira Coutinho, o conservadorismo, desde Edmund Burke, sempre reconheceu uma das características fundamentais da natureza humana: “o fato de existir nos homens uma propensão para ‘negociar, permutar ou trocar uma coisa pela outra’, cujo objetivo

é fazer com que os indivíduos possam ‘melhorar a sua condição’” (COUTINHO, 2014, p. 87). Ora, essa característica inata aos homens impulsiona-os a participarem de um sistema em que “são as escolhas naturais e livres dos indivíduos, e não a imposição autoritária de um padrão único de preferências ou comportamentos, que devem ser soberanas” (COUTINHO, 2014, p. 87). Dessa forma, podemos concluir que o mercado livre “mais do que uma ameaça as tradições estabelecidas, deve ser visto também como uma tradição estabelecida” (COUTINHO, 2014, pp. 88-89). O problema mesmo é o poder ilimitado do Estado.

Até aqui podemos perceber pelo menos duas afinidades entre os princípios liberais e o conservadorismo: a crença na existência da “segunda natureza” como mecanismo de regulação espontânea das atividades econômicas e a defesa da não (ou mínima) intervenção do Estado na economia. A primeira vai conduzir a uma discussão e distinção, no interior do neoliberalismo, entre “ordem natural” e “ordem legal” – debate que vai ser decidido em favor da necessidade de instituição de uma ordem-quadro no interior da qual as empresas privadas, os indivíduos e as instituições, submetidos ao princípio da concorrência, poderão se desenvolver com liberdade. A segunda afinidade vai promover a difusão, no século XX, daquilo que Foucault chamou de “anti-estatismo ou a fobia ao Estado” (2010, p. 108), fazendo do neoliberalismo uma resposta ao reformismo social do final do século XIX, colocando-se contrário às orientações políticas voltadas às ações “redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e protecionistas que se desenvolveram desde o fim do século XIX, uma orientação vista como uma degradação que conduzia diretamente ao coletivismo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 71). Ocorre que defender, ao mesmo tempo, a necessidade do comprometimento do Estado com a instituição de uma ordem legal e a condenação de qualquer forma de intervenção estatal produz um paradoxo, cuja superação passa pela definição de qual deve ser, de fato, o papel do Estado no neoliberalismo. Afinal de contas, o neoliberalismo é tão somente uma ofensiva contra o Estado em favor do *laissez-faire*, ou produz e se serve de um tipo próprio de Estado e de arte de governar?

2.2 Neoliberalismo e a concorrência como norma de conduta

No capítulo dois, “O Colóquio Walter Lippmann ou a reinvenção do liberalismo”, do livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, Pierre Dardot e Christian Laval argumentam que o registro de nascimento do neoliberalismo não foi a criação da Sociedade Mont-Pèlerin em 1947, como comumente se afirma, mas sim o Colóquio Walter Lippmann, realizado entre os dias 26 e 30 de agosto de 1938, em Paris. Participaram desse

evento, que pretendeu ser uma espécie de “internacional neoliberal”, vinte e seis economistas, filósofos e funcionários de vários países, que debateram, dentre outros assuntos, os rumos do liberalismo e seus desafios. Compartilhavam da certeza de que o inimigo a ser combatido era a economia planificada, o dirigismo estatal, o coletivismo, os totalitarismos e as políticas redistributivas e de proteção social propostas pela esquerda; e defendiam que a resposta a esses males era o resgate do liberalismo. Divergiam, porém, sobre qual deveria ser o sentido desse liberalismo que pretendiam reconstruir: um retorno *ipsis litteris* ao liberalismo “clássico” dentro de um novo contexto ou seria preciso reconstruí-lo sobre novas bases teóricas? Os defensores do primeiro caminho diziam que a crise pela qual passava o liberalismo era devido à traição a seus princípios; já os partidários da refundação identificavam as causas dessa crise no próprio liberalismo.

O organizador desse colóquio foi o filósofo Louis Rougier. Para ele, “não haverá ‘retorno do liberalismo’ se não houver uma refundação teórica da doutrina liberal e se dela não se deduzir uma política liberal ativa, que evite os efeitos negativos da crença metafísica no *laissez-faire*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 74). Assim, a derrota do totalitarismo dependia da refundação do liberalismo. Portanto, Rougier compartilhava da ideia de Lippmann de que é um engano identificar o liberalismo com o *laissez-faire*. Ademais, diferentemente dos liberais clássicos, Rougier defendia a necessidade de uma intervenção *jurídica* do Estado, a fim de se criar uma ordem legal que seja capaz de adaptar instituições e indivíduos ao jogo da concorrência. Ele era partidário da tese de que “o capitalismo concorrencial não é um produto da natureza: ele é uma máquina que exige vigilância e regulação constantes” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 88). Lippmann também falava do estabelecimento de um Estado forte que cria as condições de adaptação de estilos de vida e mentalidades ao princípio da concorrência. Com isso, tanto um quanto o outro, abandona a fobia ao Estado, articulando concorrencialismo e ação estatal, pois só assim seria possível “restabelecer incessantemente as condições da livre concorrência ameaçada por lógicas sociais que tendem a reprimi-la para garantir ‘a vitória dos mais aptos’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 86).

A intervenção jurídica do Estado é sempre legítima e bem-vinda, desde que o objetivo seja a ampliação dos espaços de concorrência no interior dos quais a iniciativa privada, os indivíduos e as instituições atuam livremente. Não há primazia do econômico sobre o político; a economia não é independente das instituições políticas e sociais; pelo contrário, é por meio da ação estatal, que cria a ordem legal, que a ordem da concorrência é estabelecida e regulada. É dessa forma que pensam os ordoliberais na Alemanha. Neste país, o ordoliberalismo é a forma

do neoliberalismo²². A ordem da concorrência, de acordo com os neoliberais alemães, não é natural, mas precisa ser instituída e regulada por uma política de ordenação ou ordenadora. Assim, “o estabelecimento e o funcionamento do capitalismo não são predeterminados: eles dependem das ações políticas e das instituições jurídicas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 103).

Foucault observa que, na Alemanha pós-1945, o problema que foi colocado em debate consistia em definir o fator de garantia e legitimação do Estado que iria ser construído. Esse fator seria a liberdade econômica; daí as perguntas que os ordoliberais se faziam: “como tornar [esse Estado futuro] aceitável a partir de uma liberdade econômica que vai assegurar a sua limitação e, ao mesmo tempo, permitir que exista? Como é que a liberdade pode ser simultaneamente fundadora e limitativa, garantia e caução de um Estado?” (FOUCAULT, 2010, p. 140).

Acontece que, segundo Pierre Dardot e Christian Laval, “a instituição do mercado não é suficiente para determinar a forma da construção constitucional, [pois] no ordoliberalismo há também uma tentativa de legitimação da autoridade por sua missão social” (2016, p. 109). Dessa forma, para os ordoliberais,

um estado legítimo é um Estado que se inclina ao direito, respeita o princípio de liberdade de escolha, é claro, mas também é um Estado que obedece ao *princípio de subsidiariedade*, tal como defendido pela doutrina católica, isto é, respeita o meio de integração dos indivíduos em esferas naturais hierarquizadas. O fundamento da ordem política não é somente econômico, mas é também sociológico (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 109).

Dardot e Laval distinguem dois grupos no interior do ordoliberalismo: os economistas e juristas da Escola de Freiburg, entre os quais os mais importantes eram Walter Eucken e Franz Böhm, e os liberais de inspiração sociológica, cujos principais representantes foram Alfred Müller-Armack, Wilhelm Röpke e Alexander von Rüstow (2016, p. 105). É importante destacar também o paralelismo entre a Escola de Freiburg e a Escola de Frankfurt. Parte dos representantes dessas duas tradições sofreu com o exílio durante a vigência do regime nazista alemão e ambas enfrentaram a problemática proposta por Max Weber sobre a racionalidade irracional da sociedade capitalista. Enquanto que o objetivo das análises dos frankfurtianos era identificar a nova racionalidade social capaz de anular a irracionalidade econômica capitalista,

²² “O termo ‘ordoliberalismo’ resulta da ênfase em comum desses teóricos na *ordem* constitucional e procedural que se encontra na base de uma sociedade e de uma economia de mercado. A própria palavra ‘ordem’ deve ser entendida em dois sentidos: um sentido propriamente *epistemológico* ou *sistêmico*, que é da alçada da análise dos diferentes ‘sistemas’ econômicos, e um sentido *normativo*, que acaba determinando certa política econômica” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 101.).

os freiburgianos empenhavam-se em definir a racionalidade econômica capaz de anular a irracionalidade social presente no capitalismo. Não à toa, o grupo ordoliberal de inspiração sociológica defendia uma “economia social de mercado”, diferenciando-a da “economia liberal de mercado”. Social porque a economia de mercado é uma ordem artificial (e não natural, segundo o liberalismo “clássico”), construída pela ação política, que concretiza, portanto, o desejo natural da sociedade por esse tipo de economia. A economia social de mercado é fonte de progresso social na medida em que obedece às escolhas, desejos e necessidades dos consumidores; realiza, por meio da concorrência, a democracia de consumo e pressiona as empresas e os assalariados a melhorarem a produtividade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 120).

Em síntese, podemos afirmar que a contribuição alemã para o desenvolvimento do neoliberalismo consiste na recusa em apresentar a livre concorrência como um fato natural, mostrando que ela é resultado de uma escolha política. “Enquanto os velhos economistas liberais concluíram pela necessidade de uma não intervenção do Estado, os ordoliberais transformaram a livre concorrência em objeto de uma escolha política fundamental” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 112).

Outra corrente que muito colaborou para a hegemonização do neoliberalismo no mundo foi a austro-americana. Os economistas dessa escola valorizam a concorrência, colocando-a numa posição de eixo da vida econômica. É ela que estimula os agentes econômicos a buscarem informações pertinentes no mercado, e, por meio da inovação de suas ações e estratégias, maximizarem seus lucros, num processo permanente de melhora da própria situação. A concorrência é, portanto, uma disputa entre agentes econômicos, que são rivais competindo pelas mesmas oportunidades de lucro. Seu personagem principal é o empreendedor, isto é, o sujeito que pensa a si mesmo como uma empresa. Já o mercado é compreendido como um processo de descoberta e aprendizagem no interior do qual o indivíduo se constitui como sujeito empresarial. Antes de ser autorregulador, o mercado é uma ordem autocriadora que possui uma dinâmica própria:

O mercado não é mais o “ambiente” natural no qual as mercadorias circulam livremente. Não é um “meio” dado de uma vez por todas, regido por leis naturais, governado por um princípio misterioso do equilíbrio. É um processo regulado que utiliza motivações psicológicas e competências específicas. É um processo menos autorregulador (isto é, que conduz ao equilíbrio perfeito) do que autocriador, capaz de se autogerar no tempo. E, se não necessita de poderes reguladores externos, é porque tem sua própria dinâmica. Uma vez instaurado, poderia prosseguir em perfeito movimento perpétuo, autopropulsivo, se não fosse desacelerado ou pervertido por entraves éticos e estatais que constituem atritos nocivos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 137).

Se, por um lado, o processo do Estado é sempre negativo, uma vez que cria seres assistidos; por outro, o processo do mercado é sempre positivo, pois produz empreendedores criativos. “O que perturba a perfeita democracia do consumidor e abre o caminho para o despotismo totalitário é a intrusão de princípios éticos, heterogêneos aos processos do mercado, que não sejam o do interesse” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 137). Portanto, colocado em situação de mercado, o indivíduo aprende a conduzir-se racionalmente.

Os economistas austro-americanos são muito mais anti-Estado do que os ordoliberalis. Von Mises, por exemplo, diz que o papel do governo em uma economia de mercado deve ficar reduzido à proteção das pessoas dentro do país e à defesa da nação contra um eventual ataque de inimigos externos. “Na economia de mercado, a principal incumbência do governo é proteger o funcionamento harmônico dessa economia contra a fraude ou a violência originadas dentro ou fora do país” (MISES, 2018, p. 81). Defendendo aquilo que chama de “soberania ou supremacia do consumidor” e apresentando-se como um baluarte na luta contra a ditadura do Estado interventor, von Mises afirma que a intervenção do governo:

Não somente fracassa em proteger o funcionamento harmonioso da economia de mercado, como também interfere em vários fenômenos de mercado: interfere nos preços, nos padrões salariais, nas taxas de juros e nos lucros. O governo quer intervir com a finalidade de obrigar os homens de negócio a conduzirem suas atividades de maneira diversa da que escolheriam caso tivessem de obedecer apenas aos consumidores. Assim, *todas as medidas de intervencionismo governamental têm por objetivo restringir a supremacia do consumidor*. O governo quer arrogar a si mesmo o poder – ou pelo menos parte do poder – que, na economia de mercado livre, pertence aos consumidores (2018, p. 85). [Grifos nossos].

Os neoliberais alemães e austro-americanos são devotos do concorrencialismo e definem muito bem qual deve ser o papel do Estado e do governo: enquanto os primeiros defendem uma governamentalidade neoliberal empenhada na construção de uma ordem-quadro capaz de educar e adaptar corpos e mentes à lógica do livre jogo da concorrência, os adeptos da escola austro-americana são favoráveis a uma arte de governar que escolhe o caminho do subjetivismo, isto é, um governo cuja competência é tão somente a de colocar o indivíduo em situação de mercado na certeza de que saberá conduzir racionalmente sua própria vida, fazendo escolhas e tomando decisões adequadas, tendo em vista a melhora da sua própria condição de vida. Para tanto, buscará no mercado as melhores informações com as quais guiará sua conduta de *sujeito empresa de si*, que disputa com outros sujeitos as mesmas oportunidades. Ademais, colocando-se na posição de “capital humano”, que precisa ser investido para que haja aumento de seu salário-rendimento, esse indivíduo irá dispor de recursos e tempo para o próprio

aprimoramento intelectual, afetivo, psicológico, físico e psíquico, num esforço cuja recompensa será o retorno financeiro desejado; além disso, ao aprimorar-se, o sujeito fica melhor capacitado para a difícil disputa pelo reconhecimento social e profissional, cujos critérios são estabelecidos pelo sistema normativo neoliberal, que é o *Outro do sujeito concorrencial*. Com sua voz de comando e orientação, esse Outro impõe a concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação, produzindo *sujeitos concorrenciais empresas de si*.

Ocorre que a noção de mercado apregoada pelo liberalismo “clássico” como um lugar de troca pressupõe, para seu bom funcionamento, a equivalência entre os agentes econômicos; porém, a definição de mercado defendida pelos neoliberais – qual seja: lugar de formação, aprendizagem e concorrência – considera a desigualdade algo inerente à condição humana. Para os conservadores, a desigualdade também é natural, pois sua visão com relação à natureza humana tem como princípio a imperfeição humana. Dessa forma, a imperfeição humana é um dos princípios ideológicos que justifica o apoio conservador à governamentalidade neoliberal.

2.3 Neoliberalismo, conservadorismo e o dispositivo da justiça imperfeita

Existem algumas afinidades que aproximam conservadorismo e liberalismo. Uma delas é a tese sobre a existência de uma “segunda natureza” – reguladora espontânea do mercado, esse compreendido como lugar das trocas livres entre agentes econômicos igualmente livres; a outra, diz respeito à fobia ao Estado. Engana-se, porém, quem acredita que esta fobia nega a necessidade do Estado. Ora, o poder é estratégico e comporta um aspecto positivo, uma vez que não atende apenas a interesses de reprodução, mas produz também modos de subjetivação, identidades sociais e experiências corporais. Assim, um dos pressupostos que sustentam uma “análise do governo”²³ é o fato de que a subjetivação e a formação do Estado não podem ser

²³ Criticando a abordagem do poder feita a partir de uma perspectiva jurídica e discursiva, na qual a soberania fica situada numa posição acima ou fora dos conflitos particulares, Foucault afirma que o poder não é uma substância, mas sim uma relação, que desempenha funções estratégicas e nominalistas (FOUCAULT, 1995). Além disso, a abordagem do poder não pode ser reduzida a análise política-estatal e de suas instituições, pois é da diversidade e da pluralidade das relações de poder que emerge e funciona o Estado. “Não se trata de negar a importância das instituições na organização das relações de poder. Mas de sugerir que *é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso*; e que o ponto de apoio fundamental destas, mesmo que elas se incorporem e se cristalizem numa instituição, deve ser buscado aquém” (FOUCAULT, 1995, p. 245). [Grifos nossos]. Por fim, o poder não comporta apenas um aspecto negativo, que consiste em afirmar que o exercício do poder atende tão somente a interesses de reprodução; pelo contrário, o poder produz modos de subjetivação, identidades sociais e experiências corporais. “O interesse teórico central de Foucault em meados dos anos 1970 é substituir o conceito de poder jurídico e negativo por uma consideração estratégica e positiva” (LEMKE, 2017, p. 14). Para isso, Foucault enfatiza o poder enquanto orientação, isto é, modelagem ou estruturação do campo de atuação possível dos indivíduos. O consenso ou a violência são instrumentos utilizados no exercício do poder para a implementação desse campo e não a origem ou fonte das relações de poder. Assim, governar significa, no fim

vistos como dois processos separados e independentes; pelo contrário, o aspecto estratégico das relações de poder, a partir das quais o Estado emerge e passa a funcionar, consiste em produzir subjetividades na medida em que estruturam os espaços de performance dos indivíduos. O objetivo dessa estratégia não consiste, necessariamente, na restrição ou anulação das liberdades dos indivíduos, pois podem, também, atuar no sentido de ampliá-las²⁴. O fato é que as relações de poder criam os espaços de atuação dos indivíduos, constituindo a sociedade, de modo que não existe sociedade sem relações de poder²⁵. Assim sendo, o que importa saber, em uma “analítica do governo”, é o modo como a conduta dos indivíduos é conduzida pelo governo.

O termo “conduta”, apesar da sua natureza equívoca, talvez seja um daqueles que melhor permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A “conduta” é, ao mesmo tempo, o ato de “conduzir” os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidade. *O exercício do poder consiste em “conduzir condutas” e em ordenar probabilidade.* O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do “governo” (FOUCAULT, 1995, pp. 243-244). [Grifos nossos].

A instituição e o funcionamento de um governo pressupõem a existência anterior de relações de poder,

que se apoiam em programas e formas de saber calculados e racionais, e que são acompanhados de técnicas de direcionar e regular o comportamento. Logo, a governamentalidade implica em práticas de governo sistemáticas e reguladas, e também aponta para elementos de cálculo ou para um saber racional das entidades a

das contas, conduzir a conduta dos indivíduos. “O funcionamento das relações de poder, evidentemente, não é uma exclusividade do uso da violência mais do que da aquisição dos consentimentos; nenhum exercício de poder pode, sem dúvida, dispensar um ou outro e frequentemente os dois ao mesmo tempo. *Porém, se eles são seus instrumentos ou efeitos, não constituem, contudo, seu princípio ou sua natureza [...]* Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impele absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações” (FOUCAULT, 1995, p. 243). [Grifos nossos].

²⁴ Importante destacar que, se para Foucault o poder é uma ação que incide sobre a ação dos indivíduos, tendo em vista orientar a conduta deles, então “o poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto ‘livres’ – entendendo por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer [...] *Não há, portanto, um confronto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão* (onde o poder se exerce, a liberdade desaparece); mas um jogo muito mais complexo: neste jogo, *a liberdade aparecerá como condição de existência do poder*” (FOUCAULT, 1995, p. 244). [Grifos nossos].

²⁵ “O exercício do poder seria uma maneira para alguns de estruturar o campo de ação possível dos outros. Deste modo, o que seria próprio a uma relação de poder é que ela seria um modo de ação sobre ações. O que quer dizer que *as relações de poder se enraízam profundamente no nexo social*; e que elas não reconstituem acima da ‘sociedade’ uma estrutura suplementar com cuja obliteração radical pudéssemos talvez sonhar. Viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros. *Uma sociedade ‘sem relações de poder’ só pode ser uma abstração* (FOUCAULT, 1995, pp. 245-46). [Grifos nossos].

serem governadas. [Ademais], o governo não visa moldar diretamente as ações de atores individuais ou coletivos, mas sim uma determinação indireta e reflexiva das opções possíveis de ação. A maneira pela qual os atores realizam sua ação (“conduta das condutas”) é o objeto do governo (LEMKE, 2017, pp. 24-25).

A governo neoliberal é uma atividade que estrutura situações de concorrência. Para isso, ou estabelece uma ordem-quadro capaz de orientar a conduta dos indivíduos, ou aposta no subjetivismo deles, concebendo-os como sujeitos racionais capazes de conduzir a própria vida. Nesses espaços de concorrência, os indivíduos assumem a condição de *sujeitos concorrenciais empresas de si*, pressupondo que a desigualdade entre os agentes em disputa é algo natural. É aqui que o conservadorismo, enquanto ideologia²⁶, atua no sentido de convencê-los a respeito da veracidade desse pressuposto.

O conservadorismo é uma visão social de mundo ideológica²⁷. Na tentativa de identificar as fronteiras dessa cosmovisão, articularemos elementos do pensamento político de dois conservadores contemporâneos: Roger Scruton, no livro *Como ser um conservador*, e João Pereira Coutinho em *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários*²⁸. Chamaremos de *justiça imperfeita* o dispositivo que articula os elementos do discurso político conservador.

²⁶ João Pereira Coutinho afirma que “o conservadorismo é, antes de tudo, uma disposição que levará o conservador a, nas palavras de Michael Oakeshott, usar e desfrutar aquilo que está disponível, em vez de desejar ou procurar outra coisa” (2014, p. 21). Ainda segundo Coutinho, “o conservadorismo é também um tipo de ideologia que, ao contrário das rivais, tenderá apenas a emergir quando ‘os fundamentos da sociedade são ameaçados’” (2014, p. 27). [Grifos nossos].

²⁷ Michael Löwy distingue dois tipos de visões sociais de mundo: “visões ideológicas, quando servissem para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo; visões sociais utópicas, quando tivessem uma função crítica, negativa, subversiva, quando apontassem para uma realidade ainda não existente” (2006, p. 14). O autor propõe a seguinte definição de visões sociais de mundo: “todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas” (2006, p. 13). Ao negar a ordem vigente, João Pereira Coutinho afirma que revolucionários e reacionários se igualam. A diferença é que, enquanto os primeiros negam a realidade que existe em nome de um futuro desejado; os segundos, desejam o retorno a um passado idealizado.

²⁸ O conservadorismo é multifacetado; não é um bloco homogêneo. Existem, por exemplo, divergências entre eles no que se refere às políticas neoliberais, como mostra Roger Scruton em *Como ser um conservador*. Portanto, a escolha desses autores e suas obras precisa ser esclarecida. Roger Scruton, recentemente falecido, tornou-se um dos cânones do pensamento conservador no mundo. Sua obra é cada vez mais conhecida no Brasil. Escreveu aproximadamente mais de 50 livros sobre política, estética e moral; além daquelas sobre as origens e características do conservadorismo, como, por exemplo, *Conservadorismo: um convite à grande tradição* e *O que é conservadorismo*. Em *Como ser um conservador*, Scruton faz uma análise conservadora de vários temas contemporâneos: multiculturalismo, ambientalismo, direitos humanos, imigração, Brexit etc. Em 2019, elogiou a política econômica do governo Bolsonaro encabeçada pelo ministro Paulo Guedes. João Pereira Coutinho é um intelectual conservador também bastante conhecido no Brasil. Escreveu artigos para o jornal *Folha de São Paulo* e no livro *As ideias conservadoras explicadas para revolucionários e reacionários* expõe de maneira clara e erudita as ideias conservadoras, apresentando o conservadorismo como uma ideologia posicional que se coloca na defesa das tradições e das instituições todas às vezes que elas são ameaçadas pela inovação revolucionária ou reacionária. Ademais, Pereira Coutinho mostra que existem afinidades entre as ideias conservadoras e as ideias liberais e neoliberais.

Scruton entende que é legítimo e necessário pensar formas que sejam capazes de estender os benefícios sociais àquelas pessoas que são desprovidas deles, pois isso ajudaria a despertar nelas o sentimento de pertença social. Inclusive essa preocupação em ampliar os bens da cidadania para os menos favorecidos da sociedade é a verdade no socialismo compartilhada pelos conservadores. “A verdade da nossa dependência mútua e da necessidade de fazer o que pudermos para expandir os benefícios de pertencer a uma sociedade para aqueles cujos esforços não são suficientes para obtê-los” (SCRUTON, 2019, p. 71). No entanto, segundo Scruton, o conceito socialista de justiça social e a afirmação do Estado como principal agente responsável pela promoção da justiça afastam os conservadores do socialismo.

Para o socialismo, justiça e igualdade são valores equivalentes: não há justiça sem igualdade social e toda sociedade, quanto mais igualitária, mais justa. Ademais, a justiça se sustenta no princípio da necessidade, ou seja, a ideia de que a riqueza é um produto social, um ativo comum, que precisa ser redistribuído conforme as necessidades dos beneficiários. Nesse processo de redistribuição da riqueza, o Estado assume o papel de principal agente, colocando a justiça social como a primeira de suas prioridades. De acordo com Scruton, essa equivalência está baseada na falácia do jogo de soma zero, na qual o sucesso de alguém está atrelado ao fracasso de outrem. “Parece-me que essa falácia do jogo de soma zero está na base da crença generalizada de que igualdade e justiça são ideias equivalentes – crença que parece ser a posição padrão dos socialistas e programada como tal nos cursos universitários de Filosofia Política” (SCRUTON, 2019, p. 80). Daí porque “a irresponsável e irreplicável lamúria de tantos socialistas, que não conseguem admitir que o pobre se beneficia da riqueza dos ricos” (SCRUTON, 2019, p. 78).

A partir daqui, Scruton apresenta um conjunto de críticas ao modelo do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), ao mesmo tempo em que invoca o necessário compromisso da iniciativa privada com a assistência social. Esse comprometimento dos mais ricos com a caridade ajudará a reduzir as despesas do Estado, impedirá que o sistema crie uma nova categoria de dependentes de benefícios sociais e aplacará um eventual ressentimento entre os mais pobres, o que ameaçaria a harmonia social.

Todos os sistemas estão sujeitos a duas falhas. Primeira, os sistemas contribuem para a criação de uma nova categoria de dependentes – pessoas que passam a depender dos pagamentos dos benefícios sociais, talvez ao longo de várias gerações, e perderam todos os incentivos para viver de outra maneira. [...] A segunda falha é que o sistema de benefícios sociais, da maneira como foi até então concebido, não possui limites orçamentários. [...] Além disso, a desigualdade gera ressentimento, e o ressentimento deve ser superado, caso exista harmonia social. Pessoas ricas podem estar cientes dessa situação e desejosas de fazer algo a esse respeito. Podem doar para a caridade,

destinar parte de seus recursos para ajudar outras pessoas e, de forma apropriada, demonstrar compaixão pelos menos afortunados. Em especial, podem criar empresas que geram empregos e assim permitir que os outros sejam beneficiados ao participar de seu próprio êxito (SCRUTON, 2019, pp. 71-84).

Por fim, para Scruton, a justiça real (e não aquela que estabelece uma equivalência entre justiça e igualdade) fundamenta-se no princípio da retribuição, isto é, o benefício concedido a alguém deve estar vinculado às ações e às responsabilidades dos indivíduos; por isso, nem todos serão beneficiados – somente aqueles que fizerem por merecer. Essa noção de justiça é, portanto, diferente da ideia de justiça social proposta e defendida pelos socialistas. Foi por causa da ideia de justiça social que surgiu, na política moderna, uma ideia “completamente nova de justiça – que tem pouco ou nada a ver com direito, mérito, recompensa ou retribuição e que está efetivamente desvinculada das ações e responsabilidades dos indivíduos” (SCRUTON, 2019, p. 81).

Para os conservadores, a justiça é imperfeita devido à imperfeição humana, ou seja, devido ao fato de que os seres humanos são imperfeitos intelectualmente e, portanto, incapazes de abarcar a complexidade dos fenômenos sociais, bem como transformar radicalmente a realidade rumo à perfeição. Dessa forma, qualquer proposta de transformação social que desconsidere a dinâmica própria de funcionamento da sociedade revelar-se-á inócua e utópica. Assim, “o reconhecimento da imperfeição intelectual humana convida o agente conservador para uma conduta humilde e prudente que recusa a política utópica” (COUTINHO, 2014, p. 39), escolhendo, sempre, a ação política comprometida com a *via media* entre os extremos. Isso não significa dizer que os conservadores são totalmente temerosos e avessos a qualquer tipo de inovação e reforma. Acontece que, para eles, as reformas não podem prescindir das tradições que resistiram aos testes do tempo, mas devem ocorrer respeitando os costumes, as leis e as tradições do povo. Sendo assim, “a reforma não só não exclui a tradição como *exige* uma tradição, entendida como ponto de partida para qualquer ação reformista. Reformamos o que existe e, mais importante ainda, reformamos *porque algo existe e porque algo chegou até nós*”, afirma João Pereira Coutinho (2014, p. 72). Diante de qualquer movimento que venha a ameaçar a tradição e as instituições, o conservadorismo, que é antes de tudo considerada uma disposição natural de todo ser humano, articula-se politicamente para resistir a essa ameaça. Se preciso for, propõe e apoia reformas prudentes que antecipem qualquer ação revolucionária de ruptura institucional. “A reforma é, ela própria, um importante mecanismo de conservação. [...] A reforma é necessária para se preservar (e melhorar) o que se encontra em risco”, assevera Coutinho (2014, p. 74).

A reforma não é apenas mais um princípio banal da gramática conservadora; ela será especialmente relevante para um conservador avesso ao radicalismo político e às situações extremas que o alimentam. Porque não basta conservar as condições morais e institucionais que se consideram relevantes para o prosseguimento de vidas boas. É importante estender *quantitativamente* essas condições, de forma a evitar que um elevado número de indivíduos atue radicalmente porque nada tem a perder e tudo tem a ganhar (COUTINHO, 2014, p. 75).

Dentre os efeitos de um discurso articulado pelo *dispositivo da justiça imperfeita*, podemos citar: a naturalização da desigualdade e da pobreza; a desvinculação da liberdade do ideal de igualdade; a crítica às políticas de redistribuição; o ataque aos direitos trabalhistas e às conquistas sociais da classe trabalhadora; a defesa de um Estado mínimo submetido ao princípio da concorrência e a limitação da democracia e do acesso aos bens da cidadania. A naturalização da desigualdade legitima a gestão da população segundo a lógica da concorrência, servindo, estrategicamente, de esteio para a construção de um Estado que não mais se destina a “assegurar a integração dos diferentes níveis da vida coletiva, [mas sim] ordenar as sociedades de acordo com as exigências da concorrência mundial e das finanças globais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 284). Christian Laval e Pierre Dardot afirmam que o neoliberalismo mudou o método e o significado da gestão da população:

Enquanto no período fordista a ideia predominante era, segundo a expressão consagrada, a “harmonia entre eficácia econômica e progresso social”, hoje, no contexto de um capitalismo nacional, essa mesma população é percebida apenas como um “recurso” à disposição das empresas, segundo uma análise em termos de custo-benefício. A política que ainda hoje é chamada de “social” por inércia semântica não se baseia mais em uma lógica de divisão de ganhos de produtividade destinada a manter um nível de demanda suficiente para garantir o escoamento da produção em massa: ela visa *maximizar a utilidade da população*, aumentando sua “empregabilidade” e sua produtividade, e diminuir seus custos, com um novo gênero de política “social” que consiste em enfraquecer o poder de negociação dos sindicatos, degradar o direito trabalhista, baixar o custo do trabalho, diminuir o valor das aposentadorias e a qualidade da proteção social em nome da “adequação à globalização”. Portanto, o Estado não abandona seu papel na gestão da população, mas sua intervenção não obedece mais aos mesmos imperativos nem aos mesmos motivos. Em vez da “economia do bem-estar”, que dava ênfase à harmonia entre o progresso econômico e à distribuição equitativa dos frutos do crescimento, a nova lógica vê as populações e os indivíduos sob o ângulo mais estreito de sua contribuição e seu custo na competição mundial (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 284).

A justiça é imperfeita, porque todo ser humano é naturalmente imperfeito – é o que podemos concluir da prática discursiva conservadora. Asseverar a imperfeição da justiça como algo dado e incontornável é justificar a inevitabilidade da desigualdade, pressuposto que se acomoda ao princípio da concorrência. Assim, conservadorismo e neoliberalismo se articulam numa mesma governamentalidade, comprometida com a ação política que coloca o Estado a

serviço das finanças e do mercado. Dessa forma, toda ação estatal tem por prioridade criar e ampliar espaços de concorrência que fabricam *sujeitos concorrenciais empresas de si* convictos de que a condução de sua vida é algo de sua inteira responsabilidade. A concorrência é entendida como algo que faz parte da dinâmica da sociedade, que segue seu ritmo natural de evolução e transformação.

O *dispositivo da justiça imperfeita* e o princípio da concorrência são duas tecnologias de dominação da racionalidade neoliberal que os indivíduos articulam, assimilam e incorporam como verdadeiras tecnologias de si²⁹. As tecnologias de si interagem e se articulam com essas tecnologias de dominação, de tal forma que as intervenções que os indivíduos fazem no próprio corpo e mente seguem a *voz de comando e orientação* do *Outro do sujeito concorrencial*, que generaliza a concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação. Obedecendo a *voz de comando e orientação* do Outro, cumprindo as exigências normativas do Ideal do Eu desse Outro e satisfazendo as demandas de reconhecimento social impostas por ele, o indivíduo consegue ocupar um lugar no desejo do Outro. Ora, o reconhecimento de Seu *olhar de vigia selecionador* seria a condição para que esse indivíduo, que disputa com os demais um lugar nesse desejo, mereça o reconhecimento de seu esforço pelo *olhar ratificador* dos outros seus semelhantes e rivais.

²⁹ “Foucault identifica ‘três níveis’ de uma analítica de poder: jogos estratégicos entre liberdades, governo e dominação” (LEMKE, 2017, p. 26). A estratégia adotada pelo poder para melhor conduzir a conduta dos indivíduos consiste em estruturar o campo no qual atuam. O objetivo dessa estratégia não é necessariamente restringir ou anular as liberdades dos indivíduos; pelo contrário, pode ser o de ampliá-las. O fato é que as relações de poder constituem a sociedade, de modo que não existe sociedade sem relações de poder. Segundo Foucault, “*governo* refere-se a modos de poder mais ou menos sistematizados, regulados e refletidos (uma ‘tecnologia’), que vão além do exercício espontâneo de poder sobre outrem, seguindo uma forma específica de raciocínio (uma ‘racionalidade’) que define o objetivo (*télos*) da ação e os meios adequados para atingi-lo” (LEMKE, 2017, p. 27). A dominação são relações assimétricas de poder em que há uma redução ou mesmo uma anulação dos espaços de liberdade dos indivíduos. “Tecnologias de governo são responsáveis pela sistematização e pela estabilização de relações de poder que podem levar a estados de dominação” (LEMKE, 2017, p. 27). Foucault colocou ao lado das lutas contra a dominação e a exploração as lutas contra as formas de subjetivação. Nelas, os indivíduos questionam a sujeição à normas sociais que se apresentam como universais e cientificamente comprovadas. São, portanto, lutas contra o “governo da individualização”. Recorrendo a noção de “tecnologias de si”, Foucault afirma que o objetivo dessas lutas contra as formas de subjetivação é forjar técnicas que permitam aos indivíduos efetuar operações no próprio corpo, alma, pensamento a fim de concretizar desejos almejados. A analítica de um governo consiste em compreender como ocorre a interação entre as “tecnologias de dominação” e as “tecnologias de si”.

Capítulo 3

O CONSERVADORISMO, O NEOLIBERALISMO E A EXTREMA-DIREITA NO BRASIL: A REAÇÃO REACIONÁRIA QUE BLOQUEIA A LUTA POR RECONHECIMENTO INTERSUBJETIVO

Neste capítulo, nosso objetivo é mostrar que a articulação de uma agenda conservadora e neoliberal em um governo de extrema-direita é algo totalmente factível e viável, sobretudo quando o que está em jogo é o bloqueio da emancipação enquanto realização do reconhecimento intersubjetivo. Neste sentido, é interessante destacar o artigo de Silvio Almeida publicado na Folha de S. Paulo, no dia 29/04/2021, “O homem certo”, no qual diz que “não há contradição entre Guedes e Bolsonaro. O liberalismo de um pede o autoritarismo de outro”³⁰.

Guedes e Bolsonaro personificam a versão brasileira do centauro do neoliberalismo, que é metade liberdade econômica para o andar de cima da pirâmide social e metade repressão e violência para o andar de baixo. De vez em quando somos forçados a lembrar que é um único ser, com os mesmos projetos e o mesmo negacionismo da realidade social. No fundo, quem quer a liberdade de Guedes pede por autoritarismo; quem quer o autoritarismo de Bolsonaro é porque demanda a liberdade de Guedes (ALMEIDA, 2021).

Axel Honneth argumenta que os conflitos sociais mobilizam a luta por reconhecimento intersubjetivo e que eles surgem no contexto de desrespeito às normas sociais que sustentam o reconhecimento. O objetivo dessa luta consiste em restabelecer essas normas ou criar novas (HONNETH, 2009). Essas lutas somente adquirem feição emancipadora quando os atores responsáveis pela sua viabilização conseguem associar o desrespeito às normas à existência de estruturas injustas, que precisam ser subvertidas para que a emancipação, de fato, concretize-se. Porém, no Brasil, a oposição às políticas redistributivas e ao reconhecimento dos direitos sociais das minorias identitárias e das classes populares resultou em uma *reação reacionária*, formada a partir da aliança entre conservadorismo, neoliberalismo e extrema-direita, que, mobilizando o medo (um dos elementos constitutivos do liberalismo), sobretudo de frações da

³⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/silvio-almeida/2021/04/o-homem-certo.shtml>, acessado em 14/05/2021 às 11h.

classe média, conduziu ao poder Jair Messias Bolsonaro, liderança política de extrema-direita mais popular do país.

3.1 Liberalismo, liberdade e segurança

A primeira epígrafe que Friedrich August Hayek utiliza na abertura do capítulo nono, “Segurança e Liberdade”, do seu trabalho mais conhecido, *O caminho da servidão*, é uma citação do intelectual marxista e líder da Revolução Russa Vladimir Lênin, na qual se lê: “a sociedade inteira se terá convertido numa só fábrica e num só escritório, com igualdade de trabalho e igualdade de remuneração”. Nesta frase, está contido aquilo que Hayek irá criticar em todo o capítulo: a segurança absoluta. De acordo com ele, essa espécie de segurança é uma verdadeira ameaça à liberdade individual do consumidor. “Com efeito, quando a segurança é entendida num sentido absoluto, o empenho geral em conquistá-la, ao invés de possibilitar maior liberdade, torna-se a mais grave ameaça a esta”, afirma o economista austríaco (HAYEK, 2010, p. 127).

Hayek concorda que é preciso que haja um mínimo de segurança para que os indivíduos possam exercer sua liberdade, pois eles precisam ser protegidos de suas privações físicas, além de terem assegurado um certo padrão de vida. Porém, ele contrapõe duas espécies de segurança: a limitada e a absoluta. Enquanto a primeira é justa e legítima e pode ser conquistada para todos, a segunda muitas vezes se torna privilégio de alguns (o que não deveria ocorrer) em detrimento do sacrifício de muitos.

Convém contrapor, de início, as duas espécies de segurança: a segurança limitada, que pode ser conquistada para todos e por conseguinte não constitui privilégio mas objeto de legítimas aspirações; e a segurança absoluta, que numa sociedade livre não pode ser conquistada para todos e que não deveria ser concedida como privilégio – a não ser em certos casos especiais, como o de juízes, em que a independência completa é de suprema importância. Essas duas espécies de segurança são: em primeiro lugar, a salvaguarda contra graves privações físicas, a certeza de que um mínimo, em termos de meios de sustento, será garantido a todos; e, em segundo lugar, a garantia de um certo padrão de vida, ou da situação relativa de uma pessoa ou um grupo de pessoas em relação a outras – ou, em poucas palavras, a segurança de uma renda mínima e a segurança da renda específica que se julga que cada um merece (HAYEK, 2010, p. 127).

Numa sociedade que atingiu um certo nível de produção de riquezas, é legítimo e justo defender que os governos se comprometam em garantir as condições mínimas de sobrevivência de seus membros, como, por exemplo, alimentação, habitação, vestimenta, saúde, trabalho e

previdência social. Além disso, os governos não devem descuidar do combate às flutuações gerais da atividade econômica e do desemprego, que tende a acompanhá-las. A salvaguarda dessas condições mínimas requer um cuidadoso planejamento; no entanto, esse planejamento não pode visar a substituição da sociedade de mercado, sob pena de ameaça à liberdade. Para Hayek, a liberdade do consumidor é ameaçada todas às vezes que o objetivo do planejamento consiste em proteger a queda de renda dos produtores.

O planejamento que exerce efeito tão insidioso sobre a liberdade é aquele que visa a uma segurança de outra espécie. É o planejamento que se destina a proteger indivíduos ou grupos contra a redução de suas rendas (redução que, embora imerecida, ocorre diariamente numa sociedade competitiva), contra perdas que impõem duras privações, sem justificção moral, e que, contudo, são inseparáveis do sistema de concorrência (HAYEK, 2010, p. 120).

Ao analisar a política governamental adotada em vários países de sua época, Hayek conclui que:

A política governamental hoje adotada em toda parte, de conceder o privilégio da segurança ora a este grupo, ora àquele, vai rapidamente criando condições em que o anseio de segurança tende a sobrepujar o amor à liberdade. Isso porque, cada vez que se confere segurança completa a um grupo, aumenta a insegurança dos demais (HAYEK, 2010, p. 133).

A tese de Hayek é a seguinte: “o foco intenso das pessoas em seus interesses como produtores, e a relativa falta de atenção aos interesses como consumidores, leva-os a insistir para que sejam criadas políticas governamentais que promovam e protejam seus interesses como produtores” (BOUDREAU, 2017, p. 66). Isso significa que, no capitalismo de mercado, a produção de bens e serviços, a partir de recursos escassos, atende aos desejos, necessidades e recursos dos consumidores. Dessa forma, os produtores, atentos às demandas do consumidor, empreendem negócios que sejam capazes de satisfazê-las. Assim, o fundamento da economia de mercado é a liberdade de escolha e a soberania do consumidor. A ele é assegurado o direito de gastar seu dinheiro da maneira que melhor lhe convém, consumindo os bens e serviços que lhe apraz.

O sistema que melhor assegura que os recursos sejam usados da maneira mais eficiente possível é o capitalismo de livre mercado – um sistema econômico baseado em direitos de propriedade privada transferíveis, liberdade contratual, estado de direito e soberania do consumidor. Esta última característica do capitalismo de livre-mercado é o direito de cada consumidor para gastar seu dinheiro da forma que achar

mais conveniente. Ele pode gastar muito ou pouco de sua renda da maneira que optar (e deixar para economizar no que puder), e pode mudar seus padrões de gasto sempre que quiser e gastar em qualquer coisa que preferir (BOUDREAUX, 2017, p. 64).

O consumidor tem liberdade de manejar seus recursos e gastá-los como quiser. Assim, a subida de preços das mercadorias não os afeta tanto, pois diante dessa elevação, ele pode substituir essas mercadorias por outras, até que os preços se estabilizem. Por isso, é muito mais comum as pessoas reclamarem da queda de suas rendas do que se queixar com a alta dos preços das mercadorias. A tendência dos produtores, quando vêm suas rendas caírem, é pressionar o governo para intervir na dinâmica do mercado a fim de protegê-los da crise. Ocorre que essa intervenção, para proteger poucos, mediante a criação de privilégios, é realizada a partir da imposição de encargos a muitos, restringindo a liberdade dos consumidores, contribuintes e outros produtores. O problema, portanto, começa quando “o governo passa a blindar os produtores de ter que competir pelo gosto do consumidor. Tamanha proteção não promove capitalismo de livre mercado, mas capitalismo clientelista” (BOUDREAUX, 2017, p. 66).

Hayek identifica então dois modelos irreconciliáveis de organização social: a sociedade comercial, que assegura a liberdade e a soberania do consumidor, e a sociedade militar, que concede plena segurança ao indivíduo, apesar de que tal segurança “é inseparável das restrições à liberdade e da ordem hierárquica da vida militar – é a segurança dos quartéis”, na qual a liberdade é substituída pela obediência (HAYEK, 2010, p. 133). Por isso, a outra epígrafe deste capítulo de *O caminho da servidão* é uma citação de outro intelectual e líder da Revolução de 1917, Leon Trotsky: “num país em que o único empregador é o Estado, oposição significa morte lenta por inanição. O velho princípio ‘quem não trabalha não come’ foi substituído por outro: ‘quem não obedece não come’” (HAYEK, 2010, p.127). Hayek apresenta essas duas epígrafes porque, para ele, o neoliberalismo é uma resposta crítica à economia protegida e planificada, ao socialismo de Estado e às intervenções de tipo keynesiano.

Esse texto de Hayek ilustra muito bem o debate liberal sobre a difícil relação entre segurança e liberdade e a dificuldade de se encontrar um ponto de equilíbrio nessa relação, pois, se por um lado, o excesso de segurança é uma ameaça à liberdade; por outro, o governo liberal precisa assegurar que os interesses individuais não se sobreponham ao interesse geral. Para isso, cria espaços de atuação dos indivíduos, estabelecendo mecanismos de controle regulatório da população. Ora, o liberalismo é uma arte de governar que não apenas garante as liberdades, mas, principal e fundamentalmente, organiza as condições para que os indivíduos exerçam suas liberdades. “A liberdade não é a contrapartida do governo liberal, mas sim sua base necessária;

ela não é um recurso natural, mas sim um produto artificialmente arranjado e um instrumento de práticas governamentais” (LEMKE, 2017, pp. 65-66).

Ocorre que o liberalismo convive com o seguinte paradoxo: ao produzir liberdade, cria novas intervenções para que essa liberdade não seja ameaçada. No entender de Lemke, no livro *Foucault, governamentalidade e crítica*,

No coração do liberalismo há uma relação problemática e paradoxal entre a produção incessante de liberdade e o perigo permanente de sua destruição. A liberdade liberal pressupõe o estabelecimento de limitações, controles e formas de coação. *O problema do governo liberal é assegurar que a busca por interesses individuais ou coletivos não ameace o interesse geral.* Segue-se a isso que a liberdade liberal não pode ser exercida de uma maneira ilimitada, mas deve ser regulada por um princípio de cálculo: *os dispositivos de segurança são o outro lado e a condição de existência do governo liberal* (LEMKE, 2017, pp. 66-67). [Grifos nossos].

Segundo Michel Foucault, o controle regulatório da população é um dos modos de apresentação do biopoder (o outro é o disciplinamento do corpo individual). Ele chama esse modo de apresentação do biopoder de “tecnologias de segurança”. “Ela mira nos fenômenos de massa característicos de uma população e suas condições de variação, buscando prevenir ou compensar os perigos que resultam de sua existência como entidade biológica” (LEMKE, 2017, p. 60).

Na aula de 1º de fevereiro de 1978 do curso *Segurança, Território, População*, Foucault mostra que entre os séculos XVI e XVIII floresceram, na Europa, tratados que versavam sobre as artes de governar. Eles trazem a problemática em torno do governo de si, do governo das almas e das condutas, do governo dos filhos e do governo do Estado, colocando em pauta as questões sobre o como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar ser governados e como fazer para ser o melhor governador possível. O surgimento dessas questões é o resultado da confluência de dois movimentos: o desfazimento das estruturas feudais, a partir do qual surgem os Estados territoriais, administrativos, coloniais, e a questão, trazida pela Reforma e a Contrarreforma, sobre como conduzir espiritualmente as pessoas tendo em vista sua salvação pessoal. Muitos desses tratados são produzidos a partir de uma análise crítica e negativa, porém propositiva, da obra o *Príncipe* de Nicolau Maquiavel.

O tratado antimaquiaveliano que Foucault analisa nesta aula é “O espelho político, contendo diversas maneiras de governar”, datado de 1555, de Guillaume de La Perrière. A partir dessa análise, Foucault coloca em evidência os elementos que caracterizam essa nova arte de governar. O primeiro aspecto que ele destaca é o fato de que a grande meta do governo, entre

os séculos XVI e XVIII, foi introduzir a economia na política, ou seja, colocar como modelo de gestão do Estado a administração da família.

Governar um Estado será, portanto, aplicar a economia, uma economia no nível de todo o Estado, isto é, exercer em relação aos habitantes, às riquezas, à conduta de todos e de cada um uma forma de vigilância, de controle, não menos atenta do que do pai de família sobre a casa e seus bens (FOUCAULT, 2008, pp. 126-27).

Outro aspecto que Foucault destaca do texto de La Perrière é a maneira como ele define governo: “governo é a correta disposição das coisas, das quais alguém se encarrega para conduzi-las a um fim adequado”. Segundo Foucault, com essa definição, La Perrière quis

mostrar que aquilo com que o governo se relaciona não é, portanto, o território, mas uma espécie de complexo constituído pelos homens e pelas coisas. Quer dizer também que essas coisas de que o governo deve se encarregar, diz La Perrière, são os homens, mas em suas relações, em seus vínculos, em suas imbricações com essas coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequidão, sua fecundidade. São os homens e suas relações com estas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou de pensar. E, enfim, são os homens em suas relações com estas outras coisas que podem ser os acidentes ou as calamidades como a fome, as epidemias, a morte (FOUCAULT, 2008, pp. 128-29).

Ademais, com essa definição, La Perrière afirma a existência de uma multiplicidade de finalidades para as quais se dirigem as ações do governo. Assim,

para alcançar essas diversas finalidades, vai se dispor das coisas [...] Aqui não se trata de impor uma lei aos homens, trata-se de dispor das coisas, isto é, de utilizar táticas, muito mais que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas; agir de modo que, por um certo número de meios, esta ou aquela finalidade possa ser alcançada (FOUCAULT, 2008, p. 132).

Até o surgimento da problemática da população, afirma Foucault,

a arte de governar não podia ser pensada senão a partir do modelo da família, a partir da economia entendida como gestão da família. A partir do momento em que, ao contrário, a população vai aparecer como absolutamente irreduzível à família, a família passa para o nível inferior em relação à população; aparece como elemento no interior da população. [...] O que faz que a população possibilite o desbloqueio da arte de governar é que ela elimina o modelo da família. *A população vai aparecer por excelência como a meta final do governo* (2008, p. 139). [Grifos nossos].

Por fim, sobre a constituição da economia política, conclui Foucault:

[Que ela] pôde se constituir a partir do momento em que, entre os diferentes elementos da riqueza, apareceu um novo sujeito, que era a população. Pois bem, é apreendendo essa rede contínua e múltipla de relações entre a população, o território e a riqueza que se constituirá uma ciência chamada “economia política” e, ao mesmo tempo, um tipo de intervenção característica do governo, que vai ser a intervenção no campo da economia e da população. Em suma, a passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberania a um regime dominado pelas técnicas do governo se faz no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política (2008, pp. 139-40).

A partir do momento em que a população aparece como a meta final do governo, esse mobiliza tecnologias governamentais (as de segurança, por exemplo), ou seja, “um complexo de mecanismos práticos, procedimentos, instrumentos e cálculos por meio dos quais as autoridades buscam guiar e moldar a conduta e as decisões dos indivíduos e dos coletivos para alcançar objetivos específicos” (LEMKE, 2017, p. 43). Assim, uma das estratégias do controle regulatório da população, tecnologia adotada pela arte de governar liberal e neoliberal, consiste em conduzir a conduta dos indivíduos, colocados em situação de concorrência, de modo que seus interesses particulares não ameassem a liberdade artificialmente construída. No fundo, “o liberalismo é caracterizado por ser uma ‘cultura do perigo’ que ameaça permanentemente a liberdade por ele produzida” (LEMKE, 2017, p. 59). Para Foucault, a relação entre liberdade, segurança e medo é constitutiva do liberalismo. Sua compreensão nos possibilita a elucidação dos fundamentos que viabilizaram a aliança entre neoliberalismo, conservadorismo e extrema-direita, que aqui no Brasil se expressa no governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-), bem como o apoio da classe média a esse pacto antipopular.

3.2 Reação reacionária e retrocessos: neoliberalismo, conservadorismo e extrema-direita

Em conferência pronunciada nos Diálogos Luso-Brasileiros, no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa, em 4 de novembro de 2019, com o título original de “Neoliberalismo e nacionalismo de direita: rumos divergentes no mundo rico e no Brasil”, o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira afirma que a eleição de Jair Bolsonaro firmou, no Brasil, um estranho casamento entre o neoliberalismo e a extrema-direita³¹. Estranho porque, no mundo rico, partidos e lideranças políticas de extrema-direita se opõem à economia neoliberal e ao projeto de globalização. É assim nos Estados Unidos, na Polônia e na Hungria,

³¹ A transcrição dessa conferência de Bresser-Pereira pode ser encontrada no site “A Terra é Redonda”, que a publicou no dia 04 de dezembro de 2019. Ver BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Um estranho casamento: neoliberalismo e nacionalismo de direita”. In: A Terra é Redonda. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2019/274.Estranho-casamento.pdf>. Acesso em: 13/12/2020.

por exemplo. Já no Brasil, diz Bresser-Pereira, “a associação da extrema-direita neofascista ao neoliberalismo é uma *associação oportunista* mais difícil de explicar” [Grifos nossos].

Essa aliança começou a ser costurada com a crise que se instalou no país a partir dos protestos de 2013, conhecidos como “Jornadas de Junho”, e contou com o apoio fundamental da classe média, que reclamava de ter ficado de fora dos ganhos econômicos dos últimos anos, diferentemente do que ocorreu com as elites e com as classes populares.

No quadro de um sistema econômico quase-estagnado essa classe média foi espremida entre as elites financeiro-rentistas e os trabalhadores. Por um lado, pelos muito ricos, cuja riqueza não parou de aumentar; de outro, pelas classes populares que foram beneficiadas, primeiro pela estabilização da alta inflação inercial em 1994, e, segundo, pelas políticas sociais que o governo Cardoso (1995-2003) e principalmente os governos do PT (2003-2016) adotaram. A liberalização comercial e financeira, as desregulamentações e privatizações, e os altos juros beneficiaram diretamente os muito ricos, enquanto as políticas sociais e o aumento do salário mínimo beneficiaram os trabalhadores e os pobres. Nos dois casos, a alta classe média ou classe média tradicional ficou esquecida. Ocorre então, no Brasil, um terrível processo de polarização política. *A sociedade brasileira, que se unira no início dos anos 1980 para construir uma grande coalizão de classes voltada para a democracia e o desenvolvimento social, de repente se viu tomada pelo ódio que começou nas classes médias.* E que tinha como principais objetos o PT e Lula (BRESSER-PEREIRA, 2019)³². [Grifos nossos].

O resultado de toda essa polarização e ódio foi o estabelecimento desse “estranho casamento”, cujas testemunhas, padrinhos e madrinhas são, sobretudo, pessoas da classe média. Essa aliança conduziu ao poder o principal representante político da extrema-direita brasileira.

Temos, assim, no Brasil, um estranho casamento, entre um nacionalista de extrema-direita e o neoliberalismo, enquanto no mundo rico o nacionalismo de direita se opõe ao neoliberalismo. Este último pode ser detestável, mas tem uma lógica; significa o reconhecimento do fracasso do projeto de globalização e a defesa do nacionalismo

³² Ao analisar essas manifestações de 2013, José Murilo de Carvalho afirma que a história nos pregou uma peça e que precisamos diversificar e aprimorar nossos instrumentos de observação da realidade. Segundo ele, essas manifestações são inéditas no país devido há pelo menos quatro características: elas foram convocadas nas redes sociais; não possuíam lideranças bem definidas; suas pautas eram diversificadas e questionavam os valores políticos vigentes. No que se refere à origem social dos manifestantes, o autor concorda com Bresser-Pereira: “pelo que se pôde ver nas imagens amplamente divulgadas na mídia impressa e televisiva e, sobretudo, nas redes sociais, e deduzir de algumas rápidas pesquisas feitas no calor da hora, *o grosso dos manifestantes compunha-se de representantes da classe média, sobretudo da juventude estudantil* (CARVALHO, 2019, p. 9). [Grifos nossos]. Por fim, para ele, a origem de tanta insatisfação tem a ver com o fato de que nos últimos anos houve uma melhora das condições de vida, trabalho e escolaridade da população. Ora, “mais renda significa também aumento de expectativas e da consciência cidadã, vista esta como percepção mais clara e ampla de direitos. O fenômeno é bem conhecido na história: políticas públicas podem ter consequências imprevistas e não desejadas por seus autores” (CARVALHO, 2019, p. 11). José Murilo de Carvalho conclui dizendo que toda essa mobilização social agudiza a necessidade urgente, porém sempre adiada, de democratizar a república e republicanizar a democracia. “Uma das maneiras de caracterizar o momento atual vivido pelo Brasil é dizer que precisamos continuar a democratizar a república pela inclusão social, sem abandonar o esforço de republicanizar a democracia pelo governo da lei, eficaz e transparente, requisito indispensável para o fortalecimento das instituições” (CARVALHO, 2019, p. 245).

econômico. Já no caso do Brasil, a *lógica é meramente oportunista*. Para o presidente foi uma forma de obter o apoio das elites econômicas. Para estas elites, uma forma de obter as reformas que as interessam – que colocam todo o peso do ajuste necessário nas costas dos assalariados, não importando que em troca o governo possa cometer violências contra direitos civis, a Universidade, o ensino fundamental, a cultura, a saúde e a proteção do ambiente (BRESSER-PEREIRA, 2019). [Grifos nossos].

Ocorre que, de oportunista, esse casamento não tem quase nada. Na verdade, ele segue o ideal burguês de uma união estável firmada a partir do compartilhamento de *elementos de afinidade* entre os cônjuges. Neste aspecto, o melhor mesmo é refletirmos as palavras sinceras de um dos sacerdotes do neoliberalismo, Ludwig Von Mises (que certamente abençoaria essa união) quando fala sobre as razões do fascismo:

As ações dos fascistas e de outros partidos que lhe correspondiam eram reações emocionais, evocadas pela indignação com as ações perpetradas pelos bolcheviques e comunistas. Ao passar o primeiro acesso de ódio, a política por eles adotada toma um curso mais moderado e, provavelmente, será ainda mais moderado com o passar do tempo. *Tal moderação resulta do fato de que os pontos de vista tradicionais do liberalismo continuam a exercer influência inconsciente sobre os fascistas*. Não se pode negar que o fascismo e movimentos semelhantes, visando ao estabelecimento de ditaduras, estejam cheios das melhores intenções e que sua intervenção, até o momento, salvou a civilização europeia. O mérito que, por isso, o fascismo obteve para si estará inscrito na história (2010, pp. 75-77). [Grifos nossos].

Mas é preciso ser justo e lembrar que, para Mises, embora o fascismo tenha propiciado uma salvação momentânea da civilização europeia, “encará-lo como algo a mais seria um erro” (MISES, 2010, p. 77). Porém, o real motivo para que haja esse equívoco não tem nada a ver com o fato de que o fascismo é uma ameaça aos princípios da democracia liberal. O problema, continua Mises, é que os fascistas recorrem aos mesmos métodos adotados pelos bolcheviques de perseguição e aniquilamento dos adversários. Ao invés de derrotar os adversários com o poder das ideias, os fascistas, da mesma forma que os comunistas, utilizam-se da violência. Se eles lembrassem da “influência inconsciente” do liberalismo sobre o fascismo, perceberiam que “há apenas uma ideia que pode, efetivamente opor-se ao socialismo, isto é, o liberalismo” (MISES, 2010, p. 76).

No livro recentemente lançado, *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*, o professor de filosofia da Universidade de Yale, Jason Stanley apresenta os dez pilares de sustentação do fascismo³³. Um deles é aquele que o autor chama de “vitimização”, ou seja,

³³ Os dez pilares são: a) o passado mítico; b) a propaganda; c) o anti-intelectualismo; d) a irrealidade; e) a hierarquia; f) a vitimização; g) a lei e a ordem; h) a ansiedade sexual; i) Sodoma e Gomorra e j) Arbeit macht frei. Segundo Stanley, esses pilares sustentam a estrutura ideológica fascista articulando-se da seguinte forma: “os políticos fascistas justificam suas ideias ao aniquilar um senso comum de história, criando um passado mítico para

“a exploração do sentimento de vitimização de grupos dominantes frente à perspectiva de ter que dividir a cidadania e o poder com grupos minoritários” (STANLEY, 2020, p. 99). Stanley explica que, diante da ascensão social e do reconhecimento dos direitos e das identidades dos grupos minoritários, os grupos dominantes colocam-se como vítimas desse processo, pois essas conquistas significam uma ameaça a seus privilégios de classe, raça, gênero, sexualidade e religião. “Esse sentimento de ameaça pode ser manobrado politicamente para servir de apoio aos movimentos de direita” (STANLEY, 2020, p. 99).

Existem lutas identitárias que são legítimas e justas, pois são uma resposta libertadora à opressão imposta pelos grupos dominantes aos grupos dominados – essas lutas apontam para a emancipação e a igualdade. São diferentes dos protestos e manifestações dos privilegiados, que se mobilizam para responder reativamente às lutas identitárias, pois querem ver mantidos seus privilégios e as discriminações.

No cerne do fascismo está a lealdade à tribo, à identidade étnica, à religião, à tradição ou, em uma palavra, à nação. Mas, em acentuado contraste com uma versão do nacionalismo que tem a igualdade como meta, *o nacionalismo fascista é um repúdio ao ideal democrático liberal*; é o nacionalismo a serviço da dominação, com o objetivo de preservar, manter ou conquistar uma posição no topo de uma hierarquia de poder e status (STANLEY, 2020, p. 101). [Grifos nossos].

Certamente, Luiz Carlos Bresser-Pereira concorda com Jason Stanley em quase tudo, exceto com o fato de que, para o professor estadunidense, o nacionalismo de direita é uma ameaça à democracia liberal. Para o economista brasileiro, esse movimento é, na verdade, um perigo para o neoliberalismo:

respaldar sua visão de presente. Eles reescrevem a compreensão geral da população sobre a realidade distorcendo a linguagem da idealização por meio da propaganda e promovendo o anti-intelectualismo, atacando universidades e sistemas educacionais que poderiam contestar suas ideias. Depois de um tempo, com essas técnicas, a política fascista acaba por criar um estado de irrealidade, em que as teorias da conspiração e as notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado. À medida que a compreensão comum da realidade se desintegra, a política fascista abre espaço para que as crenças perigosas e falsas criem raízes. Em primeiro lugar, a ideologia fascista procura naturalizar a diferença de grupo, dando assim a aparência de respaldo científico e natural a uma hierarquia de valor humano. Quando classificações e divisões sociais se solidificam, o medo substitui a compreensão entre os grupos. Qualquer progresso para um grupo minoritário estimula sentimentos de vitimização na população dominante. Política da lei e da ordem tem apelo de massa, lançando ‘nós’ como cidadãos legítimos e ‘eles’, em contraste, como criminosos sem lei, cujo comportamento representa uma ameaça existencial à masculinidade da nação. A ansiedade sexual também é algo típico da política fascista, pois a hierarquia patriarcal é ameaçada pela crescente igualdade de gênero. À medida que o medo em relação a ‘eles’ cresce, ‘nós’ passamos a representar tudo o que é virtuoso. ‘Nós’ vivemos no centro rural, onde os valores puros e as tradições da nação ainda existem milagrosamente, apesar da ameaça de cosmopolitismo das cidades da nação, ao lado das hordas de minorias que vivem ali, encorajadas pela tolerância liberal. ‘Nós’ somos trabalhadores e conquistamos nosso primeiro lugar com luta e mérito. ‘Eles’ são preguiçosos, sobrevivem dos bens que produzimos, explorando a generosidade de nossos sistemas de bem-estar social ou empregando instituições corruptas, como sindicatos, para separar os cidadãos honestos e trabalhadores de seus salários. ‘Nós’ somos produtores; ‘eles’ são parasitas” (STANLEY, 2020, pp. 16-17).

Meu desacordo maior, porém, não é quanto à definição de Trump e do Brexit como populistas, desde que fique claro seu nacionalismo econômico. *Meu desacordo é quanto à afirmação que eles estão voltados contra a democracia. Não, eles estão voltados fundamentalmente contra o neoliberalismo, porque nos Estados Unidos e no Reino Unido não foi a democracia que fracassou, mas o projeto neoliberal da globalização. [...] Os ideólogos neoliberais falam em “ameaça à democracia liberal” porque dão ao sistema econômico e político neoliberal o nome de “democracia liberal”.* Esses ideólogos evitam usar a expressão neoliberalismo, e quando a usam, o fazem criticamente, colocando a palavra entre aspas. Em seu lugar, falam o tempo todo em “democracia liberal” que seria a maravilhosa realização da boa sociedade. Uma sociedade que eles entendem como ideal, mas, como sabemos, é uma forma de organização social instável e excludente. [Grifos nossos].

Michael Löwy também considera o avanço das ideias de extrema-direita uma ameaça real à democracia e explica que a origem desse recrudescimento é multifatorial (LÖWY, 2015). Os partidos de extrema-direita da Europa Oriental, por exemplo, são uma decorrência direta do fracasso da “transição” para o capitalismo. O fortalecimento de identidades supostamente ameaçadas pela globalização capitalista neoliberal (os grupos dominantes a quem Stanley se refere) seria outra explicação para o crescimento da extrema-direita. Outros fatores: a crise econômica de 2008, a longa tradição antisemita, colonial e colaboracionista e os eventos negativos, habilmente instrumentalizados pela extrema-direita, ocorridos no Oriente Médio. Correntes da esquerda afirmam que a extrema-direita é o resultado da crise e do desemprego, mostrando que suas ideias estão presentes também na classe trabalhadora e entre os jovens. Aliás, a esquerda minimiza o avanço da extrema-direita, afirmando que o grande capital não teria interesse em apoiá-la, pois hoje, diferente de 1930, quando o nazifascismo era visto como um instrumento para esmagar a revolução e o movimento dos trabalhadores, a revolução não é uma realidade plausível e o movimento dos trabalhadores está enfraquecido.

No caso do Brasil, nenhuma dessas explicações apresentadas por Löwy são suficientes para elucidar as razões da aliança entre conservadorismo, neoliberalismo e extrema-direita, configurada no governo do presidente Jair Bolsonaro. Por outro lado, esse pacto não é motivado, fundamentalmente, pelo oportunismo das elites políticas, econômicas e financeiras, como sugere Luiz Carlos Bresser-Pereira, e nem é estruturado por atores políticos antiliberais que querem solapar os pilares de sustentação da democracia liberal, como aponta Jason Stanley. Esse “estranho casamento” (que de estranho não tem nada), é, no nosso entendimento, uma *reação reacionária* às conquistas e lutas – árduas, desafiadoras, mas até então bem-sucedidas – pelo reconhecimento intersubjetivo da classe trabalhadora e das minorias identitárias, que ao longo da história do Brasil viram seus direitos e sentimentos de *sujeitos autorrealizados* serem negados por uma estrutura injusta, expressa no autoritarismo, elitismo, racismo, patriarcalismo, machismo, heteronormatividade e intolerância religiosa. Essas lutas e conquistas são a força

material desses atores sociais que se recusam a manter intactas essas estruturas discriminatórias e excludentes.

A *reação reacionária* articulou-se politicamente em resposta à “ameaça” que esses grupos traziam a seus privilégios de classe, raça, gênero, sexualidade e religião, promovendo um golpe e impondo uma agenda de retrocessos. Ora, somente articulando duas chaves de leitura, elucidaremos como se deu a estruturação dessa aliança, apoiada pela classe média, entre conservadorismo, neoliberalismo e extrema-direita: 1- a relação entre liberdade, segurança e medo é constitutiva do liberalismo; 2- *a ação política da extrema-direita é a força material das ideias conservadoras*. Faremos essa articulação em três atos.

Liberalismo, neoliberalismo e o governo do medo

A arte de governar liberal orienta a conduta dos indivíduos no sentido de fazê-los sujeitos atentos com relação aos riscos que surgem de escolhas e decisões mal feitas. Agir de maneira imprudente pode custar, por exemplo, o emprego e a queda da renda. Dessa forma, o medo, no liberalismo, possui uma dimensão moral positiva, pois cultiva nos indivíduos uma constante e permanente ameaça de perigo, tornando-os sujeitos precavidos e cautelosos. Como bem assinalou Lemke,

O liberalismo não produz apenas liberdades, que são permanentemente ameaçadas (pelas suas próprias condições de produção) e requerem mecanismos de segurança. Perigo e insegurança (a ameaça de desemprego, pobreza, degradação social etc.) não são somente consequências indesejadas ou efeitos colaterais negativos, mas sim condições essenciais e elementos positivos da liberdade liberal. Nesse sentido, o liberalismo cultiva o perigo, ele sujeita o perigo a um cálculo econômico, pesando suas desvantagens contra seus custos (LEMKE, 2017, p. 67).

O *sujeito concorrencial* conduz sua vida empreendedora, o que significa dizer que os significantes do Outro (o neoliberalismo) o definem como pessoa competitiva, empresa de si, autoconfiante, perseverante, eficaz e eficiente, que investe na própria capacitação, tendo em vista a melhora de sua própria condição de vida. Além disso, é alguém cuja formação acontece no mercado, lugar em que os indivíduos, colocados em situação de concorrência, disputam as mesmas oportunidades e demandas de reconhecimento oferecidas a todos, de maneira justa e igual, pelo Outro. Esse mesmo sujeito que arrisca, precisa estar munido de informações, que circulam livremente pelo mercado, para fazer as escolhas e tomar as decisões mais acertadas. Precisa, portanto, ter uma conduta precavida e cautelosa, pois a disputa é com outros sujeitos

que, da mesma forma que ele, detém habilidades e capacidades dignas do reconhecimento do *olhar de vigia selecionador* do Outro. Esses pequenos outros são para o *sujeito concorrencial* objetos de admiração e inveja, pois possuem algo (o objeto *a*) que ele gostaria de ter para obtenção do tão almejado lugar no desejo do Outro.

É claro que essa lógica da concorrência é fonte de adoecimento. O fracasso acomete o *sujeito concorrencial*, afetando-o com o *sentimento da vergonha de si* e a sensação de perda da experiência³⁴. Em seu imaginário, ele decepciona o Outro ao não responder, à contento, suas demandas de reconhecimento social, fazendo com que o olhar dos outros seus semelhantes, juntamente com o desprezo dele para consigo mesmo, torne a vida algo insuportável. Ademais, a *vergonha de si* revela para o eu a existência de alguém que é, na verdade, suscetível e vulnerável, e que, portanto, precisa estar sempre atento as escolhas que faz e as decisões que toma.

O medo realiza uma importante função moral no governo neoliberal. A ameaça constante de desemprego e de pobreza, e a ansiedade em relação ao futuro induzem a previdência e a prudência. O medo não estimula somente uma consciência dos riscos e incertezas econômicos que acompanham o empreendedorismo socialmente esperado; ele também é um importante meio de medicalização e genetização da sociedade. Ele transforma indivíduos saudáveis em doentes assintomáticos, dos quais se espera medidas preventivas e *checkups* médicos regulares para supervisionar e controlar seus riscos corporais. O medo aqui é instrumental para cultivar um sentido de suscetibilidade e vulnerabilidade. No contexto do governo neoliberal, o medo é a base e o motivo para a constituição do eu responsável, confiável e racional (LEMKE, 2017, pp. 71-72).

Na arte de governar neoliberal, o medo exerce a importante função estratégica de regulador moral dos indivíduos. Por causa dele, os empreendedores, atentos aos riscos de suas escolhas e decisões, tornam-se mais precavidos e prudentes e os indivíduos se deparam com suas fragilidades e suscetibilidades. No entanto, o medo pode também segregar os indivíduos em comunidades de iguais, onde supostamente estarão protegidos de ameaças externas. Por causa dele, as pessoas são induzidas a formar grupos homogêneos, segregando aqueles que são vistos como ameaça a seus direitos e estilo de vida. Christian Dunker nomeou essa lógica de “vida em forma de condomínio”, na qual as pessoas criam uma ilusão de que é possível existir uma “região, isolada do resto, onde se poderia livremente exercer a convivência e o sentido de comunidade entre iguais” (DUNKER, 2015, p. 47). Nessa lógica, a sensação de angústia do *sujeito concorrencial* se expressa de duas maneiras: ou ele se angustia com o fato de ter que

³⁴ Para mais detalhes, ver capítulos 4 e 5.

conviver com pessoas iguais a ele, que possuem habilidades e capacidades dignas do disputado olhar de reconhecimento do Outro; ou se angustia com a possibilidade de ver seu espaço “invadido” por intrusos, cuja conquista de direitos e reconhecimento social é interpretada por ele como uma ameaça a seus privilégios. No primeiro caso, o *sujeito concorrencial* é afetado por sentimentos ambivalentes: admiração e inveja; no segundo, pelo medo, que se não for bem elaborado, poderá converter-se em ódio, produzindo sujeitos reificados e ressentidos³⁵.

Mais medo: conservadorismo, neoliberalismo e extrema-direita

Jason Stanley mostra que, em momentos de intensa polarização política, a extrema-direita adota a estratégia de manipular o medo e o ódio da população contra grupos minoritários historicamente discriminados. Esse discurso de união da extrema-direita apela à lealdade e ao vínculo das pessoas a suas tribos, etnias, religião, tradições ou à nação, ou seja, àquilo que o conservadorismo nomeia como o “nós”, a primeira pessoa do plural, “um lugar, uma comunidade e um modo de vida que é ‘nosso’” (SCRUTON, 2019, p. 46), com o qual os indivíduos se vinculam por meio do sentimento de pertença.

Roger Scruton se opõe à defesa de uma sociedade inclusiva feita pelo multiculturalismo, considerando-a um repúdio às crenças e aos costumes tradicionais. É mais uma triste herança do politicamente correto e de um certo tipo condenável de progressismo, que tenta destruir aquilo que dá sentido à vida das pessoas: o seu legado cultural.

O politicamente correto nos incita a ser tão “inclusivos” quanto pudermos, a não discriminar nem em pensamento ou em palavra, muito menos a agir deliberadamente contra as minorias étnicas, sexuais, religiosas ou comportamentais. *Para ser inclusivos, somos encorajados a denegrir aquilo que mais sentimos, acima de tudo, como nosso. Apesar de incluírem uma condenação deliberada de pessoas com base em classe, raça, sexo ou cor, o propósito não é excluir o “Outro”, mas condenar a “Nós mesmos”. A bondosa defesa da inclusão disfarça o desejo, nem de longe virtuoso, de excluir aquele que outrora foi o excludente: em outras palavras, a vontade de repudiar o legado cultural que nos define* (SCRUTON, 2017, p. 130). [Grifos nossos].

São, portanto, as ideias conservadoras que adquirem força material com a ação política da extrema-direita, sobretudo quando os sentimentos de medo e de ódio, constitutivos da arte de governar liberal, são dirigidos aos pobres, aos negros, às mulheres, às diversas sexualidades ou às religiões minoritárias. No Brasil, nos últimos anos, as vítimas de todo esse afeto negativo

³⁵ Para mais detalhes, ver capítulos 4 e 5.

foram as classes sociais secularmente abandonadas, herdeiras da escravidão. A fonte do ódio de classes contra a “ralé de novos escravos” é, principalmente, a classe média. “É ela que forma um pacto antipopular comandado pela elite dos proprietários, onde se misturam aspectos racionais, como preservação de privilégios, e aspectos irracionais, como necessidades de distinção e ódio e ressentimento de classe” (SOUZA, 2017, p. 108). Foi para bloquear o processo de ascensão social e as formas de reconhecimento dos direitos dessas classes populares e dos grupos minoritários da sociedade, e não o combate à corrupção, o real objetivo da *reação reacionária* que se apropriou dos protestos de junho de 2013, conduzindo os demais até o golpe de 2016, que apeou do poder o governo da presidenta Dilma Rousseff.

É hoje inegável para qualquer pessoa que tenha ido à avenida Paulista, ou a qualquer das grandes avenidas das grandes cidades brasileiras, protestar contra Lula e o PT que a corrupção era fachada para o verdadeiro objetivo das classes médias, que era interromper o projeto de ascensão social dessas classes para que continuem sendo – exatamente como os escravos do passado – odiadas, superexploradas e desprezadas. Assim, entre as classes sociais que formaram o Brasil moderno, foi a “ralé de novos escravos”, que soma ainda hoje em dia mais de um terço da população, agora de todas as cores de pele, mas, herdando o desprezo social de todos que era devotado ao escravo negro, o elemento mais importante para singularizar o Brasil (SOUZA, p. 102).

Entre 2016 e 2018, durante o governo golpista de Michel Temer, foram aprovadas emendas constitucionais e reformas que precarizaram as condições de vida e trabalho dos mais pobres, intensificando o processo de implantação de uma agenda neoliberal radical no país. Como exemplos podemos citar: a aprovação da reforma do Ensino Médio, que atende a lógica da acumulação flexível (KUENZER, 2017) e visa à administração da “questão social” (FRIGOTTO; MOTTA, 2017)³⁶; a aprovação da emenda constitucional 55, que limita drasticamente, por duas décadas, os gastos públicos com assistência social, comprometendo os investimentos em educação e saúde, dois instrumentos fundamentais de promoção da justiça social; e a reforma trabalhista, que flexibilizou as leis trabalhistas, podendo enfraquecer a Justiça do Trabalho e a atuação dos sindicatos e tornar o mercado ainda mais precário. Como se não bastasse, nas eleições de 2018, a maioria dos eleitores escolheu como novo presidente do Brasil o ex-capitão do exército Jair Messias Bolsonaro, principal líder político da extrema-direita brasileira, que nomeou para ministro da Economia o ultraliberal Paulo Guedes. O principal adversário do atual presidente e líder nas pesquisas de intenção de voto, Luiz Inácio Lula da Silva, não pôde concorrer às eleições, porque foi condenado em 1ª e 2ª instâncias, no

³⁶ Para mais detalhes, ver capítulo 5.

âmbito da operação Lava Jato, em um processo criticado por vários juristas de renome no Brasil e no mundo e conduzido pelo ex-juiz Sérgio Moro, que foi nomeado para o Ministério da Justiça e Segurança do novo governo.

Epílogo

A aposta da classe média conservadora na *reação reacionária*, formada pela aliança entre conservadorismo, neoliberalismo e extrema-direita, a partir da articulação de um conjunto de elementos de afinidade, foi motivada pela esperança de que seus interesses de classe seriam preservados e protegidos pela nova governamentalidade. A proteção desses privilégios é proporcional à redução dos espaços de atuação e das políticas de reconhecimento das classes populares. Ocorre que, se por um lado, a limitação desses espaços e políticas reduz o medo e a angústia da classe média conservadora, pois bloqueia o processo de ascensão social das classes populares, por outro, aprofunda a exclusão e a segregação daquelas pessoas que historicamente sempre tiveram seus direitos e sentimentos da autoconfiança, do autorrespeito e da autoestima negados. Thomas Lemke afirma que:

Uma das lições que podemos aprender do envolvimento de Foucault com as “tecnologias de segurança” é que não é suficiente expor os riscos da ideia liberal de segurança que opera produzindo segregação social e ansiedade. *É necessário imaginar e inventar uma forma de segurança que admita a diferença e a autonomia, sem criar medo* (LEMKE, 2017, p. 78). [Grifos nossos].

Em sua tese de livre-docência, *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, Axel Honneth afirma que a gramática dos conflitos sociais é a luta por reconhecimento intersubjetivo. Articulando os escritos de Hegel do período de Jena com a psicologia social de G.H. Mead³⁷, Honneth estrutura sua teoria da luta por reconhecimento intersubjetivo, mostrando que são os conflitos sociais que as provocam. Esses conflitos são uma resposta negativa e incoformada dos indivíduos e dos grupos sociais às três formas de

³⁷ “Com a inclusão da psicologia social de Mead, a ideia que o jovem Hegel traçou em seus escritos de Jena com rudimentos geniais pode se tornar o fio condutor de uma teoria social de teor normativo; seu propósito é esclarecer os processos de mudança social, reportando-se às pretensões normativas estruturalmente inscritas na relação de reconhecimento recíproco. O ponto de partida dessa teoria da sociedade deve ser constituído pelo princípio no qual o pragmatista Mead coincidiria fundamentalmente com o primeiro Hegel: *a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de uma reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais*” (HONNETH, 2009, p. 155). [Grifos nossos].

desrespeito às normas sociais que sustentam o reconhecimento. O objetivo aqui consiste em restabelecer essas normas ou criar novas, capazes de ordenar, institucional e culturalmente, “formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades” (HONNETH, 2009, p. 156).

Às três formas de reconhecimento [amor, direito e estima] correspondem três tipos de desrespeito [violação, privação de direitos e degradação], cuja experiência pode influir no surgimento de conflitos sociais na qualidade de motivo da ação. [Dessa forma], delinea-se assim a ideia de uma teoria crítica da sociedade na qual os processos de mudança social devem ser explicados com referências às pretensões normativas estruturalmente inscritas na relação de reconhecimento recíproco (HONNETH, 2009, p. 24).

De acordo com Honneth, a socialização dos indivíduos e a formação de suas identidades é um processo no qual buscam o reconhecimento de sua condição de *sujeitos autorrealizados*. Quando o reconhecimento é bem-sucedido na esfera familiar, ele adquire a forma do *amor*³⁸ e o sujeito se sente autoconfiante; quando o reconhecimento acontece no espaço público, na esfera da sociedade civil, ele assume a forma de *direito*³⁹ e o sujeito se sente autorrespeitado; por fim, quando o reconhecimento é assegurado pelo Estado, ao reconhecer as capacidades e habilidades dos indivíduos, ele adquire a forma de *solidariedade*⁴⁰ e os indivíduos se sentem autoestimados.

³⁸ “Por relações amorosas devem ser entendidas aqui todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizades e de relações pais/filho [...]. Aquela camada fundamental de uma segurança emotiva não apenas na experiência, mas também na manifestação das próprias carências e sentimentos, propiciada pela experiência intersubjetiva do amor, constitui o pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes de autorrespeito” (HONNETH, 2009, p. 159-177).

³⁹ “Para o direito, Hegel e Mead perceberam uma semelhante relação na circunstância de que só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva normativa de um ‘outro generalizado’, que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões [...]. O sistema jurídico precisa ser entendido de agora em diante como expressão dos interesses universalizáveis de todos os membros da sociedade, de sorte que ele não admita mais, segundo sua pretensão, exceções e privilégios [...]. Assim como, no caso do amor, a criança adquire a confiança para manifestar espontaneamente suas carências mediante a experiência contínua da dedicação materna, o sujeito adulto obtém a possibilidade de conceber sua ação como uma manifestação da própria autonomia, respeitada por todos os outros, mediante a experiência do reconhecimento jurídico. O autorrespeito é para a relação jurídica o que a autoconfiança era para a relação amorosa” (HONNETH, 2009, p. 179-194).

⁴⁰ “Para poderem chegar a uma autorrelação infrangível, os sujeitos humanos precisam ainda, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhe permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas [...]. Diferentemente do reconhecimento jurídico em sua forma moderna, a estima social se aplica às propriedades particulares que caracterizam os seres humanos em suas diferenças pessoais [...]. Sob as condições das sociedades modernas, a solidariedade está ligada ao pressuposto de relações sociais de estima simétrica entre sujeitos individualizados (e autônomos); estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a práxis comum. Relações dessa espécie podem se chamar

Acreditamos que a condição pressuposta que possibilita a ordenação de uma forma de segurança “que admita a diferença e a autonomia, sem criar medo” é o reconhecimento intersubjetivo, pois “o processo de individuação está ligado ao pressuposto de uma ampliação simultânea das relações de reconhecimento mútuo” (HONNETH, 2009, 156). Dessa forma, o empenho em construir uma sociedade verdadeiramente emancipada passa pela identificação e superação dos obstáculos que bloqueiam a realização do reconhecimento intersubjetivo.

Os *sujeitos autorrealizados* são justamente aqueles indivíduos que alcançaram as três formas de reconhecimento intersubjetivo, mantendo com os outros uma relação simétrica de valorização, respeito e acolhimento das diferenças. Para eles, *a solidariedade é a sua norma de conduta e a empatia é o seu modelo de subjetivação*; por isso, atuam no sentido de criar ou restabelecer normas que ampliem o reconhecimento intersubjetivo. Questionam e lutam para subverter estruturas sociais, políticas e econômicas que utilizam de tecnologias de segurança voltadas para assegurar os privilégios de uma minoria em detrimento da violência, exploração e da segregação da maioria. Essas estruturas servem à racionalidade neoliberal, que generaliza a concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016), produzindo *sujeitos concorrenciais empresas de si*. Submetidos à lógica da concorrência, esses sujeitos tendem a naturalizar as desigualdades e a ideia segundo a qual a justiça é, essencialmente, imperfeita. Comparam a vida a um jogo em que as oportunidades são oferecidas a todos os competidores de maneira igual. Cabem a eles preparar-se para a disputa, investindo tempo e recursos para a difícil disputa no mercado competitivo, em que alguns sairão vitoriosos e outros, derrotados. Essa compreensão utilitarista da vida, fundada na competição, generaliza-se e alcança todas as esferas da existência humana.

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as

‘solidárias’ porque não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por essa particularidade: só na medida em que eu cuido ativamente de que suas propriedades, estranhas a mim, possam se desdobrar, os objetivos que nos são comum passam a ser realizáveis [...]. ‘Simétrico’ significa que todo sujeito recebe a chance, sem graduações coletivas, de experienciar a si mesmo, em suas próprias realizações e capacidades, como valioso para a sociedade” (HONNETH, 2009, pp. 198-211).

políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

A concorrência é uma norma que, ao manter-se implícita, conserva o sistema, fazendo-o funcionar sem grandes contestações. Ao explicitá-la, a crítica consegue atacar o fundamento de sustentação do neoliberalismo. A generalização dessa norma, porém, proporciona o bloqueio da realização do reconhecimento intersubjetivo, pois os *sujeitos concorrenciais*, pela própria lógica da concorrência, perdem de vista o reconhecimento. “Não se trata aqui de simplesmente retirar da consciência aquele fato do reconhecimento e dizer que este ‘desapareceu’, mas se trata antes de certa diminuição da atenção que leva tal fato ao pano de fundo da consciência a ponto de o perdemos de vista” (HONNETH, 2018, p. 87). Axel Honneth nomeia esse processo de esquecimento do reconhecimento prévio de reificação⁴¹.

A alienação dos indivíduos aos significantes do *Outro do sujeito concorrencial* reifica-os, na medida em que o medo (antessala do ressentimento e do ódio) produzido pela situação de concorrência, que coloca os indivíduos, simultaneamente livres e desiguais, para competirem pelos escassos capitais, bens e recursos socialmente valorizados, potencializa a lógica da “vida em forma de condomínio”, fazendo-os perder de vista o reconhecimento prévio. Isso ocorre sobretudo quando grupos dominantes, que se sentem ameaçados diante da ascensão social das camadas populares e dos grupos identitários historicamente excluídos, atuam no sentido de ampliar tecnologias de segurança que preservem seus privilégios de classe e limitem as formas de reconhecimento das minorias e das classes trabalhadoras. Essas tecnologias são convertidas, assim, em verdadeiras tecnologias de dominação. Em 2018, frações da classe média apoiaram a *reação reacionária*, que lançou a candidatura de Jair Bolsonaro, cientes de que, se eleito, ele asseguraria seus interesses e privilégios de classe, ao aprofundar a precarização das condições de vida e trabalho das camadas populares do país.

⁴¹ Para mais detalhes, ver capítulo 5.

Capítulo 4

A LÓGICA CONCORRENCIAL E O SENTIMENTO DA VERGONHA DE SI: COMO O BRASIL FOI SEQUESTRADO PELO RESSENTIMENTO DE CLASSE

A articulação antipopular formada por conservadorismo, neoliberalismo e extrema-direita, que resultou na *reação reacionária*, responsável pela condução de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, só foi possível porque existem elementos de afinidade que aproximam as ideias conservadoras do pensamento neoliberal e da ação política da extrema-direita. A retórica e a atuação política dos representantes da direita extremada estão fundamentadas no discurso conservador. Eles conquistam espaço na cena política mobilizando o medo dos segmentos sociais dominantes, que se sentem ameaçados diante da ascensão social das classes populares e do reconhecimento das demandas de grupos identitários historicamente injustiçados. Essas classes populares e grupos minoritários motivam o medo das classes sociais mais abastadas na medida em que começam a ocupar espaços que antes eram de acesso praticamente exclusivo dessas classes sociais privilegiadas.

Por exemplo, colocando-se no lugar de vítimas de todo esse processo de mobilidade social vivenciado pelo Brasil no início do século XXI, sobretudo nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), membros da classe média conservadora apoiaram a *reação reacionária*, porque interpretaram a ascensão social das classes populares como sendo uma ameaça a seus interesses e privilégios de classe. Seu objetivo, ao votar em Bolsonaro, foi reduzir os espaços de atuação dessas classes, precarizando suas condições de vida e trabalho mediante o corte de investimentos na área social. Já o apoio das elites do dinheiro ao atual presidente do país deveu-se à promessa de seu governo de realizar reformas contrárias aos interesses dos trabalhadores, mas que atendessem a agenda do mercado financeiro.

Seguindo a seara de Jessé Souza, outro fator de medo dessa classe média conservadora, mais precisamente a massa da classe média, é a ameaça de decadência e proletarização de suas condições de vida e trabalho (SOUZA, 2018, pp. 248-57). O autor lembra que esse tipo de medo está na raiz de todas as ideologias totalitárias e agressivas, de onde viceja o bolsonarismo. A adesão social a essas formas de totalitarismos ocorre quando o medo desses grupos é convertido em ódio e ressentimento, afetos que são mobilizados e direcionados para os inimigos, isto é,

peças e instituições acusadas de serem responsáveis pelos prejuízos sofridos pelos membros da classe média. No afã de se distinguir da “ralé de novos escravos” (SOUZA, 2017, pp. 73-180) e de se proteger da imagem de pessoa fracassada, preservando, assim, a integridade de um indivíduo que prosperou ou que quer prosperar, mas que foi prejudicado, esse sujeito que pertence à massa da classe média destila seu ódio aos pobres e seus representantes, taxando-os de vagabundos que vivem à custa de um Estado sanguessuga e corrupto; diferentemente dele que paga impostos, combate a corrupção e se esforça para merecer uma vida digna e bem-sucedida. Já a alta classe média, normalmente “destinada a gerir e supervisionar a riqueza da elite de proprietários” (SOUZA, 2018, p. 205), “tende quase sempre a se identificar com os proprietários e seus interesses” (SOUZA, 2018, p. 208).

A racionalidade neoliberal potencializa nos indivíduos esse tipo de medo ao generalizar a concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação. O sujeito que emerge dessa lógica de uma vida de competição considera-se uma verdadeira empresa em disputa com outros indivíduos-empresas pelas mesmas e escassas oportunidades. Esse sujeito, para vencer a concorrência, precisa *performar* a imagem de alguém de iniciativa, responsável e autônomo, que investe em si mesmo, adquirindo competências que “corrigirão”, no futuro, suas deficiências, fortalecendo suas qualidades de sujeito que escolhe e toma decisões a partir das informações que obtém no mercado. Para ele, a “mão pesada” do Estado é um empecilho, que compromete seus planos e atrapalha suas iniciativas. Cabe ao poder público apenas estabelecer as situações de concorrência no interior das quais indivíduos, empresas e instituições concorrem livremente.

Acontece que o concorrencialismo é um princípio que pressupõe a desigualdade. Nesse ponto, identificamos uma afinidade entre neoliberalismo e conservadorismo, pois o discurso conservador justifica a premissa da desigualdade, apregoada pelo neoliberalismo, ao propor a tese da imperfeição humana, que contesta a possibilidade de realização da justiça fundamentada no princípio da necessidade. Para os conservadores, a justiça consiste em retribuir, pelo mérito, todos aqueles que se esforçam, realizando um trabalho útil e produtivo. Ora, se a desigualdade é natural, nem todos terão uma vida bem-sucedida; o perigo do fracasso é, portanto, uma realidade sempre presente. Esse medo faz com que o *sujeito concorrencial empresa de si* seja também precavido, cauteloso e prudente; ademais, relewa sua fragilidade e suscetibilidade, contrastando com a imagem de sujeito de iniciativa, que escolhe e decide soberanamente. Na impossibilidade de sustentar essa imagem, o *sujeito concorrencial* fracassa, sendo acometido pelo sentimento da *vergonha de si*, que provoca nele a sensação de insuficiência perante os imperativos da iniciativa e da autonomia. “Na vergonha, o sujeito se sente julgado apenas pelo

desempenho pessoal. A noção de competência e sua contraface, a insuficiência, recebem destaque jamais visto” (FARAH, 2012, p. 186).

Na tentativa de preservar a integridade do eu, o sujeito envergonhado se ressentido, pois o ressentimento é uma constelação de afetos, uma espécie de solução de compromisso, no qual o indivíduo responsabiliza o outro pelo seu sofrimento. Segundo Maria Rita Kehl, “ressentir-se significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer. Um outro a quem delegamos, em um momento anterior, o poder de decidir por nós, de modo a poder culpá-lo pelo que venha fracassar” (KEHL, 2020, p. 9). Ora, a massa da classe média, que é “a classe por excelência da meritocracia e da superioridade moral” (SOUZA, 2017, p. 133), identificou esse outro com o PT e com o Estado corrupto, que a operação Lava Jato desbaratou. Foram eles que conduziram o Brasil a uma crise econômica e moral, jamais vista na história, que prejudicou a vida de milhões de “cidadãos de bem” país afora. Ocorre que o ódio que setores da classe média canalizaram em direção aos governos do PT encobriu o verdadeiro ódio, que é o de classes, uma das heranças dos mais de trezentos e cinquenta anos de escravidão entre nós. “Foi o ódio encoberto a essa classe de desprezados sem culpa [a “ralé de novos escravos”] – que foi o foco das políticas compensatórias do PT no poder – que possibilitou o uso como mero pretexto da corrupção seletiva comandada pela farsa da Lava Jato para derrubar um governo legítimo” (SOUZA, 2017, p. 102).

Diante da melhora das condições de vida e trabalho das classes populares, membros da classe média conservadora, temendo perder seus privilégios, suspenderam momentaneamente suas disputas internas, que a lógica da concorrência impõe, e passaram a questionar as políticas sociais, denunciadas como estratégias do populismo para se manter no poder, e a corrupção do Estado, marca do patrimonialismo brasileiro. Dessa forma, os protestos contra Lula, Dilma e o PT nada tinham de combate à corrupção. “O verdadeiro objetivo das classes médias era interromper o projeto de ascensão social dessas classes para que continuassem sendo – exatamente como os escravos do passado – odiadas, superexploradas e desprezadas” (SOUZA, 2017, p. 102).

Neste capítulo, o objetivo principal é mostrar como o princípio da concorrência favorece a produção de sujeitos envergonhados e ressentidos. Esse tipo de subjetividade bloqueia a luta em favor do reconhecimento intersubjetivo e pelo fim das desigualdades, porque faz com que o sujeito esqueça a primazia do reconhecimento sobre o conhecimento e as relações com o outro. O esquecimento do reconhecimento mútuo reifica o sujeito, que vê o outro como sendo alguém a quem se pode negar as qualidades, direitos e dignidade de pessoa humana. A eleição de Jair Bolsonaro significou a vitória do ressentimento das classes sociais privilegiadas, que

estavam incomodadas com o processo de consolidação e ampliação dos direitos sociais ocorrido no Brasil, sobretudo, nas duas últimas décadas. O princípio da concorrência atinge todas as esferas da existência humana, orientando, inclusive, as práticas pedagógicas e os currículos escolares. A preocupação da escola neoliberal é formar *sujeitos concorrenciais empresas de si*, que atendem ao perfil do “trabalhador flexível”, na medida em que se sujeitam às normas do neoliberalismo, o *Outro do sujeito concorrencial*. Nesse aspecto, nossa proposta, neste capítulo, é, outrossim, pensar sobre o lugar do ensino de Sociologia no modelo de educação da pedagogia concorrencial.

4.1 A vergonha de si e o ressentimento na política brasileira

Na contemporaneidade, a etiologia dos sofrimentos psíquicos parece não mais residir no conflito que se estabelece, no imaginário dos sujeitos, entre a Lei e seu desejo; enquanto a primeira proíbe e interdita, o segundo quer a satisfação⁴². Sem saber como lidar com seu desejo, o sujeito neurótico se sente culpado. Ora, o mundo contemporâneo seria marcado pelo declínio

⁴² A lei é impositiva e estabelece uma obrigação que precisa ser cumprida. Ela define os bons e os maus objetos, distinguindo o permitido do proibido, recompensando ou penalizando o sujeito a partir de suas condutas. Existe uma fonte originária que legitima a lei; por isso, ela “se vê obrigada a fazer uso dos mitos, ou seja, de ficções sobre as origens, estabelecendo lugares e hierarquias” (NETO, 2013, p. 145). A lei é poderosa porque sua fonte emana um poder extraordinário. Como afirma Oswaldo França Neto, a lei seria a herdeira do todo poderoso Pai do mito criado por Freud em *Totem e Tabu* (1996). Assim, existe um Outro que assegura a legitimidade da lei a ser seguida. Fundamentalmente, esse Pai é mais poderoso que a lei, porque não há lei nenhuma que o impeça de fazer algo. (Para uma análise do texto de Freud, ver *Totem e Tabu: um mito freudiano* de Caterina Koltai (2015)). No entanto, sob outro aspecto, “a lei que o sucede torna-se mais poderosa do que aquele que a originou, pois ela não precisa da coerção física para se impor: ela existe, irreduzível, dentro do sujeito, sem que nenhuma existência externa, concreta, lhe seja necessária” (NETO, 2013, p. 145). O neurótico obsessivo seria o sujeito que, ao internalizar a lei, recua diante de seu desejo, que entra em conflito com ela. Seu supereu impõe a ele o imperativo *não faça!*, sob pena de sentir-se culpado. Ocorre que, no neoliberalismo, a norma substitui a lei; dessa forma, o poder neoliberal cria um sistema normativo, fundamentado no princípio da concorrência, estruturando o campo de possibilidades de atuação dos sujeitos. Enquanto a lei possui um Pai, a norma seria órfã. Ela incide sobre a conduta dos indivíduos, exercendo sobre eles um controle regulatório e o disciplinamento de seus corpos e mentes. A lei é impositiva; a norma, porém, pressupõe a existência de indivíduos livres que aceitam livremente se subordinar ao imperativo normativo. A dessacralização da lei, efetuada pelo poder neoliberal, nos conduz *a priori* a afirmar que uma das marcas da contemporaneidade seria o declínio do Outro, que assegurava a sacralidade da lei. Porém, como estamos demonstramos neste texto, o neoliberalismo é um poder normativo que, ao invés de impor a lei, cria normas de conduta, estruturando o campo de possibilidades do indivíduo, que assume sua condição de *sujeito concorrencial* ao escolher se sujeitar à norma da concorrência. Assim, o neoliberalismo é, para o *sujeito concorrencial*, o Outro. Neste capítulo, recorreremos a conceitos importados da psicanálise para mostrar que o neoliberalismo é um Outro poderoso que transfere para os indivíduos a responsabilidade pelos seus próprios destinos. Essa estratégia adotada pelo neoliberalismo potencializa nos indivíduos perderem de vista as injustiças inerentes a esse sistema normativo, que generaliza a concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação, assumindo a convicção de que foram seus próprios atos que o fizeram fracassar. A dor da vergonha de si diante do fracasso é tão grande que uma das soluções que o indivíduo fracassado pode recorrer para aplacá-la é culpar o outro pelo seu infortúnio. Fazendo isso, ele se ressentido do outro para quem dirige seu ódio, preservando sua integridade de sujeito justo, dedicado e esforçado. Essa análise é fundamental para compreendermos que as relações sociais normatizadas pelo princípio da concorrência bloqueiam a luta em favor do reconhecimento intersubjetivo.

da autoridade simbólica, que fixa a Lei ou até mesmo se identifica com ela; com sua ausência, cada sujeito impõe a si sua própria lei, sujeitando-se a um tipo de *performance* que identifica o sujeito à imagem de alguém de iniciativa, responsável e independente. Ocorre que esse sujeito contemporâneo nem sempre se sente à altura desses ideais, ou nem sempre acha que o mundo está à altura de seus ideais de pessoa bem-sucedida; dessa forma, a origem de seus sofrimentos psíquicos situa-se no conflito entre o possível e o impossível, causando nele uma sensação de insuficiência, todas às vezes que pensa que não foi capaz de realizar o desempenho pessoal idealizado. Na suposta ausência da autoridade que impõe a Lei, esse sujeito busca adequar-se ao Ideal do Eu do neoliberalismo, sistema normativo fabricante de subjetividades empresarias. Se fracassa nesse processo de adequação, esse sujeito, afligido pelo sentimento da *vergonha de si*, corre o risco de ser acometido com quadros de depressão. Segundo Bruno Leal Farah,

O declínio da autoridade simbólica associa-se à crise das categorias de neurose, conflito e culpa em prevalência da de depressão, insuficiência e vergonha. [...] O modelo disciplinar e as regras de conformidade aos interditos sociais cedem espaço aos ideais de iniciativa, autonomia e independência. Se a neurose testemunha um mal-estar da culpabilização imerso no imaginário da Lei e da disciplina, a depressão contemporânea deflagra um sofrimento vinculado à responsabilidade de si, um espécie de “doença da autonomia”. Nesse contexto, o deprimido surge como o reverso do sujeito contemporâneo: “dependendo de” drogas lícitas ou ilícitas, manifesta a vergonha – e nem tanto a culpa – do sentimento de insuficiência frente ao imperativo de iniciativa e independência. O sujeito depressivo da contemporaneidade sofre de vergonha. O que lhe importa não é o outro, como era na culpa, mas o eu. [...] O alto índice de casos de depressão nas empresas contemporâneas sugere um cenário privilegiado para a produção de subjetividades subjugadas aos ideais de responsabilidade, iniciativa e independência (FARAH, 2012, pp. 186-87).

A vergonha é uma violência imposta ao narcisismo do sujeito, que se vê como uma unidade, o eu, consciente de si e senhor de suas escolhas e decisões. Quando o indivíduo fracassa, não conseguindo manter uma *performance* em conformidade com os imperativos do Ideal do Eu, o resultado é a inibição diante do olhar do outro, que testemunha esse fracasso. Houve, portanto, uma incapacidade do sujeito em sustentar a imagem de pessoa bem-sucedida. A vergonha que emerge não é vista como consequência de um mal infringido ao outro, mas um sentimento decorrente da própria ação do sujeito, que age distante do desempenho pessoal idealizado, pois não conseguiu cumprir as exigências do Ideal do Eu.

No mundo contemporâneo, onde o neoliberalismo, o *Outro do sujeito concorrencial*, é o sistema normativo hegemônico, o eu estabelece com o outro seu semelhante uma relação de competição ininterrupta. O neoliberalismo generaliza o princípio da concorrência, que atinge todas as dimensões da existência humana: a pessoal, a profissional e a social. Dessa forma, o

outro é para o eu alguém que disputa com ele as mesmas oportunidades e demandas de reconhecimento social; ganha o jogo quem melhor utiliza as competências exigidas pelo mercado competitivo. Submetido à lógica da concorrência, o eu considera o outro um objeto, ao mesmo tempo, de admiração e de inveja, de amor e de ódio, pois esse outro, que é para o eu um eu ideal, alguém que ele desejaria ser, supostamente possui as habilidades, as atitudes e os conhecimentos que ele gostaria de ter para poder, finalmente, gozar com a satisfação que o olhar de reconhecimento do *Outro do sujeito concorrencial* certamente proporciona. Para que esse reconhecimento ocorra, o eu precisa se alienar, por meio de um processo de identificação, aos significantes do Ideal do Eu do Outro. É claro que, na competição, alguns terão sucesso e outros fracassarão; no entanto, o eu não pode sentir culpa pelo fracasso do outro; pelo contrário, para ele, colocar-se no lugar do derrotado é motivo de vergonha e não de culpa. Daquele que perdeu, o eu espera o olhar que confirme e assegure sua posição de pessoa merecidamente bem-sucedida.

Diferente da culpa, que incide na relação com o objeto e cuja angústia fomenta o sujeito a dar uma resposta ao dano causado ao outro, na vergonha o eu é a referência principal. Não há possibilidade de reparação ao dano causado à imagem narcísica e a angústia decorrente acarreta uma paralisia, uma inibição da ação. [...] Na vergonha, não se trata do sujeito em conflito, punido diante do seu superego pelo mal causado à vítima da sua ação: *o que importa não é o outro, é o que ele sentiria se estivesse no lugar do outro – quem ele é após um evento vergonhoso. Assim, o outro é relevante apenas como suposto espectador, testemunha da ação vergonhosa.* O que conta na vergonha é a fantasia sobre o olhar do outro. Trata-se aqui do sujeito inibido diante do seu ideal do ego, acarretando uma pane da sua capacidade de ação. [...] Em termos dinâmicos, o que está em jogo nesse quadro é o colapso da relação do ego com seu ideal do ego, não mais a relação do ego com o seu superego, como na culpa (FARAH, 2012, pp. 188-89). [Grifos nossos].

Ora, como dito acima, o mundo contemporâneo seria marcado por um suposto declínio da autoridade simbólica que impõe a Lei; porém, não existe um vazio de poder. Acontece que, no neoliberalismo, a autoridade não está mais centralizada na figura simbólica da Lei, que dita as regras e as normas de conduta social; sendo assim, aos indivíduos é concedida e garantida a permissão de expressar e realizar todos seus desejos. Não há mais uma autoridade que exerce poder sobre o corpo, a mente e a alma dos indivíduos, impedindo-os de usufruir da vida que livremente escolheu seguir. Portanto, o sistema normativo neoliberal orienta a conduta dos indivíduos incutindo neles a sensação de liberdade, autonomia e independência – tudo isso com muita responsabilidade. O preço do sucesso do indivíduo está, todavia, condicionado à sua capacidade de adequação ao Ideal do Eu do Outro. O domínio simbólico do neoliberalismo traz como novidade o fato de que as tecnologias de si articulam-se com as tecnologias de dominação,

uma vez que, o modo como os indivíduos conduzem suas vidas coincide com a maneira como o poder normativo neoliberal forma e conduz as subjetividades empresarias. Dito de outra forma: a prática dos valores que o oprimido assume como sendo seus segue as orientações do sistema opressor. Jessé Souza afirma que a marca do atual momento histórico “é a dominação simbólica, social e econômica do capitalismo financeiro” (2018, p. 260). Para ele,

O capitalismo financeiro cria não só uma forma específica de acumulação de capital, com ritmo e lógica peculiares, mas também uma semântica, uma concepção de felicidade e uma narrativa nova para o mundo social. [...] O uso da linguagem da emancipação para dominar melhor e de modo mais imperceptível, para alçar as pessoas à condição de colaboradoras e gestoras de si mesmas e para promover a diversidade (mas nunca a redistribuição de riqueza e poder) é o núcleo da mensagem do capital financeiro entronizado. [...] Essa mudança simbólica tem como objetivo viabilizar graus inauditos de exploração do trabalhador, deixando-o sem proteção sindical e isolado. Ao mesmo tempo, isso faz com que ele atribua a si mesmo as causas de seus problemas, seja de seu medo e ansiedade, seja de sua pobreza e exploração. A novidade da estratégia de poder do capitalismo financeiro é que ela se vende como promotora da liberdade e da realização pessoal (SOUZA, 2018, pp. 260-61).

O sociólogo conclui sua crítica à racionalidade neoliberal dizendo:

Vendendo-se como libertária, a nova opressão do capitalismo financeiro não censura, não silencia, não impede, não proíbe. Não recorre a nenhum dos dispositivos de dominação normalmente associados ao exercício do poder. Ao contrário, ela nos estimula a contar nossa vida, a nos comunicarmos, a expor nossos desejos e preferências. Isso tudo como se estivéssemos curtindo, gostando, fruindo nossa liberdade individual. *Essa foi a real vitória da semântica e da prática de poder neoliberal do capitalismo financeiro. Sua principal diferença em relação ao capitalismo industrial, em que burgueses e trabalhadores se opunham de modo claro uns contra os outros, foi ter eliminado, da consciência do oprimido, a visibilidade da opressão* (SOUZA, 2018, p. 263). [Grifos nossos].

É bastante comum, nas empresas contemporâneas, sobretudo no período pós-fordista, a adoção dos programas de Gestão por Competências e *Coaching*. São duas tecnologias que, uma vez articuladas, exemplificam muito bem a existência do poder sem autoridade, que molda subjetividades empresariais, produzindo *sujeitos concorrenciais empresas de si*. As empresas estabelecem o perfil do funcionário ideal; em seguida, mapeiam as competências de seus “colaboradores”, buscando identificar neles aquelas que mais se destacam e as mais deficitárias. Sabendo disso, assumem a responsabilidade de investir em si mesmos tempo e recursos a fim de suprimir essas deficiências, lá no futuro. Nesse momento, destaca-se o trabalho do *Coaching*, especialista em oferecer conselhos profissionais e pessoais, apresentados como pré-condições necessárias para uma vida de sucesso.

Em linhas gerais, a Gestão por Competência trata de mapear antecipadamente o perfil esperado para todos os cargos da empresa e, mediante o mapeamento das competências atuais dos funcionários, inculcar nestes a responsabilidade de adquirir as competências deficitárias para melhor se integrarem aos objetivos corporativos. Divididas em conhecimentos, habilidades e atitudes esperadas segundo os “padrões de qualidade”, tais competências constituem o próprio motor do ideal do ego, que opera com a promessa futura de substituição do narcisismo perdido da infância. Se suas exigências sugerem, por um lado, não se estar à altura do esperado, por outro acenam com a possibilidade de vir a estar no futuro. Este fica a cargo do próprio sujeito: responsabilizar-se pelas *competências deficitárias* necessárias à autogestão da sua carreira. [...] O apelo à figura do *coaching* pode surgir para apoiar a Gestão por Competências. [...] Ele oferece conselhos não apenas na dimensão profissional, mas igualmente na pessoal, desde como coordenar uma reunião, quais livros ler, filmes assistir ou mesmo qual roupa usar numa palestra. [...] O *coaching* trabalha, portanto, com a imagem de um perfil ideal de pessoa a ser atingido a partir do desenvolvimento das competências pessoais adequadas (FARAH, 2012, pp. 192-93).

Sobre o sofrimento causado pela vergonha, decorrente da sensação de fracasso, a nossa hipótese é que o ressentimento é uma das soluções de compromisso que o sujeito adota para lidar com essa modalidade de mal-estar, pois o ressentido atribui ao outro a responsabilidade pelo seu insucesso. O derrotado só se torna ressentido quando assume a posição de vítima inocente de um vencedor, transferindo para o outro a responsabilidade pela situação a qual se encontra. “É no lugar da vítima que se instala o ressentido, cujas queixas e acusações dirigidas silenciosamente ao outro funcionam para reassegurar sua inocência e manter sua passividade” (KEHL, 2020, p. 15). De acordo com Maria Rita Kehl,

O ressentimento é uma constelação afetiva que serve aos conflitos característicos do homem contemporâneo, entre as exigências e configurações imaginárias próprias do individualismo e os mecanismos de defesa do *eu* a serviço do narcisismo. A lógica do ressentimento privilegia o *indivíduo* em detrimento do sujeito e contribui para sustentar nele uma integridade narcísica que independe do sucesso de seus empreendimentos. A versão imaginária da falta, no ressentimento, é interpretada como *prejuízo*. [...] O ressentido não é alguém incapaz de esquecer ou perdoar; é um que não quer esquecer, ou que *quer não esquecer*, não perdoar, nem superar o mal que o vitimou (2020, pp. 09-10).

O ressentido está envolto em seu projeto de vingança, cuja realização nunca acontece. Vingarse do outro que supostamente o prejudicou é, portanto, um empreendimento que nunca chega, porque o próprio ressentido se recusa a fazê-lo. Sente raiva, cólera, indignação do outro, mas, assim como não respondeu à altura ao agravo sofrido, no momento em que esse ocorreu, adia sempre a vingança, pois desta forma mantém a integridade do *eu*, que pode se apresentar como vítima de uma injustiça da qual nada pôde fazer para evita-la. Este outro é aquele que foi colocado pelo próprio ressentido no lugar do Outro, a fim de protegê-lo, bem como garantir sua segurança, suprir suas necessidades, apoiar e criar as condições necessárias para realização de

seus projetos de vida. Entretanto, ao invés de cumprir com essas nobres funções, que rementem à situação de dependência da criança para com seus cuidadores, o outro cometeu atos de traição, que resultaram em prejuízos indelévels, colocando o futuro do ressentido em suspense.

Uma das condições centrais do ressentimento é que o sujeito estabeleça uma relação de dependência infantil com um outro, supostamente poderoso, a quem caberia protegê-lo, premiar seus esforços, reconhecer seu valor. O ressentimento também expressa a recusa do sujeito em sair da dependência: ele prefere ser “protegido” – ainda que prejudicado – a ser livre, mas desamparado. No ressentimento, o Outro é representado pelas figuras que, na infância, tinham poder efetivo para proteger, premiar e punir a criança. É a face imaginária do Outro, à qual se endereçam demandas de amor e reconhecimento, que determinam que o ressentido se represente não como faltante, mas como prejudicado. [...] Instalado no lugar de queixoso, o ressentido não se arrepende: acusa. Sua reivindicação não é clara: ele não luta para recuperar aquilo que cedeu, e sim para que o outro reconheça o mal que lhe fez. No entanto, não espera obter reparação: o que ele quer é uma espécie de vingança [...] sempre adiada, que ele prefere gozar na fantasia a executar (KEHL, 2020, pp. 12-16).

No capítulo quatro do livro *Ressentimento*, Maria Rita Kehl analisa as políticas do ressentimento, em especial o fenômeno do ressentimento na política brasileira. Para ela, o ressentimento na política é algo bastante presente nas sociedades neoliberais contemporâneas, que prometem liberdade para todos e igualdade entre todos. Ora, elas não conseguem cumprir com essa promessa por causa da própria dinâmica de seu funcionamento, apoiada no princípio da concorrência, que pressupõe a desigualdade como algo natural, inerente à condição humana. É preciso insistir neste ponto: o concorrencialismo é um princípio normativo favorável à produção de sujeitos ressentidos, cujo ressentimento é a solução de compromisso adotada por eles para aplacar a dor causada pelo sentimento da *vergonha de si*. Esse sentimento decorre da sensação de fracasso, cuja responsabilidade, na lógica concorrencial, é inteiramente atribuída ao sujeito que fracassou. O sujeito ressentido ameniza seu sofrimento na medida em que atribui ao outro a responsabilidade pelo seu insucesso. É certo que a imagem de uma pessoa inocente que foi prejudicada é bastante tranquilizadora e conveniente.

Além da promessa não cumprida, outra condição para o aparecimento do ressentimento, na política, é a crença de que as conquistas democráticas são benesses concedidas por alguém ou um grupo político investido de poder e autoridade e não o resultado da mobilização popular. Essa crença é inibidora da ação política e promotora do ressentimento no momento em que o agente político, que foi colocado no lugar do Outro, não atende as demandas de reconhecimento nos termos desejantes dos indivíduos, classes, categorias ou minorias sociais. No Brasil, essas duas condições para a instalação do ressentimento se combinam perversamente.

Esse é o afeto característico dos impasses gerados nas democracias liberais modernas, que acenam para os indivíduos com a promessa de uma igualdade social que não se cumpre, pelo menos nos termos em que foi simbolicamente antecipada. Os membros de uma classe ou segmento social inferiorizado só se ressentem de sua condição se a proposta de igualdade lhes foi antecipada simbolicamente, de modo que a falta dela seja percebida não como condenação divina ou como predestinação – como nas sociedades pré-modernas –, mas como *privação*. São os casos em que a igualdade é “oficialmente reconhecida, mas não obtida na prática”, que produzem o ressentimento na política. É preciso que exista um pressuposto simbólico de igualdade entre opressor e oprimido, entre rico e pobre, poderoso e despossuído, para que os que se sentem inferiorizados se ressentam. Mas uma outra condição deve estar presente aqui: é preciso também que a igualdade da lei democrática seja interpretada como dádiva paterna dos poderosos, não como conquista popular. O ressentimento na política se produz na interface entre a lei democrática – antecipação simbólica de igualdade de direitos – e as práticas de dominação paternalistas, que predispõem a sociedade a esperar passivamente que essa igualdade lhe seja legada como prova do amor e da bondade dos agentes do poder (KEHL, 2020, pp. 14-15).

Segundo Maria Rita Kehl, são duas as causas do ressentimento na política brasileira: a recusa do brasileiro em assumir sua condição de sujeito histórico e o autoritarismo paternalista. A primeira causa revela a alienação do brasileiro à imagem do Brasil, produzida lá fora, no estrangeiro, de país da alegria, da festa e da cordialidade. O esforço em preservar essa imagem “nos faz rejeitar a memória e abandonar os projetos de reparação de injustiças passadas” (KEHL, 2020, p. 187). Em decorrência disso, “temos pressa em perdoar os inimigos, com medo de parecer ressentidos – mas o ressentimento, afeto que não ousa dizer seu nome, se esconde justamente nas formações reativas do esquecimento apressado, tão característico da sociedade brasileira” (KEHL, 2020, p. 187). No entender de Kehl,

A alienação ao (suposto) desejo do Outro – não mais o colonizador, mas os atuais representantes do mundo desenvolvido – faz com que não nos apoderemos da nossa história como sujeitos. Não passamos nada a limpo, não elaboramos nossos traumas nem valorizamos nossas conquistas. Por isso mesmo, nós brasileiros, não nos reconhecemos no discurso que produzimos, e sim naquele que o estrangeiro produz sobre nós. Por essa mesma razão, estamos sempre em dívida para com uma identidade perdida. [...] A busca de reconhecimento reproduz a submissão diante do mais forte, submissão que é condição do nosso ressentimento, nosso “complexo de inferioridade”. [...] Os brasileiros representam a si mesmos como órfãos de pai: não prezamos nossos antepassados portugueses, não reconhecemos grandes heróis entre os fundadores da nação, não levamos muito a sério nossos símbolos pátrios (KEHL, 2020, pp. 187-88).

Já o paternalismo autoritário diz respeito à crença, que povoa nosso imaginário, de que existe um autoridade carismática e com poder de decisão capaz conduzir o país no caminho do desenvolvimento. O destino do povo depende desse líder. No entanto, “o que falta à sociedade brasileira não é mais um patriarca, colocado em posição de autoridade, de senhor de engenho,

de líder messiânico, mas o reconhecimento da ação republicana por parte das formações horizontais, fraternas” (KEHL, 2020, p. 192).

É por não aceitar o desamparo *necessário* em que a impessoalidade da lei lança o cidadão, tornado por força dessa impessoalidade o responsável pela construção de seu destino, individual e coletivo; é por esperar das autoridades públicas a satisfação de demandas de amor e a prática de uma justiça baseada em preferências afetivas; é por representar-se, diante do Outro (que na vida adulta, é indissociável das instâncias de poder) como a criança diante de pais protetores e amorosos – é por tudo isso que a sociedade brasileira abre mão, com tanta frequência, da tarefa de construir uma ordem republicana, moderna, adulta (KEHL, 2020, p. 190).

Mantido nesta posição de sujeito à mercê de benesses concedidas por alguma autoridade paternalista e incapaz de assumir o destino da sua própria história, o brasileiro fica na eterna espera de um futuro bom que nunca se concretiza. Jessé Souza denuncia a existência de uma *intelligentsia* brasileira cujas ideias, servindo muito bem aos interesses das classes dominantes nacionais, fundamentam esse mito “vira-lata” que afirma essa infantilidade do povo brasileiro. A força dessas ideias encontra-se no fato de que elas adquiriram o poder de “responder às três grandes questões que desafiam indivíduos e sociedades: De onde viemos? Quem somos? Para onde (provavelmente) vamos?” (SOUZA, 2017, p. 8). De acordo com o autor, “o instrumento dessa elite do atraso será a USP [...]. É ali que se gesta o mito nacional paulista, ou seja, o arremedo de projeto nacional da elite paulista, que será o contraponto do elogio da mestiçagem” (SOUZA, 2018, p. 111). Essas ideias, que são, na verdade, uma tolice da inteligência brasileira (SOUZA, 2015), têm um filósofo, Sérgio Buarque de Holanda, que criou noções abstratas que povoam o nosso imaginário, tais como: personalismo, jeitinho, patrimonialismo, cordialidade, etc; um historiador, Raymundo Faoro, que associa a roubalheira supostamente inerente à cultura luso-brasileira à colonização realizada por Portugal; e um político, Fernando Henrique Cardoso, ou seja, “aquele que vai realizar, na prática, o que os outros idealizaram” (SOUZA, 2018, pp. 114-124).

Não sei se Maria Rita Kehl concorda com a escolha dessas três personagens para compor a santíssima trindade (são palavras de Jessé Souza) da *intelligentsia* brasileira, se suas ideias são “tolas” e nem se ela acredita, de verdade, que a Universidade de São Paulo serviu de *bunker*, de onde foram gestadas as tais “ideias conservadoras” criticadas por Jessé Souza. No entanto, para ela, é fato que

Do ponto de vista das elites, a cordialidade é duplamente vantajosa: ao obscurecer a impessoalidade da lei, mascara uma série de abusos sob o véu do favoritismo e do

mérito obtido em nome de preferências afetivas. Além disso, o exercício desse mesmo favoritismo domestica as classes subordinadas, que preferem esperar por sua vez na fila dos benefícios a se insurgirem em busca de seus direitos. Do ponto de vista dos dominados, o estilo cordial de dominação enfraquece o impulso que deveria conduzir ao exercício permanente da emancipação. [...] O homem cordial prefere gozar dos benefícios secundários de sua posição de explorado, mas explorado com jeitinho, a arriscar a perda destes falsos “privilégios” por descontentar um patrão ou uma autoridade paternalista (KEHL, 2020, pp. 190-91).

As manifestações que ocorreram no Brasil entre os anos de 2013 e 2016 contra o PT e a corrupção e em favor da Lava Jato e do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff contaram com a participação muito ativa de membros da classe média brasileira. Da mesma forma, esses setores apoiaram, dois anos depois, a candidatura de extrema-direita de Jair Messias Bolsonaro. O Partido dos Trabalhadores foi por sua vez alçado à condição de inimigo do Brasil, o chamado *antipetismo*; tudo seria válido para derrubá-lo do poder e impedir seu retorno. Não resta dúvidas de que o ressentimento foi um dos condutores de todo esse processo. Esse afeto, que é composto por outros tantos afetos, foi liberado juntamente com o ódio de classes, que é uma das marcas da sociedade brasileira. Uma sociedade que fracassou, na verdade, recusou-se a construir, “mecanismos de incorporação de *todas as classes sociais* à vida da recém-proclamada República” (KEHL, 2020, p. 192). Antes disso, o Brasil havia sido colônia de Portugal por mais de trezentos anos, mantendo a escravidão mesmo depois de proclamada a independência pelas elites em 1822. É sempre assim, nos momentos mais decisivos da história política brasileira, as elites se articulam a fim de resolver, por cima, um problema que elas mesmas criaram. É uma história construída por meio de pactos de elite contra o povo.

Mais o ressentimento escancarou um Brasil de gente bem envergonhada, que fracassou enquanto nação. A fração conservadora da massa da classe média interpretou a ascensão social das classes populares como uma ameaça a seus privilégios. Seus membros, favorecidos pelas políticas compensatórias implementadas pelos governos petistas, foram convertidos, pela classe média, em verdadeiros intrusos, isto é, indivíduos que começaram a ocupar espaços e usufruir de direitos, cujo acesso sempre foi reduzido a uma parcela mínima da sociedade. Como exemplo, podemos citar o ingresso de estudantes pobres e negros nas universidades; muitos deles, inclusive, tiveram a oportunidade de estudar em instituições de ensino superior fora do Brasil. Ora, para a classe média, esses mecanismos de promoção social foram um verdadeiro acinte. Capturada pela ideologia da meritocracia e pela imagem de classe que professa e pratica uma moral ilibada, esses setores médios conservadores se insurgiram contra a máquina petista, “corrupta e celeiro de vagabundos assistidos”; traidora do povo brasileiro, segundo eles.

Ademais, a possibilidade de proletarização e de decadência, sobretudo diante da crise econômica, alimentaram o medo desses setores médios. Com o desemprego, causado pela crise instalada, dentre outros fatores, pela destruição da indústria nacional, durante as ações da operação Lava Jato, esse medo tornou-se uma realidade para muita gente. Muitos perderam seus empregos; outros tantos tiveram seus planos de vida abortados. Muitas dessas pessoas eram jovens com um futuro promissor. Influenciados pela mídia corporativa e empresarial, que apresentava diuturnamente reportagens sobre a corrupção só do Estado e criminalizava a política, o que levou a sua negação, esses indivíduos elegeram o PT e as esquerdas, em geral, os culpados pelo seu fracasso. Na condição de ressentidos, sentiam-se injustiçados por um prejuízo do qual foram vítimas. A vergonha converteu-se em ressentimento e ódio. Ocorre que, com a eleição de Bolsonaro, venceu o projeto neoliberal encabeçado pelo ministro da Economia Paulo Guedes. O pior dos mundos, para uma sociedade atravessada pelas desigualdades, tornou-se realidade: um governo de extrema-direita com uma agenda que articula pautas conservadoras e neoliberais.

Os dois discursos de posse de Bolsonaro

A eleição do presidente Jair Bolsonaro foi, no fim das contas, uma vitória da *reação reacionária*. A análise de seus dois discursos de posse, um no Congresso Nacional e o outro no parlatório da praça dos Três Poderes, em Brasília, atesta sua intenção de montar um governo comprometido com as pautas conservadoras e com a política econômica neoliberal⁴³.

De acordo com ele, as eleições de 2018 “deram voz a quem não era ouvido”, ou seja, responderam aos anseios do chamado “cidadão de bem”, eufemismo criado para se referir ao sujeito que acha que é vítima da “tirania das minorias” e do Estado, que, além de dificultar sua vida com tanta burocracia, assistencialismo e corrupção, não garante sua proteção contra a constante ameaça do bandido. Seu discurso foi dirigido, principalmente, ao setor conservador da massa da classe média. Falou também para as elites do dinheiro e para a alta classe média, pois afirmou que irá realizar reformas neoliberais que interessam, evidentemente, ao rentismo e ao mercado financeiro. Assim, disse ele: “trarei a marca da confiança, do interesse nacional, do livre mercado e da eficiência. Confiança no cumprimento de que o governo não gastará mais do que arrecada”. O governo brasileiro, assegura ele, precisa “criar um círculo virtuoso para a

⁴³ Esses dois discursos podem ser encontrados no seguinte endereço, acessado no dia 13/01/2021, às 21:20h: <https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>.

economia, para que traga a confiança necessária para permitir abrir nosso mercado para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia sem viés ideológico”. Afirma também que, com a realização das reformas estruturantes, “todo o setor produtivo terá um aumento de eficiência, com menos regulamentação e burocracia”. “Vamos propor e implementar as reformas necessárias. Vamos ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz”, promete Bolsonaro, para a alegria, principalmente, daqueles que lucram sem nada produzir.

Para cumprir o objetivo deste capítulo, priorizaremos trechos dos discursos de posse do presidente nos quais ele fala para a massa conservadora da classe média. O conservadorismo é uma ideologia vigilante e reativa, que, segundo João Pereira Coutinho, emerge todas as vezes que há a sensação de que os fundamentos da sociedade estão sob ameaça, isto é, os valores e as instituições tradicionais de um povo que resistiram aos testes do tempo (COUTINHO, 2014). Mas antes de trazer esses trechos dos dois discursos de posse, façamos algumas considerações.

A primeira delas diz respeito à centralidade da luta de classes para a compressão da realidade social. “Negar a classe equivale também negar tudo de importante nas formas modernas de produzir injustiça e desigualdade” (SOUZA, 2017, p. 83). É preciso, então, reconstruir “a pré-história de classe de cada um de nós; [do contrário], temos apenas indivíduos competindo em condições de igualdade pelos bens e recursos escassos em disputa na sociedade” (SOUZA, 2017, p. 83). Ocorre que estabelecer as distinções sociais dos indivíduos e classes levando em consideração apenas os critérios de renda é muito reducionista, pois as classes sociais são também um fenômeno sociocultural. Com esse entendimento correto e amplo sobre os critérios de constituição das classes sociais, capacitamo-nos a compreender que “na base da nova hierarquia social moderna está a luta entre indivíduos e classes sociais pelo acesso a capitais, ou seja, tudo aquilo que funcione como facilitador na competição social de indivíduos e classes por todos os recursos escassos” (SOUZA, 2017, p. 90). Portanto, na luta de classes, ocorre a disputa pelo acesso aos capitais socialmente valorizados, que, uma vez incorporados pelos indivíduos, garantem a eles o reconhecimento social – condição pressuposta para uma vida bem-sucedida. Jessé Souza afirma que são três os capitais socialmente valorizados: o econômico, “que é o mais visível e efetivamente o mais importante”; o cultural “que significa basicamente incorporação pelo indivíduo de conhecimento útil e de prestígio” e o capital social de relações pessoais, que “se refere às relações pessoais que se criam no meio caminho entre interesse e afetividade” (SOUZA, 2017, pp. 90-91). Assim sendo, podemos concluir que, nas sociedades capitalistas modernas, as distinções sociais são estabelecidas a partir de critérios tanto econômicos quanto culturais.

A segunda consideração diz respeito ao fato de que esses capitais compõem o Ideal do Eu do Outro. No sistema normativo neoliberal, a disputa por esses capitais, seguindo a lógica da concorrência, produzirá, sempre, o aprofundamento das desigualdades sociais, já que essa competição é interpretada pelo *dispositivo da justiça imperfeita*, que produz, dentre outros efeitos práticos, a naturalização das desigualdades. Dessa forma, na competição, é inevitável que alguns (poucos) terão, pelo mérito, acesso aos capitais, enquanto outros (muitos), não. Esse dispositivo, quando articulado com o dispositivo desempenho/gozo, fortalece nos indivíduos a tese segundo a qual uma vida bem-sucedida depende tão somente do esforço pessoal, ao mesmo tempo em que é a premiação desse esforço.

A terceira consideração destaca a hipótese de Jessé Souza sobre a classe média, com a qual afirma que ela “é a classe por excelência da meritocracia e da superioridade moral. Eles servem tanto para distingui-la e para justificar seus privilégios em relação aos pobres como também aos ricos” (SOUZA, 2017, p. 168). Conforme o sociólogo, “não só a classe que ‘merece’ o que tem por esforço próprio, conforto que a falsa ideia da meritocracia propicia; mas, também, a classe que tem algo que ninguém tem, nem os ricos, que é a certeza de sua perfeição moral” (SOUZA, 2017, p. 168). Por isso, e esta é a quarta e última consideração, seu medo com relação à possibilidade (para muitos, uma realidade já vivenciada) de proletarização e decadência de suas condições de vida e trabalho. Esse medo foi muito bem mobilizado pelo discurso de extrema-direita de Jair Bolsonaro, que conseguiu convertê-lo em ressentimento e ódio de classe. Para isso, ele usou em seu favor a narrativa de criminalização e negação da política, reproduzida diuturnamente pela grande mídia, identificando e apresentando para a população os supostos inimigos desses “cidadãos de bem” – os verdadeiros culpados pelo prejuízo do qual esses setores médios foram vítimas inocentes. O discurso extremista do presidente empossado articulou-se, então, com a gestão do medo, que é um dos elementos constitutivos da governamentalidade neoliberal.

A produção de inimigos, vale lembrar, é uma das características do Estado de exceção. Em sua tese de pós-doutorado, *Autoritarismo e golpes na América Latina: breve ensaio sobre jurisdição e exceção*, o jurista Pedro Serrano afirma que nem sempre é fácil combater a presença do Estado de exceção no interior das democracias contemporâneas, pois quase sempre a adoção dessas medidas autoritárias é revestida de uma suposta legalidade, que tem como objetivo defender o Estado Democrático de Direito contra as ameaças impostas pela figura do inimigo, “aquele ser desprovido de qualquer proteção política ou jurídica, de qualquer direito fundamental mínimo inerente ao ser humano. Esse inimigo clama pela figura de um Estado autoritário pelo medo que ocasiona na sociedade” (SERRANO, 2016, p. 70). Ainda segundo

ele, se no passado, durante a ditadura civil-militar, esse inimigo era o comunista, no Brasil contemporâneo, “é a figura mítica do bandido, o agente da violência que pretende destruir a sociedade. O bandido inimigo da sociedade não é o cidadão que erra, mas o sujeito que deve ter seus direitos suspensos, inclusive o direito à vida”. São indivíduos que vivem “sob a égide permanente de um Estado de polícia” (SERRANO, 2016, pp. 99-100). Para combater esses inimigos, tudo é permitido, até mesmo o uso de medidas de exceção.

Uma das promessas da extrema-direita é proteger a sociedade desses bandidos e de seus cúmplices, que são, nas palavras de Jair Bolsonaro, os sujeitos que “desvirtuam os direitos humanos”, impondo “a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais”. Ele identifica esses cúmplices com pessoas de esquerda, afirmando que sua eleição foi o marco de início do processo de libertação do povo brasileiro das garras do socialismo, da inversão dos valores e do politicamente correto.

Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. Por isso, *quando os inimigos da pátria, da ordem e da liberdade tentaram por fim à minha vida*, milhões de brasileiros foram às ruas⁴⁴. O cidadão de bem merece dispor de meios para se defender respeitando o referendo de 2005, quando optou nas urnas pelo direito à legítima defesa. *Vamos honrar e valorizar aqueles que sacrificam suas vidas em nome de nossa segurança e da segurança de nossos familiares*. Contamos com o apoio do Congresso Nacional para dar respaldo jurídico para os policiais realizarem seu trabalho. É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como presidente do Brasil e me coloco diante de toda a nação, neste dia, como *o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo*, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto. *É urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais*, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, *que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares*. *Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa, e o nosso compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança*. [Grifos nossos].

Bolsonaro também destacou e afirmou seu compromisso com os “valores e instituições tradicionais” do povo brasileiro. Quais valores e instituições seriam esses? Temos um indicativo deles nesta parte do discurso proferido no Congresso Nacional: “vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas” [Grifos nossos]. Já na praça dos Três Poderes diz: “não podemos deixar que ideologias nefastas

⁴⁴ No dia 6 de setembro de 2018, durante a campanha eleitoral, Bolsonaro sofreu um atentado que quase custou sua vida. Foi na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Um sujeito chamado Adélio Bispo de Oliveira perfurou o intestino de Bolsonaro com uma facada.

venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade”. Bem ao estilo conservador (SCRUTON, 2019, pp. 69-104; COUTINHO, 2014, pp. 80-94), considera também a economia de mercado, bem como a meritocracia e a moralidade, os dos distintivos da classe média, valores tradicionais.

Daqui em diante nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política [...]. Que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias. A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado, para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda Nação. O brasileiro pode e deve sonhar. Sonhar com uma vida melhor, com melhores condições para usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia.

Para ele, o grande desafio que se apresenta diante do povo brasileiro é o enfretamento dos “efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos, e da desconstrução da família”. Esse desafio só será vencido se os brasileiros colocarem “o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” rumo à construção de uma sociedade “sem discriminação ou divisão”. “Com a benção de Deus, o apoio da minha família e a força do povo brasileiro”, promete Jair Messias Bolsonaro, “trabalharei incansavelmente para que o Brasil se encontre com seu destino e se torne a grande nação que todos queremos”.

Há quem diga que o Brasil é o país do futuro. Podemos inferir das análises de Maria Rita Kehl que sim, o Brasil tem plenas condições de ser um país finalmente soberano, inclusivo e menos desigual; mas, para isso, é preciso que seu povo, nós, assumamos a nossa condição de sujeitos históricos. Diante da provocação que ela fez no posfácio de seu livro supracitado – no Brasil, “o ressentimento chegou ao poder?” –, pela argumentação que desenvolvemos até agora, respondemos sim a esse questionamento; resposta com a qual Maria Rita certamente concorda, pois, para ela, com a eleição de Bolsonaro, “o ressentimento venceu aquilo que, algum dia, foram nossas melhores esperanças” (KEHL, 2020, p. 204). A nossa contribuição para o debate sobre o real significado da vitória de Bolsonaro para o futuro do Brasil consistiu em mostrar que sua ascensão à presidência tem um gosto bastante amargo, porque representou a chegada da *reação reacionária* ao governo do Brasil, país marcadamente desigual e injusto, bloqueando, por ora, o processo de ascensão social e reconhecimento intersubjetivo das classes populares e dos grupos minoritários historicamente excluídos. Ademais, o uso do medo como estratégia de poder, sentimento que afeta, inevitavelmente, as pessoas submetidas à lógica da concorrência neoliberal, reifica os sujeitos, na medida em que os faz esquecer do primado do reconhecimento

intersubjetivo sobre nossas relações sociais e sobre nosso conhecimento do outro (HONNETH, 2018)⁴⁵. Ao ser reduzido à condição de rival na competição e meio de satisfação de interesses pessoais, o outro acaba sendo destituído de seu valor e de suas qualidades de pessoa portadora de direitos e merecedora de uma vida digna e bem-sucedida. A superação de uma realidade marcada pela desigualdade e pela injustiça exige, portanto, a modificação das estruturas que promovem a reificação dos sujeitos.

4.2 Capital humano, educação neoliberal e o ensino de Sociologia

Na lição de 14 de março de 1979 do curso *Nascimento da Biopolítica*, Foucault trata da recepção do neoliberalismo norte-americano na Europa, em especial, na França, cujo aparecimento ocorre no contexto de implantação da política de recuperação econômica do presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt e de crítica das políticas keynesianas. Também começaram a surgir, nessa época, questionamentos a respeito da adoção do plano Beveridge e de todos programas de combate à pobreza e a segregação e de melhora da educação, que se desenvolveram nos Estados Unidos, da administração Truman à administração Johnson. Foram, portanto, “a política keynesiana, os pactos sociais de guerra e o crescimento da administração federal através dos programas econômicos e sociais, [que] constituíram o adversário, o alvo do pensamento neoliberal” (FOUCAULT, 2010, p. 277).

O texto fundante do neoliberalismo norte-americano foi “Um programa positivo para o *laissez-faire*”, escrito pelo economista Henry Calvert Simons (1889-1946), que é considerado o patrono da Escola de Chicago. Nos EUA, o liberalismo serviu como princípio fundador e legitimador do Estado e não apenas como princípio de limitação de sua ação. Ademais, desde a independência, o liberalismo sempre ocupou o debate político nesse país, de tal forma que o elemento não liberal foi introduzido nas discussões acadêmicas e públicas de fora, ameaçando o liberalismo com medidas socializantes e servindo de elemento estruturante para a política militar e imperialista estadunidense.

Nos Estados Unidos, umas das principais contribuições para o desenvolvimento do pensamento neoliberal foi a noção de capital humano. Ela foi pensada no contexto de crítica à economia clássica, que, segundo os neoliberais, deu pouca atenção à categoria trabalho, diferente das categorias terra e capital, os outros dois fatores de produção de bens e serviços. Advogam, portanto, a necessidade de colocar o trabalho no centro da teoria clássica; mesmo

⁴⁵ Para mais detalhes, ver capítulo 5.

porque foi Marx quem desde sempre priorizou essa categoria em suas análises do sistema capitalista. Para ele, o capitalismo abstrai a realidade do trabalho, pois o que o trabalhador vende é sua força de trabalho, com a qual cria valor e de onde uma parte lhe é extorquida. Essa lógica é própria do funcionamento desse sistema econômico. Os neoliberais, todavia, afirmam que quem fez a abstração do trabalho foi a própria teoria econômica; dessa forma, “é necessário fazer uma crítica teórica sobre o modo como, no discurso econômico, o próprio trabalho se viu abstraído” (FOUCAULT, 2010, pp. 279-282).

A análise neoliberal do trabalho propõe não a prioridade em compreender os processos e mecanismos de produção, troca e consumo de bens, mas sim o exame da atividade durante a qual os indivíduos utilizam recursos escassos para fins determinados. Seu objetivo é analisar não a lógica histórica de processos, “mas sim a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos” (FOUCAULT, 2010, p. 283).

O problema da reintrodução do trabalho no campo da análise econômica não consiste em perguntar por quanto é que se compra o trabalho, ou o que isso produz tecnicamente, ou qual é o valor que o trabalho acrescenta. O problema fundamental, essencial, que se formulará quando se pretender fazer a análise do trabalho em termos econômicos, será saber como é que quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe. Significa que, para introduzir o trabalho no campo da análise econômica, será preciso estar no ponto de vista daquele que trabalha; será preciso estudar o trabalho como comportamento econômico, como comportamento econômico praticado, aplicado, racionalizado, calculado por quem trabalha. [...] Por conseguinte, colocar-se no ponto de vista do trabalhador e fazer, pela primeira vez, com que o trabalhador seja, na análise econômica, não um objeto, o objeto de uma oferta e de uma procura na forma de força de trabalho, mas um sujeito econômico ativo (FOUCAULT, 2010, pp. 283-84).

Evidentemente, o trabalhador presta serviço em troca de um salário; porém, de acordo com os neoliberais, o salário é um rendimento, isto é, um produto ou receita de um capital, que é, por outro lado, uma fonte de rendimento. Assim, o capital que produz salário-rendimento é o capital humano, ou seja, “o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam alguém capaz de ganhar determinado salário” (FOUCAULT, 2010, p. 284). Compreendido dessa forma, o capital humano implica a existência de uma máquina dotada de aptidões, habilidades e competências, que essa máquina emprega para produzir e fazer render um fluxo de salários. Esse capital é praticamente indissociável de quem o detém, uma vez que “a aptidão para trabalhar, a competência, o poder fazer qualquer coisa nada disso pode ser separado daquele que é competente e que pode fazer alguma coisa” (FOUCAULT, 2010, pp. 284-85). A noção de capital humano transforma então o trabalhador numa empresa, cujo retorno financeiro depende da aplicação de investimentos.

O capital humano é composto por elementos constitutivos e por elementos adquiridos. Existem certas características inatas, genéticas, dos indivíduos que podem render a eles retornos financeiros consideráveis. Porém, os elementos mais importantes para o aperfeiçoamento do capital humano são os adquiridos. Neste ponto, os neoliberais destacam os investimentos educativos, que vão além do processo ensino-aprendizagem que ocorre nas escolas. Envolve, por exemplo, a capacidade de concentração, disciplina e pensamento prospectivo, que, lembra Jessé Souza, são adquiridos pelo indivíduo desde a tenra idade, durante a socialização familiar primária (SOUZA, 2017, p. 88). Por isso, para o sociólogo, as distinções sociais começam em casa, no berço, lugar onde ocorrem a reprodução e transmissão afetiva “de uma dada ‘economia emocional’ pelos pais aos filhos” (SOUZA, 2017, p.88).

Sem essas pré-condições, a incorporação dos capitais culturais, na escola, fica bastante comprometida. Ora, a assimilação desses capitais pelo indivíduo aprimora o capital humano. A instituição escolar é o local privilegiado no qual acontece a aquisição dos capitais culturais, isto é, das competências necessárias para a disputa no mercado competitivo. No neoliberalismo, a escola fica subordinada à razão econômica utilitarista, desempenhando o papel “cada vez mais determinante da qualificação e do conhecimento na concepção, na produção e na venda de bens e serviços” (LAVAL, 2019, p. 29). Desse modo, assevera Christian Laval:

Os economistas designam como capital humano “o estoque de conhecimentos economicamente valorizáveis e incorporados nos indivíduos”. Trata-se, em primeiro lugar, de *qualificações adquiridas dentro do sistema de ensino* ou por experiência profissional. Mais amplamente, essa noção pode englobar os vários trunfos que o indivíduo pode fazer valer no mercado e vender aos empregadores como fonte potencial de valor: aparência física, boa educação, maneiras de ser e pensar ou estado de saúde, por exemplo. Assim, segundo a OCDE, o capital humano reúne “os conhecimentos, as qualificações, as competências e as características individuais que facilitam a criação do bem-estar pessoal, social e econômico” (LAVAL, 2019, p. 51). [Grifos nossos].

A educação pensada e praticada dentro da lógica concorrencial está comprometida com um tipo de formação cujo objetivo principal é a disseminação dos valores fundantes do sistema capitalista neoliberal no tecido social (SANTOS, 2020). Para isso, recorre-se a um conjunto de elementos, a exemplo da cultura da avaliação, que, uma vez agrupados, compõem aquilo que Gleicy Schommer dos Santos denomina de “vestibularização da educação” (SANTOS, 2020, pp. 84-127). Essa educação, no Brasil, reproduz a realidade brasileira, secularmente marcada por desigualdades e injustiças. Viabiliza, outrossim, a produção da subjetividade empresarial do *sujeito concorrencial*.

Syvio Gadelha afirma que a teoria do capital humano e a cultura do empreendedorismo justificam a implantação de uma educação voltada para o ensino de competências.

Creio que a teoria do Capital Humano e a cultura do empreendedorismo não estão desvinculadas, por outro lado, da crescente atenção e valorização que se vem dando, de duas décadas para cá, e hoje mais do que nunca, à questão das *competências* – na formação do professor, nos processos de aprendizagem dos alunos (“aprender a aprender”), na montagem dos programas curriculares, nas formas de avaliação e na educação, tomada num sentido amplo (GADELHA, 2016, p. 159).

Esse modelo de educação proposto pela “pedagogia concorrencial” (SANTOS, 2020, pp.128-142), “[guiado] pela preocupação com a competição econômica entre os sistemas sociais e educativos”, empenha-se tão somente em adequar os indivíduos “às condições sociais e subjetivas da mobilização econômica geral” (LAVAL, 2019, p. 37). Para tanto, forma sujeitos subordinados às normas de conduta do *Ideal do Eu do Outro do sujeito concorrencial*. No mercado competitivo, esse sujeito assume o perfil do “trabalhador flexível” – aquele indivíduo sujeitado a um tipo de poder sem autoridade que exige dele a capacidade de “discernir e analisar para impor a si mesmo uma conduta eficiente, *como se* esta última fosse ditada pelas exigências do próprio real”. Alguém que seja capaz de “enfrentar as incertezas e demonstre liberdade, iniciativa e autonomia” (LAVAL, 2019, p. 40).

Essa é a chamada educação por competências, cuja missão principal é formar *sujeitos concorrenciais*. Ela está expressa, por exemplo, no novo formato de Ensino Médio aprovado em 2017, que responsabiliza os estudantes pela escolha de seus itinerários formativos, e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece as dez competências fundamentais para a realização dos projetos de vida no século 21. Concluindo o itinerário formativo que escolheu e incorporando as competências, os estudantes finalizariam a educação escolar preparados para o pleno exercício da cidadania, a disputa no mercado de trabalho e a continuidade dos estudos, se assim desejar.

O ensino de Sociologia, e também das demais humanidades, fica bastante marginalizado com esse modelo de educação imposto pela racionalidade neoliberal, uma vez que ele favorece aos/as educandos/as o acesso às ferramentas cognitivas de compreensão da sociedade dentro da perspectiva sociológica. De posse delas, os estudantes compreenderão que a base da interação social está no conflito, cuja gramática é a luta por reconhecimento intersubjetivo (HONNETH, 2009). Ademais, o ensino de Sociologia contribui com a formação de subjetividades autônomas, pois desperta nos estudantes as atitudes do *estranhamento* e da *desnaturalização* dos fenômenos sociais, que caracterizam a posição subjetiva crítica dos *sujeitos autorrealizados*. Enquanto que

a educação neoliberal ensina as competências de sujeição dos indivíduos às normas do *Ideal do Eu do Outro do sujeito concorrencial*; a educação libertadora, preocupada com a formação da autonomia dos *sujeitos autorrealizados*, questiona até que ponto essas normas bloqueiam a luta por reconhecimento intersubjetivo, mostrando que as subjetividades autônomas se subordinam às normas que foram criadas sob o amparo do pressuposto ontológico que afirma a primazia do reconhecimento sobre o conhecimento do outro. Dessa forma, a educação libertadora, que é fundamentada no diálogo, e o ensino das humanidades, em especial o de Sociologia, cujo papel é realizar nos educandos as atitudes da *desnaturalização* e do *estranhamento* dos fenômenos sociais, favorecem a formação das disposições mentais transitivas, predominantemente críticas, segundo Paulo Freire (FREIRE, 2003), dos/as educandos/as; sujeitos que se autorrealizam na medida em que se conscientizam a respeito da primazia ontológica do reconhecimento sobre o conhecimento e sobre todas as formas de sociabilidade humana (HONNETH, 2018).

Capítulo 5

CONTEXTUALIZAR PARA REAFIRMAR A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE AUTÔNOMA DO SUJEITO AUTORREALIZADO

Na tese III à Feuerbach, Karl Marx afirma:

A doutrina materialista que supõe que os homens são produtos das circunstâncias e da educação e, em razão disso, os homens transformados são produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, *esquece-se de que são justamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador precisa ser educado* (ENGELS; MARX, 2006, p. 118). [Grifos nossos].

A pedagogia de Paulo Freire é uma sistematização que concebe a educação a partir desse pressuposto apresentado por Marx. Segundo Freire, na educação libertadora, fundamentada no diálogo que valoriza as experiências de vida, a cultura e os conhecimentos prévios dos alunos, a relação educador-educandos é mediatizada pelo mundo. Ela é da ordem da comunicação, na qual são formadas, na dialogicidade, disposições mentais predominantemente críticas, que é uma das exigências da democracia. A criticidade dos *sujeitos autorrealizados/emancipados* se expressa, por exemplo, na sua capacidade de *estranhar e desnaturalizar* os fenômenos sociais, compreendendo-os em sua historicidade. Assim, assumem sua condição de sujeitos históricos capacitados a refletirem sobre a realidade social numa perspectiva sociológica, entendendo que a base da sociedade é o conflito, cuja gramática é a luta por reconhecimento intersubjetivo (HONNETH, 2009). Se essa luta é bem-sucedida, as formas da reificação são superadas. Ocorre que identificamos na concorrência um dos mecanismos sociais que nos faz esquecer o primado do reconhecimento sobre o conhecimento e sobre todas as nossas formas de sociabilidade, com as quais constituímos nossas subjetividades e identidades sociais. A reificação é, justamente, o esquecimento dessa primazia (HONNETH, 2018). Ora, já que o neoliberalismo generaliza, no tecido social, a concorrência como norma de conduta (DARDOT; LAVAL, 2016), esse sistema normativo se converte no principal obstáculo que bloqueia a superação de todas as formas da reificação.

Por pressupor e afirmar uma teoria do reconhecimento, a educação dialógica/libertadora freiriana tornar-se um instrumento que favorece a formação da consciência crítica dos sujeitos que transformam as circunstâncias. Nela, os educadores são também educandos e os educandos são educadores no processo de ensino-aprendizagem. Essa educação é, na verdade, uma práxis revolucionária, isto é, um atividade teórica e prática voltada para a transformação da sociedade e da natureza, pois nela há “a coincidência da mudança das circunstâncias com a atividade humana” (ENGELS; MARX, 2006, p. 118). É nesse contexto que deveríamos pensar e localizar o ensino da Sociologia, uma vez que ele desperta nos estudantes as atitudes do *estranhamento* e da *desnaturalização* dos fenômenos sociais, fazendo-os compreender que “certas mudanças ou continuidades históricas decorrem de decisões, e essas, de interesses, ou seja, de razões objetivas e humanas, não sendo fruto de tendências naturais” (OCNEM, 2008, p. 106). O ensino dessa disciplina não pode ser encarado como uma técnica de ajustamento social dos indivíduos, viabilizando assim a estratégia biopolítica da aprendizagem flexível, apregoada pela pedagogia concorrencial, de administração da “questão social” (FRIGOTTO; MOTTA, 2017). Quem pensa assim, aceita o lugar secundário que a Sociologia ocupa na Reforma do Ensino Médio e na BNCC. Porém, no atual contexto brasileiro de recrudescimento do pensamento conservador, das políticas neoliberais e das ideias de extrema-direita, que se articulou, formando a *reação reacionária*, que comanda o país sob a presidência de Jair Messias Bolsonaro, consideramos o ensino de Sociologia uma forma de resistência, pois ele ocupa um lugar crucial no processo de formação da subjetividade autônoma dos *sujeitos autorrealizados/emancipados*, isto é, sujeitos democráticos, que valorizam o diálogo e mantêm com a realidade um vínculo orgânico.

5.1 Sujeito concorrencial, sujeito reificado

No ensaio *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento*, Axel Honneth atualiza a noção de reificação, afirmando que ela é capaz de iluminar a nossa compreensão acerca das diversas formas de dominação vigentes na contemporaneidade. Sua investigação tem como ponto de partida o conceito de reificação proposto por Georg Lukács em seu livro *História e consciência de classe* de 1923. Honneth quer saber se reificação é um conceito útil ainda nos dias de hoje; para isso, orienta-se, de início, pelas análises clássicas de Lukács, constatando, porém, que “os meios categoriais dele não são suficientes para poder conceber de maneira adequada os processos frequentemente apreendidos de maneira correta em termos fenomenológicos” (HONNETH, 2018, p. 31). Seria necessário então superar as incongruências

da noção lukatiana de reificação para poder reafirmar a atualidade desse conceito, tão caro à Teoria Crítica. Dessa forma, Honneth promove, segundo Judith Butler, “o mais amplo e profundo ajuste de contas com Lukács visto nos últimos anos sobre o tema da reificação” (BUTLER, 2018, 133)⁴⁶.

O empreendimento de Honneth consiste, portanto, em atualizar o conceito de reificação à luz das intuições originais de Lukács, que a descrevia como sendo uma atitude habitual em que os indivíduos perdem a capacidade de se relacionar com pessoas e com acontecimentos de maneira engajada. Agindo assim, esses sujeitos se transformam em “meros observadores passivos” do mundo à sua volta e de sua própria vida interior. Ou seja, na reificação, o sujeito se afasta de uma atitude prévia de reconhecimento ou de engajamento. Assim sendo, existe, do ponto de vista genético e categorial, um comportamento participativo anterior à apreensão neutra da realidade. Podemos afirmar, então, que o reconhecimento precede o conhecimento, uma vez que os seres humanos interagem entre si, assumindo a perspectiva do outro no processo de compreensão de sua realidade interna e externa. “Essa capacidade de assumir a perspectiva do outro está enraizada em uma interação prévia, que carrega traços de uma preocupação existencial” (HONNETH, 2018, p. 61). *O sujeito reificado* é aquele indivíduo que perdeu de vista o primado do reconhecimento sobre o conhecimento. Assim, “reificação no sentido de um ‘esquecimento do reconhecimento’ significa deixar de dar atenção ao fato de que, na efetuação do conhecimento, o próprio ato de conhecer é tributário de um reconhecimento prévio” (HONNETH, 2018, p. 89).

O primado do reconhecimento é tanto genético quanto categorial. Honneth lembra que a psicologia do desenvolvimento, ao realizar suas pesquisas acerca da socialização, possui uma infinidade de estudos que mostram que o desenvolvimento da capacidade cognitiva e afetiva das crianças é um processo que somente se efetua na medida em que elas assumem a perspectiva de um outro. É importante destacar que a criança primeiro se envolve emocionalmente com sua pessoa de referência, criando com ela um vínculo, para, em seguida, representar, de maneira objetiva, os objetos do mundo que a circunda. Ademais, a primazia do reconhecimento sobre o conhecimento possui um sentido conceitual, ou seja, o envolvimento existencial dos homens com o mundo precede sua relação epistemológica com ele. Dito isso, conclui Honneth,

⁴⁶ Judith Butler faz essa afirmação no texto *Adotando o ponto de vista do outro: implicações ambivalentes*, no qual tece algumas críticas à tese de Honneth sobre a reificação. Em seguida, ele responde às críticas não só de Butler, mas também de Raymond Geuss, que escreveu *Antropologia filosófica e crítica social*, e Jonathan Lear, que escreveu *O meio escorregadio*. Para acompanhar esse debate, ver HONNETH, Axel. *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

Nas relações sociais humanas, há um primado ao mesmo tempo genético e categorial do reconhecimento diante do conhecimento, de um engajamento em face da apreensão neutra de outras pessoas: sem uma tal forma de reconhecimento prévio, as crianças não estariam em condições de assumir as perspectivas de suas outras pessoas de referência, e os adultos não poderiam compreender proferimentos linguísticos de seus parceiros de interação (2018, p. 79).

Para Honneth, diferente de Lukács, o reconhecimento não é oposto à objetivação de nossos pensamentos, mas sua condição de possibilidade. O reconhecimento é “uma atitude prática, não epistêmica, que precisamos necessariamente adotar para obter, enfim, um saber [objetivo] a respeito do mundo e das outras pessoas” (HONNETH, 2018, p. 82). Do contrário, não haveria possibilidade de socialização humana, pois ela depende dessa atitude originária de engajamento. Ora, “se todos os processos no interior da sociedade são reificados somente porque nos coagem a comportamentos objetivantes, então, em última instância, a sociabilidade humana tem de se dissolver” (HONNETH, 2018, p. 83). Dessa forma, “o processo de reificação precisa ser compreendido de maneira diferente daquela empregada [por Lukács] em seu texto” (HONNETH, 2018, p. 83). Sendo assim, o importante é identificar “as formas de conhecimento sensíveis ao reconhecimento, por um lado” e “aquelas formas de conhecimento nas quais se perdeu o vestígio de sua origem em um reconhecimento prévio” (HONNETH, 2018, p. 85). Essa forma de esquecimento do reconhecimento é a reificação.

Na medida em que, na efetuação de nosso conhecimento, perdemos o vestígio de que este se deve à nossa adoção de uma postura de reconhecimento, desenvolvemos a tendência de perceber os outros seres humanos meramente objetos insensíveis. [...] Não se trata aqui de simplesmente retirar da consciência aquele fato do reconhecimento e dizer que este “desapareceu”, mas se trata antes de certa diminuição da atenção que leva tal fato ao pano de fundo da consciência a ponto de o perdemos de vista (HONNETH, 2018, pp. 87-89).

Honneth apresenta duas situações em que ocorre o esquecimento do reconhecimento: a primeira é uma práxis orientada apenas para os fins (autonomização dos fins); a segunda, consiste em um esquema de pensamento em que o indivíduo interpreta de maneira seletiva os fatos sociais.

No primeiro caso se trata de uma práxis em que nos preocupamos de maneira tão enérgica e unilateral com certos fins que não damos mais atenção a todos os outros motivos e objetivos que possivelmente estavam na origem de nossa ação [...] A atenção ao fato do reconhecimento prévio se perderá porque, no decorrer de nossa práxis, o fim estabelecido pela observação e pelo conhecimento do mundo circundante se autonomiza na mesma medida em que todos os outros dados que compõem uma situação são completamente deixados de lado. O outro caso de diminuição da atenção

que pode servir para explicar o processo de reificação deve-se não a causas externas, mas a determinações internas de nossa ação: uma série de esquemas de pensamento, que também influenciam nossa práxis, na medida em que levam a uma interpretação seletiva dos fatos sociais, pode reduzir em muito a atenção que damos aos dados significativos de uma situação. [...] Em suma, ou estamos lidando com uma unilateralização ou enrijecimento da postura de reconhecimento em virtude da autonomização de certo fim, ou com a recusa posterior do reconhecimento devido à aceitação de um preconceito ou estereótipo (HONNETH, 2018, pp. 89-90).

Honneth fala da reificação em dois sentidos: o direto e o indireto. No primeiro, ocorre o esquecimento do reconhecimento intersubjetivo; já no segundo, o que se perde de vista é o reconhecimento objetivo, isto é, os significados que os indivíduos imprimem às coisas do mundo⁴⁷. Ele destaca também outra dimensão da reificação: a subjetiva. Nela, o sujeito perde de vista o primado do reconhecimento na autorrelação, isto é, a relação positiva que ele estabelece com a imagem de si com a qual se apresenta ao mundo⁴⁸. Isso ocorre em duas situações: quando o sujeito acredita que compreende seus sentimentos, desejos e vontades cognitivamente, isto é, consegue apreendê-los de maneira “detetivesca”, confiando ser capaz de descrevê-los na sua totalidade, bem como controlá-los conforme a suposta soberania do eu consciente de si e para si; ou quando afirma que não somos capazes de conhecer o conteúdo de nossos sentimentos e desejos, de tal forma que eles somente passam a existir, de fato, quando, na relação com o outro, estabelecemos um significado para as nossas intenções. Em outras palavras, construímos nossos estados mentais na medida em que imprimimos neles as marcas de nossas intenções, dotando-os de significação⁴⁹.

⁴⁷ “Podemos falar de ‘reificação’ em um sentido direto apenas em referência a outras pessoas, ao passo que somente em um sentido derivado ou indireto é possível referi-la à natureza externa: em relação aos outros seres humanos, ‘reificação’ significa perder de vista o reconhecimento prévio; em relação ao mundo objetivo, ‘reificação’ significa perder de vista a multiplicidade de significados que tais objetos possuem para aquela pessoa que foi previamente reconhecida” (HONNETH, 2018, p. 97).

⁴⁸ “Normalmente já estamos de certo modo familiarizados com nossos desejos e sentimentos, porque, no processo de nossa socialização, aprendemos a percebê-los como parte inerente de um mundo da vida linguisticamente compartilhado; [dessa forma], nós não percebemos nossos estados mentais simplesmente na qualidade de objetos nem os constituímos por meio de testemunhos, mas os articulamos de acordo com o que, no fundo, já nos é familiar. Um sujeito que se relaciona consigo mesmo dessa forma originária precisa considerar seus próprios sentimentos e desejos como algo que merece ser articulado; nesse sentido, seria correto falar aqui também da necessidade de um reconhecimento prévio”. [...] Um sujeito que deve estar em condições de realizar uma autorrelação expressiva tem de poder afirmar de antemão que suas próprias vivências psíquicas são dignas de valor e que é importante desenvolvê-las e articulá-las” (HONNETH, 2018, p. 108-109).

⁴⁹ “Podemos imaginar formas de relação do sujeito consigo mesmo que se assemelham àquelas apresentadas pela abordagem ‘detetivesca’ e pelo construtivismo: no primeiro caso, o sujeito se relaciona com seus estados mentais como algo rígida e fixamente dado, enquanto, no segundo, tais estados mentais são considerados algo a ser produzido, cujo caráter ele pode dispor conforme a situação existente. Não é por acaso que as formulações foram escolhidas de modo que fosse fácil referi-las aos fenômenos da autorreificação: as formas de autorrelação afirmadas pelos dois modelos correspondem ao processo de reificação do próprio *self*, porque em ambos os casos os estados mentais vividos interiormente são apreendidos segundo o padrão do objeto materialmente dado; a diferença entre os dois tipos consiste somente no fato de que, em um caso, os sentimentos são vividos na qualidade de objetos fixos já presentes na interioridade e que precisam ser descobertos, ao passo que, no outro, tais

Honneth conclui sua argumentação acerca das três dimensões da reificação, afirmando:

Na autorrelação, os modos correspondentes à observação e a produção podem ocorrer apenas se os “sujeitos” começam a esquecer que vale a pena articular e se apropriar de seus próprios desejos e sentimentos. Nessa medida, a reificação da própria pessoa, tal qual a reificação da outra pessoa, se apresenta como resultado de uma diminuição da atenção para o fato de um reconhecimento prévio: portanto, da mesma maneira que no caso anteriormente estudado esquecemos que já teríamos de ter reconhecido o outro, também aqui perdemos de vista o fato de que sempre reconhecemos previamente nós mesmos, pois somente assim poderíamos ter acesso à nossa própria interioridade. Com o propósito de saber o que significa, afinal, ter desejos, sentimentos e intenções, precisamos previamente vivenciá-los como uma parte de nossa própria vida digna de valor e que vale a pena tornar compreensível para nós mesmos e para nossos parceiros de intenção; e tanto quanto no reconhecimento das outras pessoas, também um tal reconhecimento de si mesmo possui primado genético (2018, pp. 112-13).

Em seu trabalho de reconstrução da noção de reificação em Lukács, Honneth identificou quatro incongruências: a) a afirmação de que a causa do fenômeno social da reificação é a universalização das relações de troca capitalista; b) a equivocada nivelação dos processos de despersonalização com a reificação; c) a generalização da reificação para todas as esferas da vida social devido ao fato de que a esfera econômica possuiria uma força material tão grande que determinaria a realidade cultural de qualquer formação social; d) essa cegueira economicista impediu que Lukács enxergasse outros fatores sociais da reificação, a exemplo do racismo e do tráfico de pessoas. Para Honneth, se o núcleo da reificação é o esquecimento do reconhecimento, sua origem precisa ser buscada “nas práticas ou nos mecanismos que possibilitam e perpetuam sistematicamente tal esquecimento” (2018, p. 121). Dessa forma, a reificação acontece somente quando os indivíduos participam de uma práxis social em que “*a mera observação do outro se tornou um fim em si mesma*, apagando todos os traços conscientes de uma socialização prévia, ou ao orientarem suas ações por um sistema de convicções que os obriga à *negação posterior do reconhecimento originário*” (HONNETH, 2018, p. 122). [Grifos nossos].

Identificamos na concorrência, princípio estruturante do neoliberalismo, uma prática que potencializa, nos sujeitos, a atitude reificante. O *sujeito concorrencial* é marcado por dois mecanismos: o dispositivo desempenho/gozo e o *dispositivo da justiça imperfeita*. Convencido de que a desigualdade é algo natural, pois jamais haverá justiça perfeita já que os seres humanos são naturalmente imperfeitos, esse sujeito buscará a performance que melhor se adequa às

sentimentos são considerados algo a ser primeiro produzido de forma instrumental” (HONNETH, 2018, pp. 111-12).

exigências do Ideal do Eu do neoliberalismo, o *Outro do sujeito concorrencial*, incorporando competências, atitudes e habilidades que o capacitará para a acirrada disputa no mercado competitivo. O que esse sujeito almeja é ocupar um lugar no desejo do Outro, que oferece demandas de reconhecimento social, recompensando aqueles indivíduos que, pelo próprio merecimento, conseguiram dar uma resposta positiva a elas. Ou seja, a ocupação nesse lugar depende de uma *resposta performática positivada* do indivíduo às exigências normativas do *Ideal do Eu do Outro do sujeito concorrencial*. Para isso, ele precisará moldar sua subjetividade segundo os critérios impostos por esse ideal. Assim, seus sentimentos, desejos e vontades serão “construídos” a partir desses critérios. Mas não basta apenas construí-los; é preciso também conhecê-los na sua totalidade, um vez que o indivíduo consciente de si e para si tem que ser capaz de controlar seus desejos, sentimentos e emoções de acordo com sua vontade soberana. O “conhecimento” e “controle” de sua vida psíquica é muito importante e oportuno, como, por exemplo, nas entrevistas de emprego e na busca por parcerias amorosas. Lembrando que um sujeito bem-sucedido o é na vida profissional, amorosa e social.

Enquanto em tempos anteriores as entrevistas de emprego tinham a função de, com base em documentos escritos ou certificados exigidos, avaliar a qualificação do candidato para uma atividade específica, agora tais práticas assumem com frequência uma característica totalmente diferente, segundo informação da sociologia do trabalho: elas se assemelham cada vez mais a uma conversa de negócios, porque exigem *que o candidato encene da forma mais convincente e eficaz possível* o seu engajamento futuro no trabalho em vez de relatar suas qualificações anteriormente adquiridas. [...] Na outra direção da autorreificação, em que os próprios sentimentos são observados e registrados de uma forma meramente passiva, apontam aquelas práticas que surgiram atualmente com a utilização da internet como meio de busca por parceiros: aqui, *o modo padronizado de estabelecer contato obriga os respectivos usuários primeiramente a registrar suas características em categorias previstas e ranqueadas*, e, após a confirmação de que suas qualidades podem se sobrepor àquelas de outros parceiros escolhidos virtualmente, recebem por e-mail uma mensagem informando-os de seus sentimentos recíprocos um pelo outro (HONNETH, 2018, pp. 127-28). [Grifos nossos].

Capacitado para a disputa no mercado competitivo, o indivíduo concorrerá com outros semelhantes a ele – é a disputa entre o eu e o outro pelo olhar de reconhecimento do Outro. Por causa dessa rivalidade, os sentimentos que o eu endereça ao outro são ambivalentes: amor que aproxima, ódio que separa; admiração que valoriza, mas que, ao mesmo tempo, provoca uma inveja ressentida. De fato, o outro é portador de algo (o objeto *a*) que o eu cobiça, incitando seu desejo. Parece que o outro sempre possui um gozo a mais, um detalhe a mais, uma dedicação e desempenho a mais, qualidades que poderão ser reconhecidas, no futuro, pelo Outro, que atíça e goza com essa disputa. Enquanto isso, o eu faz de tudo, investindo tempo e recursos, para

aproximar suas demandas do desejo do Outro, criando em seu imaginário a convicção de que sua vontade coincide com o querer desse *grande sistema simbólico normativo fabricante de subjetividades empresariais*. Pois bem, subordinando-se às normas do Outro, o eu converte-se em *sujeito concorrencial*, alienando-se aos Seus significantes. Sujeito competitivo, flexível, criativo, eficaz e eficiente, cujo supereu (a consciência do eu) cumpre muito bem com suas duas funções: a de vigilância, “com a qual mede o eu em relação [às exigências normativas] do Ideal do Eu, e a função de criticá-lo, corrigi-lo e xingá-lo, dizendo-lhe ‘seja assim’ e ‘não seja assim’” (QUINET, 2012, p. 46).

Quando a adequação não ocorre a contento, o *sujeito concorrencial* é instruído a nunca interpretar essa falha como sendo um furo no desejo do Outro. Não: o Outro nunca falta! Se houve fracasso, a responsabilidade é sempre do sujeito, que não se esforçou o suficiente. A prova disso é o sucesso do outro seu semelhante, que se preparou muito bem para a competição e foi recompensado com o triunfo. Assim, o “fracasso” do sujeito nunca é atribuído à existência de um sistema injusto que viabiliza o “sucesso” de uns em detrimento do “fracasso” de muitos. Mas como a racionalidade neoliberal consegue conduzir os *sujeitos concorrenciais*, inculcando em seus corações e mentes a ideologia da responsabilização individual pelo que ocorre em suas vidas? Uma das estratégias consiste em estabelecer normas de conduta social que normalizam o esquecimento do reconhecimento intersubjetivo. Fazendo isso, o sujeito perde de vista o fato de que sua individualidade se desenvolve no interior de uma luta por reconhecimento mútuo. É como se ele fosse um “eu isolado”, cuja única preocupação é a busca da melhor performance de subordinação às normas de reconhecimento do *Outro do sujeito concorrencial*⁵⁰. Dessa forma, perdendo de vista a participação do outro na formação de sua própria individualidade, o *sujeito concorrencial* assume toda responsabilidade por aquilo que acontece com ele. Seu único temor é fracassar ao responder às demandas de reconhecimento social do Outro, pois isso traria muita *vergonha de si* e uma forte sensação de insuficiência e de perda da experiência. Para não

⁵⁰ No artigo, *Problema de reconhecimento: poder, vulnerabilidade e violência*, Ingrid Cyfer traz as críticas que Jéssica Benjamin fez à Judith Butler, afirmando que “o vínculo absoluto entre identidade e exclusão em Butler implica uma concepção de *sujeito isolado*. Isso pode soar incompatível com o processo de formação do sujeito em Butler, cuja ênfase está na contextualização. No entanto, essa incompatibilidade é aparente porque *a formação do sujeito foucaultiano não se dá em um processo intersubjetivo e sim na relação entre o sujeito e a norma disciplinar*. É dessa relação que depende a construção da identidade” (CYFER, 2013, p. 246). Segundo Foucault, “há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a” [Grifos nossos]. Certas correntes de interpretação do processo de formação do sujeito foucaultiano, a qual Bulter se filia, afirmam que, na perspectiva foucaultiana, a constituição do sujeito ocorre a partir da relação dele com as normas disciplinares, que atuam sobre os corpos e as mentes dos indivíduos, moldando suas subjetividades e estabelecendo os tipos de identidades sociais que supostamente definem quem somos nós.

fracassar, o eu precisa derrotar o outro, superando-o, esquecendo, assim, que ele é seu parceiro no processo de constituição de sua subjetividade.

Ora, o *sujeito concorrencial* observa detidamente as qualidades, talentos e habilidades do outro seu semelhante, reconhecendo nele suas competências, as quais merecem, certamente, a gratificação com a conquista de uma vida bem-sucedida. Ocorre que esse outro é para o sujeito, antes de tudo, um concorrente; portanto, suas competências rapidamente se convertem numa espécie de *ameaça estimulante*, que obriga o sujeito a superá-las caso queria vencer a concorrência. Ou seja, capturado pela lógica da concorrência, o sujeito perde de vista o fato de que o outro é uma pessoa que, assim como ele, busca o reconhecimento intersubjetivo da imagem positiva de si de *sujeito autorrealizado*. Dessa forma, o *sujeito concorrencial*, por estar tão energicamente concentrado numa práxis orientada para a obtenção de determinados fins, reduz sua percepção do outro, que é transformado em um mero rival, não conseguindo mais dar atenção àquelas qualidades do outro enquanto seu semelhante. Assim, a prática da concorrência é um mecanismo que diminui a atenção do reconhecimento prévio, porque “o fim estabelecido pela observação e pelo conhecimento do mundo circundante se autonomiza na mesma medida em que todos os outros dados que compõem uma situação são completamente deixados de lado” (HONNETH, 2018, pp. 89-90).

Portanto, o *sujeito concorrencial* nega, posteriormente, no momento em que se lança à disputa, o reconhecimento prévio. Para ele, pior do que a culpa pelo destino desafortunado do outro, é a vergonha caso tivesse sido derrotado. Ela é provocada pela sensação de impotência, insuficiência e perda da experiência de si. “Uma nova espécie de vergonha surge no horizonte da nossa época, que se refere, não ao que fizemos, mas sobretudo ao que deixamos de fazer” (BARROS, 2015, p. 104). Ora, “em um mundo que reconhece na *performance* positiva o principal critério de avaliação, essa vergonha diz respeito àquilo em que nos mostramos insuficientes” (BARROS, 2015, p. 104). Evidente que, se o eu venceu a disputa, ao outro, que também é um *sujeito concorrencial*, restou a vergonha pelo fracasso da derrota. Para preservar a integridade de sua imagem narcísica, o derrotado pode buscar, como solução de compromisso, converter sua vergonha em ressentimento, que é uma constelação de sentimentos negativos com a qual o sujeito culpa o outro (o *sujeito concorrencial* vitorioso) pelo seu fracasso. Aqui, mais uma vez, a culpa é deslocada do sistema injusto e excludente, o Outro, para o outro, que foi bem-sucedido ao adequar sua performance às exigências normativas do Ideal do Eu do Outro, sendo, com isso, gratificado com Seu olhar de reconhecimento.

Numa sociedade desigual, que presencia um acentuado processo de reconhecimento das demandas de classes e minorias historicamente excluídas, é comum os grupos mais abastados,

em especial setores da classe média, assumirem uma posição de vítimas de todo esse processo. Esses setores acusam o outro, que ascende socialmente, de intruso que ameaça seus privilégios de classe. Assim, esses *sujeitos reificados* convertem seu ressentimento em ódio de classe, insurgindo-se contra medidas e políticas de reconhecimento social, redistribuição e ampliação da representação. Nesse cenário, lideranças políticas de extrema-direita ganham espaço na cena política, pois articulam e canalizam todo esse sentimento negativo em direção aos inimigos, estrategicamente fabricados. Foi isso que ocorreu no Brasil, quando setores da classe média apoiaram a chamada *reação reacionária*, articulação antipopular formada por conservadores e neoliberais, que venceu as eleições de 2018, conduzindo à presidência do país Jair Messias Bolsonaro, liderança brasileira de extrema-direita mais popular. O Partido dos Trabalhadores e seu principal líder, Luiz Inácio Lula da Silva, foram alçados à condição de inimigos número 1 da nação justamente porque, nos anos em que governaram o Brasil, houve a consolidação e conquista de diversos direitos sociais. Apesar das estruturas capitalistas de produção não terem sido subvertidas durante os governos petistas, o simples fato das condições de vida das classes populares melhorarem foi visto pela nossa elite do atraso e sua tropa de choque, a classe média, como um verdadeiro acinte (SOUZA, 2017).

5.2 Pedagogia da libertação, teoria do reconhecimento e o ensino das humanidades

A proposta pedagógica de Paulo Freire está fundamentada em pressupostos de uma teoria do reconhecimento. É possível articulá-la com a tese de Axel Honneth acerca do primado do reconhecimento sobre o conhecimento. Ela é um instrumento de superação da condição reificante dos sujeitos, pois afirma a primazia do diálogo no processo de ensino-aprendizagem. Para fazer essa articulação, comentaremos trechos de três obras de Paulo Freire à luz das teses de Honneth: *Educação e atualidade brasileira*, de 1959; *Pedagogia do oprimido*, de 1967/68 e *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, escrito em 1996. Feito isso, adquiriremos subsídios teóricos que nos permitirão compreender melhor o lugar que o ensino das humanidades ocupa na formação das subjetividades autônomas, que implicam a existência de *sujeitos autorrealizados/emancipados*.

No livro *Pedagogia do oprimido*, o patrono da educação brasileira sistematizou sua crítica à educação tradicional apresentada em *Educação e atualidade brasileira*. Para isso, ele contrapôs a educação bancária (tradicional) à educação dialógica (libertadora). Ao analisar a antinomia fundamental que caracteriza a atualidade brasileira (final da década de 1950) – qual

seja: “a inexperiência democrática” de um lado, e “a emersão do povo na vida pública nacional”, de outro – Freire identifica na educação tradicional um obstáculo à superação dessa antinomia, pois ela reflete e reproduz o nosso gosto pela verticalidade, pelo autoritarismo, pelo centralismo, pelo verbalismo, pela antialogação e pela “assistencialização”, que tanto marca o Brasil, país de passado colonial e escravista, inviabilizando assim o diálogo durante a prática educativa, tão fundamental para a formação de disposições mentais democráticas. Assevera ele: “a uma sociedade que se industrializa e se democratiza, como a nossa, insistimos em oferecer uma educação intensamente verbal e palavrosa, [que é] um dos obstáculos ao nosso desenvolvimento econômico, bem como à nossa democratização” (FREIRE, 2003, pp. 11-12). Na educação bancária (narradora e dissertadora), a mente dos alunos é preenchida com saberes doados pelo sábio professor, que os conduz “à memorização mecânica do conteúdo narrado” (FREIRE, 2012, p. 63), impossibilitando a comunicação, pois aqui o que há é apenas a simples transmissão de comunicados de alguém que tudo sabe para alguém que nada sabe. Portanto, esse tipo de educação é um instrumento que inviabiliza a democracia, porque bloqueia o diálogo entre os sujeitos, mantendo a contradição entre educador e educando. Já a educação libertadora valoriza o impulso conciliador, buscando a superação dessa contradição, tornando ambos, os agentes do processo de ensino-aprendizagem, simultaneamente, educador e educando.

A educação atua na formação das disposições mentais do sujeitos, seja para favorecer a manutenção das opressões, seja para desbloquear os obstáculos psíquicos que impedem sua superação. Nesta perspectiva, a estratégia pedagógica freiriana “opera menos na transmissão de conhecimentos – a pedagogia – e mais na transformação de uma psique – uma psicagogia”. (DULLO, 2014, p. 34). Segundo Eduardo Dullo, a prática educativa libertadora possui sempre dois níveis: o horizontal (pedagógico) e o nível vertical (psicagógico). Para ele, a “diferenciação dos dois níveis está ancorada na diferenciação entre a relação ‘pedagógica’ e a ‘psicagógica’, tal como feita por Foucault” (DULLO, 2014, p. 38). Assim,

O nível horizontal, dialógico, é o nível “pedagógico”, em que se garante a transmissão de determinadas competências e habilidades. O nível vertical, hierárquico, é o nível “psicagógico”, em que se pretende formar a alma/psique de seu ouvinte e conduzi-la pela verdade que se professa, para que ele possa ser transformado na e pela relação com a verdade (DULLO, 2014, p. 39).

Ocorre que, no nível horizontal, o educador transmite o conhecimento depois de escutar atentamente as experiências de vida dos educandos. Ou seja, ele devolve, de maneira articulada e sistematizada, o conteúdo fornecido pelos educandos após esses, fazendo uso de seu lugar de

fala, narrarem suas experiências de vida, seus conhecimentos e aspectos de sua cultura. Assim, o conhecimento que o educador transmite é sempre orgânico, contextualizado e vinculado à realidade dos educandos. Paulo Freire é categórico ao afirmar que apenas “refletindo o conjunto de aspirações do povo, poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política” (FREIRE, 2012, p. 93). “É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos, educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação” (FREIRE, 2012, p. 94). A apreensão da realidade ocorre através do diálogo e da valorização da cultura do povo, em que “o educador aprenderá a respeitar o educando, a buscar na realidade deste o conteúdo a ser utilizado na alfabetização (as ‘palavras geradoras’) e tomá-lo como sujeito do processo de aprendizado” (DULLO, 2014, p. 31)⁵¹.

O levantamento dos “temas geradores” exige dos indivíduos que desafiem seu mundo, problematizando-o. Eles precisam ser deslocados da posição subjetiva de imersão fatalista no mundo para uma posição subjetiva de questionamento de suas situações-limites. Ao realizarem esse deslocamento e inserindo-se, de novo, na realidade⁵², os indivíduos assumem sua condição de sujeitos históricos, percebendo os fenômenos e acontecimentos socioculturais-econômicos na sua historicidade, desnaturalizados, resultados da ação humana no mundo, sempre política, atravessada pelas relações de poder. Compreenderão, assim, que a realidade social é resultado da ação interativa e comunicativa dos sujeitos com o mundo e com os outros seus semelhantes. Os sujeitos histórico-sociais valorizam as marcas da humanidade no mundo, suas significações, conscientizando-se de que o reconhecimento delas antecede à apreensão neutra e objetiva da realidade. “Investigar o tema gerador é investigar o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis” (FREIRE, 2012, p. 107). Em outras palavras, é investigar suas significações.

⁵¹ Paulo Freire faz uma distinção entre “palavras geradoras” e “temas geradores”. As primeiras são buscadas e investigadas na etapa da alfabetização; os segundos, na pós-alfabetização. “Se na etapa da alfabetização, a educação problematizadora e da comunicação busca e investiga a ‘palavra geradora’, na pós-alfabetização, busca e investiga o tema gerador. Numa visão libertadora, não mais ‘bancária’ da educação, o seu conteúdo programático já não involucra finalidades a serem impostas ao povo, mas, pelo contrário, porque parte e nasce dele, em diálogo com os educadores, reflete seus anseios e esperanças. Daí a investigação da temática como ponto de partida do processo educativo, como ponto de partida de sua dialogicidade. Daí também o imperativo de dever ser conscientizadora a metodologia desta investigação” (FREIRE, 2012, p. 112).

⁵² “Esta reflexão sobre a situacionalidade é um pensar a própria condição de existir. Um pensar crítico através do qual os homens se descobrem em ‘situação’. Só na medida em que esta deixa de parecer-lhes uma realidade espessa que os envolve, algo mais ou menos nublado em que e sob que se acham, um beco sem saída que os angustia e a captam como a situação objetivo-problemática em que estão, é que existe o engajamento. Da *imersão* em que se achavam, *emergem*, capacitando-se para se *inserirem* na realidade que se vai realizando” (FREIRE, 2012, pp. 110-11).

Poderá dizer-se que o fato de serem os homens do povo, tanto quanto os investigadores, sujeitos da busca de sua temática significativa, sacrifica a objetividade da investigação. Que os achados já não serão “puros” porque terão sofrido uma interferência intrusa. No caso, em última análise, daqueles que são os maiores interessados – ou devem ser – em sua própria educação. Isso revela uma consciência ingênua da investigação temática, para a qual os temas existiram em sua pureza objetiva e original, fora dos homens, como se fossem *coisas*. [...] *É preciso que nos convençamos de que as aspirações, os motivos, as finalidades que se encontram implicados na temática significativa são aspirações, finalidades, motivos humanos*. Por isto, não estão aí, num certo espaço, como coisas putrificadas, mas *estão sendo*. São tão históricos quanto os homens. Não podem ser captados fora deles, insistamos (FREIRE, 2012, pp.107-108). [Grifos nossos].

Enquanto a educação bancária reifica os sujeitos, a educação libertadora afirma e realiza o reconhecimento intersubjetivo, objetivo e subjetivo, formando a subjetividade autônoma dos *sujeitos autorrealizados/emancipados*. Axel Honneth diz que, em relação aos outros seres humanos, reificação significa perder de vista o reconhecimento prévio. Na prática educativa, ela ocorre quando “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 2012, p. 63). Na educação bancária, portanto, os educadores são sujeitos reificados, pois, ao reduzirem os educandos à condição de coisas que apenas memorizam e repetem os “depósitos” pacientemente recebidos, perdem de vista o reconhecimento intersubjetivo. Nela, conclui Paulo Freire,

O educador é o que educa; os educandos, os que são educados; o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem; o educador é o que pensa; os educandos, os pensados; o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados; o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos, os que seguem a prescrição; o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador; o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais são ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele; o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele; *o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos* (FREIRE, 2012, p. 65). [Grifos nossos].

Em seguida, Axel Honneth identifica a reificação objetiva no comportamento daqueles sujeitos que, mesmo admitindo o reconhecimento intersubjetivo, esquecem a multiplicidade de significados que os outros imprimem no mundo natural que os circunda. Podemos descrever a reificação objetiva observando as atitudes daqueles educadores que, apesar de reconhecerem a dignidade dos educandos, não valorizam suas experiências, seus conhecimentos e cultura. Paulo Freire chama a atenção dos humanistas revolucionários que, no afã verdadeiro de conscientizar o povo a respeito da sua condição de oprimido, recorrem à concepção bancária de educação ao

desconsiderarem a existência de uma consciência intencionada do povo na sua relação com o mundo.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundamentar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “*corpos conscientes*” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser o depósito de conteúdos, mas a da *problematização dos homens em suas relações com o mundo* (FREIRE, 2012, p. 74). [Grifos nossos].

Por fim, a reificação subjetiva, de acordo com Honneth, tem a ver com o modo como lidamos com nossos desejos, sentimentos e vontades. Uma vez reificados, eles são falsamente expressos para atender certos interesses. Ora, um sujeito só se relaciona consigo mesmo de forma originária quando considera que seus sentimentos e desejos merecem ser articulados e reconhecidos. Aliás, “essa forma de reconhecimento não considera o parceiro de interação, o qual sempre tem de ser aceito na sua qualidade de pessoa, antes que seja possível algum tipo de comunicação” (HONNETH, 2018, p. 109). Na educação bancária, porém, não há comunicação, mas a simples transmissão de comunicados, “que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem” (FREIRE, 2012, p. 63). É um tipo de educação que reifica os educandos, moldando seus sentimentos, desejos e vontades a fim de subordiná-los às exigências normativas do Ideal do Eu do Outro hegemônico. Assim, a subjetividade produzida por essa concepção de educação implica a existência de sujeitos educados, impossibilitados de realizar uma autorrelação expressiva, pois, para que isso acontecesse, eles precisariam “estar em condições de poder afirmar de antemão que suas próprias vivências psíquicas são dignas de valor e que é importante desenvolvê-las e articulá-las” (HONNETH, 2018, p. 109). No entanto, o educador bancário não respeita a autonomia do ser do educando, transgredindo “os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência” (FREIRE, 2017, p. 59).

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento do seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao seu dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgredir os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência (FREIRE, 2017, pp. 58-59).

A educação dialógica/problematizadora/libertadora afirma e realiza o reconhecimento porque compreende o ser humano como um ser inacabado e inconcluso, que se constitui na medida em que interage de forma originária com seus semelhantes, com o mundo cheio de significações e consigo mesmo. Um ser cuja vocação ontológica é sempre *Ser Mais* (FREIRE, 2017, p. 19). A prática educativo-crítica fomenta as condições em que “os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se” sem, contudo, excluir os outros, porque “é a ‘outredade’ do ‘não eu’, ou do *tu*, que me faz assumir a radicalidade de meu *eu*” (FREIRE, 2017, p. 42).

Mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um “não eu”, se reconhece como “si própria”. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe. E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade. A ética se torna inevitável e sua transgressão possível é desvalor, jamais uma virtude (FREIRE, 2017, p. 20).

No tocante às chamadas disciplinas humanas, elas cumprem uma tarefa fundamental no processo de formação da subjetividade autônoma e crítica dos *sujeitos autorrealizados*, pois contribuem, sobremaneira, para a formação de disposições mentais democráticas, abertas ao diálogo. O ensino da Filosofia, por exemplo, proporciona aos educandos o desenvolvimento das competências da leitura, escrita e fala. Ao entrar em contato com a história da Filosofia, interpretando e analisando textos filosóficos e não filosóficos, o estudante adquire a capacidade de reconstrução crítica e racional desses textos, posicionando-se diante deles. Assim, qualifica os argumentos de seu discurso, emitindo opiniões e ideias, organicamente vinculadas à sua realidade, tão necessárias para a prática da autonomia. Já o ensino da Geografia fortalece nos estudantes a capacidade de formulação de proposições de intervenção na realidade complexa. Os conceitos de paisagem, natureza, espaço, território, região, rede, lugar e ambiente, ensinados nessa disciplina escolar, capacita os educandos a reconhecerem a complexidade das dinâmicas existentes no espaço geográfico, problematizando sua realidade em articulação com as escalas regional, nacional e mundial do espaço geográfico.

Com relação ao ensino de História, ele fornece aos estudantes as condições para que reflitam sobre suas experiências de vida, estabelecendo relações com as experiências históricas de sujeitos que viveram noutras épocas, buscando identificar continuidades e rupturas entre elas. Aprendem também a situar os acontecimentos em sua historicidade, compreendendo que eles são resultado da ação humana. Com isso, aos educandos são oferecidas as condições para

que eles se assumam enquanto sujeitos históricos, que constroem a História na medida em que lutam pelo reconhecimento intersubjetivo. No que diz respeito ao ensino da Sociologia, sua contribuição para a formação de disposições mentais democráticas situa-se no fato de que ajuda a desenvolver, nos estudantes, as atitudes críticas do *estranhamento* e da *desnaturalização* dos fenômenos sociais. Assim, os educandos adquirem a capacidade de perceber a dinâmica conflitiva da realidade complexa, cuja gramática é a luta por reconhecimento intersubjetivo.

Do exposto, pergunta-se: o processo de ensino e aprendizagem proposto pela pedagogia libertadora freiriana tem lugar no modelo de escola e educação da racionalidade neoliberal? O que os educadores e educadoras que ensinam as disciplinas humanas, em especial a Sociologia, podem fazer para efetivar uma prática educativa compromissada realmente com a formação de subjetividades autônomas, cujos sujeitos, autorrealizados, desnaturalizam e problematizam os fenômenos sociais, compreendendo-os em sua historicidade conflitiva?

5.3 O lugar do Ensino de Sociologia na reforma do Ensino Médio e na BNCC

Os promotores da Reforma do Ensino Médio, aprovada, à toque de caixa, no dia 16 de fevereiro de 2017, afirmam que ela viabilizará o desbloqueio dos obstáculos que impedem o pleno desenvolvimento do país, pois ampliará as condições de competitividade do Brasil no mercado internacional. Segundo eles, para que o crescimento da economia brasileira aconteça em níveis satisfatórios, é preciso aumentar os investimentos em tecnologia e no aprimoramento do capital humano. Por isso, a urgência de uma reforma que garanta um currículo mais flexível e que promova a redução da evasão escolar e o aperfeiçoamento do capital humano para fins de melhoria da produtividade. Dessa forma, os quatro principais objetivos da reforma do Ensino Médio foram: a qualificação do Ensino Médio; a reestruturação do currículo, para adequá-lo às demandas do mercado de trabalho competitivo; a ampliação do número de vagas e a contenção da evasão escolar.

Vânia Cardoso da Motta e Gaudêncio Frigotto alegam, porém, que a redução dos gastos em educação, ocorrida após a aprovação da PEC 55, que limita os gastos em educação, saúde e programas sociais por 20 anos, e a ação de transferência de recursos públicos para que empresas privadas ofertem cursos profissionalizantes, muitas vezes de baixa qualidade e em pouco tempo, revelam que o grande objetivo da reforma não foi aprimorar o capital humano (FRIGOTTO; MOTTA, 2017). Para os autores, ela é, na verdade, um mecanismo, cujo objetivo é melhorar a administração da “questão social”. Essa reforma considera os alunos e alunas, oriundos, em sua

maioria, das camadas populares, indivíduos abstratos e a escola uma instituição desvinculada da realidade concreta deles. No capitalismo, o pobre é visto como sendo, ao mesmo tempo, um fator de instabilidade política, que pode atrapalhar o processo de acumulação do capital, e um recurso humano valioso para a produção. Dessa forma, a inserção dele no mercado de trabalho ajudaria a resolver, de uma vez só, dois problemas cruciais para a manutenção e reprodução do sistema: o “pauperismo” e a falta de mão de obra. Dito de outra forma: reduzir a ameaça de fratura no sistema, que a pobreza representa, inserindo o pobre no mercado de trabalho.

No nosso entender, a Reforma do Ensino Médio, fundamentada na noção de educação da pedagogia concorrencial⁵³, foi feita para favorecer a formação do *sujeito concorrencial empresa de si*, que na escola começa a dar uma *resposta performática positivada* às exigências normativas do Ideal do Eu do neoliberalismo. Para isso, a escola precisa reproduzir o mundo da vida, onde os indivíduos competem entre si pelos recursos escassos e os capitais socialmente valorizados. De fato, se a vida generaliza a concorrência como norma de conduta, cabe a escola ensinar aos estudantes as competências dos profissionais qualificados para a disputa no mercado competitivo. Assim, essa reforma é, fundamentalmente, uma técnica de dominação neoliberal, que transforma o Ensino Médio em um celeiro onde é formada a alma/psique flexível do *sujeito concorrencial*. Nessa etapa do ensino escolar, ele fica obrigado, num determinado momento de sua trajetória de aluno secundarista, a escolher seu itinerário formativo, estudando, doravante, somente as disciplinas de sua área de interesse. Aprende que ser autônomo significa ser capaz de conduzir a própria vida, responsabilizando-se pelo próprio sucesso ou fracasso de suas escolhas e decisões, e que seu protagonismo de sujeito autônomo e crítico se expressa na sua capacidade de adaptação criativa às situações desfavoráveis e/ou desafiadoras que o mercado apresenta. A formação mais geral é sempre encorajada em detrimento de uma formação mais especializada, pois, “se o trabalhador transitará, ao longo de sua trajetória laboral, por inúmeras ocupações e oportunidades de educação profissional, não há razão para investir em formação

⁵³ Terminologia criada por Gleicy Schommer dos Santos em sua dissertação de mestrado, intitulada *Pedagogia concorrencial: uma crítica sobre o lugar estratégico da educação básica na produção de valores neoliberais*. A pedagogia concorrencial sintetiza os elementos constitutivos das correntes pedagógicas tradicional, nova e tecnicista, identificando na *organização matemática dos fins* a iniciativa do processo pedagógico e no *aprender a ser* a sua centralidade. “A Pedagogia Concorrencial sintetizou elementos das três outras pedagogias mencionadas, e é neste refinamento que se estabelece seu sucesso. O ‘aprender’ instrumental da Pedagogia Tradicional não deixou de estar presente, na forma da ‘decoreba’ com vistas aos testes internos e externos da escola, onde não há espaço nem tempo para reflexão. O ‘aprender a aprender’ da Pedagogia Nova, que significava adquirir a capacidade de buscar conhecimentos por si mesmo, transformou-se em um ‘aprender de novo’, ‘aprender outras coisas’, para ser flexível, enfim, para lidar com as constantes mudanças e o imprevisível mercado de trabalho. Quanto à Pedagogia Tecnicista, aproveitou-se quase tudo, conforme analisado, mas o ponto central da mudança está no acréscimo do ‘aprender ser’ ao ‘aprender fazer’. E, mais importante, *no lugar de técnicas disciplinares impositivas, assimilou-se uma noção de ‘liberdade de escolha’ baseada em autocontrole, autodisciplina e responsabilização individual*” (SANTOS, 2020, p. 134). [Grifos nossos].

profissional especializada (KUENZER; 2017, p. 339). O que importa, já que o mercado impõe, é assegurar a formação do sujeito flexível, indivíduo que consegue adaptar-se criativamente às inúmeras possibilidades e oportunidades que a vida oferece a todos de maneira igual. Na escola, estudará apenas os saberes úteis e necessários para a área de formação que livremente escolheu seguir. Já a formação superior, mais especializada, seria privilégio de uma elite intelectual, que não se confunde com a elite econômica do país⁵⁴.

Acacia Zeneida Kuenza insere a proposta de flexibilização curricular da Reforma do Ensino Médio em um quadro mais amplo, que é o da aprendizagem flexível. Aqui, a relação educador-educandos é mediatizada pelas tecnologias; há a valorização do diálogo, da pesquisa e da criticidade do aluno e da aluna, que constroem, em uma rede de solidariedade e cooperação, o conhecimento, definindo qual percurso formativo deseja seguir, conforme seus projetos de vida. Nesse modelo de aprendizagem, não há espaço para o estudo de componentes curriculares desnecessários e inúteis, que não respeitam as experiências de vida e os anseios dos estudantes. Apesar da aprendizagem flexível priorizar aparentemente a formação de subjetividades autônomas, seu real objetivo, nas palavras de Kuenza, “é formar subjetividades flexíveis que se relacionem, produzam e consumam em uma sociedade cuja base técnica, a mover o mercado, é a microeletrônica” (2017, p. 340). Esse tipo de subjetividade é a do *sujeito concorrencial*, que naturaliza as normas de conduta neoliberais, subordinando-se a elas, sujeitando-se à dinâmica, instável e fluída, que caracteriza o mercado de trabalho. Ademais, o conhecimento, que é sempre pragmático, fragmentado e parcial, é concebido como sendo o resultado do embate entre narrativas, que no caso da aprendizagem flexível ocorre nos espaços tecnológicos e mídias digitais, e não produto do confronto entre pensamento e materialidade.

Comparando a aprendizagem libertadora com a aprendizagem flexível, percebemos que, na primeira, a relação entre educador e educandos é mediatizada pela realidade concreta e o conhecimento é concebido como sendo o produto da reprodução da realidade no pensamento; já na segunda, a relação é mediada pelos recursos tecnológicos e o conhecimento é construído nas redes digitais “mediante o embate de discursos intersubjetivos, no âmbito da superestrutura; ou seja, pelo confronto de discursos, e não pelo confronto entre pensamento e materialidade”

⁵⁴ Em 2019, o primeiro ministro da Educação de Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou, em entrevista concedida ao jornal *Valor Econômico*, que “as universidades devem ficar reservadas para um elite intelectual, que não é a mesma elite econômica do país”. Para mais informações, ver artigo do professor Carlos Eduardo Araújo, “Da universidade de todos para poucos: do mundo dos bacharéis ao dos técnicos”, publicado no site <http://www.justificando.com/2019/02/05/da-universidade-de-todos-para-poucos-do-mundo-dos-bachareis-aos-tecnicos/>, acessado em 02/06/2021, às 10:55h. Recentemente, o atual ministro da Educação, Milton Ribeiro, reafirma o que o anterior falou, dizendo: “a universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade”. Ver <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>, acessado em 18/08/2021 às 20:50h.

(KUENZER, 2017, p. 344). Kuenzer fixa esse tipo de epistemologia nas teorias pós-modernas, que consideram o conhecimento uma impossibilidade histórica, pois “ao pensamento humano é impossível apreender a realidade, porque está demarcado por diversidades culturais; assim as interpretações são diversas, sendo verdadeiras apenas no contexto cultural que lhe deu origem” (2017, p. 344). Na aprendizagem libertadora, o professor é o mediador e facilitador do processo; na aprendizagem flexível, ele é somente um tutor. Ali, viabiliza-se a formação de consciências predominantemente críticas, capazes de explicitar as normas que bloqueiam o reconhecimento mútuo, questionando-as; aqui, existe a formação de consciências predominantemente ingênuas, que mantêm as normas implícitas, bloqueando a luta para subvertê-las. Ao sujeito flexível, cabe apenas realizar a melhor performance de adequação às normas neoliberais, subordinando seu eu ao *Ideal do Eu do Outro do sujeito concorrencial*, esperando Dele o reconhecimento pelos seus esforços em busca de uma vida bem-sucedida, em conformidade com esse ideal. Para isso, ele busca, na escola, os saberes úteis e necessários para o aprimoramento de seu capital humano, aprendendo a construir, moldar e controlar os sentimentos e desejos da subjetividade flexível e empresarial do *sujeito concorrencial*.

Nesse sentido, a BNCC, documento de caráter normativo aprovado em 2017, estabelece quais são as *aprendizagens essenciais* que os estudantes precisam desenvolver ao longo de sua formação básica escolar. Essas aprendizagens são consideradas essenciais justamente porque favorecem o desenvolvimento das dez competências necessárias para que o indivíduo consiga responder, de maneira criativa e adequada, às “demandas complexas da vida cotidiana”, exercendo, assim, plenamente sua cidadania e um trabalho útil. De acordo com o documento, essas competências englobam um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que, no atual contexto histórico e cultural do mundo, exigem dos educandos a sua incorporação, para que se tornem sujeitos comunicativos, criativos, analítico-críticos, participativos, abertos ao novo, colaborativos, resilientes, produtivos e responsáveis. No nosso entender, todas essas “exigências” são significantes do *Outro do sujeito concorrencial*, que representam o *sujeito concorrencial* para outros significantes. Alienando-se a esses significantes, o indivíduo ajusta seu eu ao Ideal do Eu do sistema normativo capitalista neoliberal, tornando-se um sujeito flexível e competitivo.

A BNCC não constitui o currículo do Ensino Médio, apenas estabelece as aprendizagens essenciais. Cabem aos sistemas de ensino e às escolas definirem sua organização curricular e suas propostas pedagógicas, considerando as características culturais locais e as demandas e aspirações dos estudantes. Dessa forma, de acordo com a base curricular comum, os itinerários

formativos⁵⁵, previstos na lei do Novo Ensino Médio, “devem ser reconhecidos como estratégicos para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, possibilitando opções de escolha dos estudantes”, conforme seus projetos de vida. Importante frisar que a lei 13.415/2017 não obriga que as unidades de ensino ofereçam todos os percursos de formação⁵⁶, reduzindo, assim, as “possibilidades de escolha” dos educandos. Com relação às competências específicas da área de formação das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a BNCC afirma que as aprendizagens adquiridas para quem escolhe esse itinerário formativo favorecem o desenvolvimento da criticidade e da valorização do diálogo, cujo fundamento é a “compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos”. Com elas, os estudantes obtêm a capacidade de “propor e questionar hipóteses sobre as ações dos sujeitos e, também, identificar ambiguidades e contradições presentes tanto nas condutas individuais como nos processos e estruturas sociais”. Além disso, desenvolvem a capacidade “de estabelecer diálogos entre indivíduos, grupos sociais, e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas”. Acontece que só há dois componentes curriculares cujo ensino é obrigatório em todas as áreas de formação: matemática e português. Os demais, entre eles sociologia e filosofia, serão obrigatoriamente incluídos, mas não em toda etapa do Ensino Médio. Ademais, o artigo 35-A § 2º da LDB diz que “a Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e física”; sem confirmar, no entanto, que a inclusão desses componentes será no formato de disciplinas, o que pode acarretar na incorporação deles nas quatro áreas de formação definidas pela BNCC, possibilitando, assim, que eles sejam agregados em outras disciplinas, esvaziando e precarizando seus conteúdos (BRANCO, Emerson Pereira *et al*, 2018, 112). Por fim, disciplinas como história, geografia, filosofia e sociologia podem não mais existir, sendo que seus conteúdos, para atender a carga horária estabelecida pela BNCC, seriam trabalhados na forma de projetos transversais.

Vemos, portanto, que disciplinas tipo Sociologia ocupam um lugar secundário no Novo Ensino Médio e na BNCC. Acreditamos que isso se deve ao fato de que, no modelo de educação neoliberal, a escola é uma empresa a serviço do mercado (LAVAL, 2019), dedicada a ensinar aos estudantes as *competências de adequação performática do eu ao Ideal do Eu do Outro do*

⁵⁵ Quais sejam: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Aplicadas; mais Formação Técnica e Profissional.

⁵⁶ O artigo 36 da referida lei diz: “O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, *conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino*” [Grifos nossos].

sujeito concorrencial. Nesse aspecto, as ciências humanas são vistas de maneira aparentemente ambígua: por um lado, são necessárias; por outro, inúteis. Necessárias porque convidam os educandos e educandas a problematizar a si próprios e o mundo, valorizando aquilo que de mais essencial há no ser humano, que é sua capacidade de refletir e dotar de sentido e significados a própria existência. Inútil porque, no mercado competitivo, o importante mesmo é adquirir as competências pragmáticas que favoreçam a vitória do indivíduo em disputa. Portanto, na hora de decidir sobre qual itinerário formativo seguir, os estudantes, estimulados pelas propagandas do marketing comercial e empresarial e pensando pragmaticamente sobre seu futuro, escolherão aquele que o ajudará a aprimorar melhor seu capital humano. Evidentemente, a escola também ficará atenta às dinâmicas do mercado, oferecendo os itinerários formativos que garantirão, lá no futuro, o retorno financeiro, que seus clientes, digo estudantes, desejam. Nesses momentos decisivos e difíceis, com poucas oportunidades, a utilidade sempre se sobrepõe à necessidade.

5.4 O lugar do ensino de Sociologia na formação de subjetividades autônomas

O objetivo de Paulo Freire no livro *Educação e atualidade brasileira* foi o de situar o processo de ensino-aprendizagem na atual contextura brasileira. Somente assim, seria possível evidenciar a urgência de uma educação dialógica/problematizadora que substituiria a educação tradicional, palavrosa, dissertadora, vertical, depositária, autoritária, verbalista e dirigista, que até em então caracterizava a prática educativa no país. A atualidade carrega as marcas do ontem. O livro foi escrito numa época em que o Brasil vivia um intenso processo de industrialização e urbanização, exigindo do povo maior participação na vida pública, apesar da história brasileira ser marcada pela colonização e a escravidão, que negou ao povo todas as formas de participação na vida política do país. Estabeleceu-se, assim, uma antinomia fundamental: se, por um lado, as mudanças que aconteciam exigiam do povo um envolvimento maior nos destinos e rumos da nação; por outro, prevalecia, entre nós, a inexperiência democrática. Por isso, conclui Paulo Freire, a “ideologia do desenvolvimento”, para firmar-se, depende da imediata implantação de um modelo de educação que valorize e priorize o diálogo, sem o qual não há a possibilidade de promover a superação “da consciência perigosamente acrítica ou transitivo-ingênua, em que se encontra o homem brasileiro, nos centros urbanos, para a consciência transitivo-crítica, vital à democracia” (FREIRE, 2003, p. 31).

Segundo Paulo Freire, não há uma gradação natural e etária de mentalidades, em que os indivíduos possuem, inicialmente, uma consciência intransitiva; depois adquirem a consciência

transitivo-ingênua, alcançando, finalmente, a consciência transitivo-crítica, última etapa do processo de conscientização. Na verdade, o que existe são maneiras diferentes de percepção da realidade. Assim sendo, os indivíduos de consciência apenas real estão limitados pela “situação-limite”, incapazes de perceber o “inédito viável”, isto é, a percepção do mundo para além das situações-limites, que só pode ser percebido pela “consciência máxima possível”⁵⁷. No nível da “consciência real”, os indivíduos possuem uma consciência predominantemente intransitiva; por isso, sua existência é fundamentalmente vegetativa, vivida apenas em termos biológicos⁵⁸. Para eles, a prioridade mesmo é assegurar sua sobrevivência dia após dia⁵⁹. Já a “consciência máxima possível” é predominantemente transitiva. Com ela, os indivíduos questionam a própria existência, problematizando-a, superando, dessa forma, a percepção de si como seres somente biológicos⁶⁰; com isso, abrem-se para a “vocação ontológica” do ser humano, que é a realização do *Ser Mais*, afastando-se, assim, da resignação e se aproximando da rebeldia, que subverte as limitações-obstáculos à concretização efetiva do “inédito viável”⁶¹. Movidos pela “curiosidade epistemológica”, que os faz emergir das situações-limites, onde se encontram em total imersão, os indivíduos vão desvelando os mecanismos normativos que as sustentam, na medida em que desnaturalizam essas situações. No nível da consciência transitiva, as situações-limites são percebidas por eles como fenômenos sociais estranhos, passíveis de serem problematizados e subvertidos.

⁵⁷ “Daí que a preocupação básica dos investigadores deva centrar-se no conhecimento do que Goldmann chama de ‘consciência real’ (efetiva) e ‘consciência máxima possível’ [...] Daí que, ao nível da consciência real’, os homens se encontrem limitados na possibilidade de perceber mais além das ‘situações-limite’, o que chamamos de ‘inédito viável’. Por isto é que, para nós, o ‘inédito viável’ (que não pode ser apreendido no nível da ‘consciência real’ ou efetiva) se concretiza na ‘ação editanda’, cuja viabilidade antes não era percebida. Há uma relação entre o ‘inédito viável’ e a ‘consciência real’ e entre a ‘ação editanda’ e a ‘consciência máxima possível’” (FREIRE, 2012, pp. 116-117).

⁵⁸ “A primeira postura se caracteriza pela quase centralização dos interesses do homem em torno de formas mais vegetativas de vida. Pela extensão de seu raio de apreensão de problemas a essas formas de vida, quase exclusivamente. Suas preocupações se cingem mais ao que há nele de vital, biologicamente falando. Falta-lhe historicidade, ou, mais exatamente, teor de vida em plano mais histórico. Sua consciência é intransitiva, nestas circunstâncias” (FREIRE, 2003, p. 32).

⁵⁹ “Escapa ao homem intransitivamente consciente a apreensão de problemas que se situam além de sua estreita esfera biologicamente vital. É uma consciência que não percebe nem pode perceber, claramente pelo menos, o que há nas ações humanas de resposta a desafios e a questões que a vida apresenta ao homem. Ou melhor, a consciência intransitiva implica uma incapacidade de captação de grande número de questões que lhe são suscitadas” (FREIRE, 2003, p. 34).

⁶⁰ “A segunda posição se caracteriza, ao contrário, por preocupações acima de interesses meramente vegetativos. Há uma forte dose de espiritualidade, de historicidade, nessas preocupações. Nestas circunstâncias, o homem alarga o horizonte de seus interesses. Vê mais longe. Sua consciência é, então, transitiva. [...] Na medida em que o homem amplia seu poder de captação de resposta às sugestões e às questões que partem de sua circunstância e aumenta o seu poder de ‘diálogo’ não só com o outro homem, mas com o seu mundo, se transitiva. Seus interesses e preocupações se alongam a esferas mais amplas do que à simples esfera biologicamente vital” (FREIRE, 2003, pp. 32-34).

⁶¹ “É preciso que tenhamos na *resistência* que nos preserva vivos, na *compreensão do futuro* como *problema* e na *vocação* para o *Ser Mais* como expressão da natureza humana em processo de *estar sendo*, fundamentos para a nossa *rebeldia* e não para a nossa *resignação* em face das ofensas que nos destroem o ser” (FREIRE, 2017, p. 76).

A simples melhora das condições de vida e trabalho dos indivíduos é suficiente para mudar suas disposições mentais da intransitividade para a transitividade. De fato, a inclusão via consumo, mediante a ampliação do poder de compra das pessoas, alarga o horizonte de suas reivindicações e anseios; porém, consumo e cidadania não podem ser confundidos. Ela exige das pessoas disposições mentais predominantemente críticas. Ocorre que, quando a consciência é elevada à transitividade, ela é, num primeiro estágio, predominantemente ingênua (FREIRE, 2003, p. 32). Cabe à educação agir sobre as disposições mentais dos indivíduos para deslocá-los de uma posição subjetiva ingênua para uma posição subjetiva crítica, que é a subjetividade dos *sujeitos autorrealizados/emancipados*. Nessa perspectiva, o ensino da Sociologia ocupa um lugar central na formação da subjetividade autônoma dos *sujeitos autorrealizados*, como será demonstrado adiante.

Autonomia não se reduz à capacidade adquirida do sujeito de dar uma resposta criativa e responsável às oportunidades e desafios que a vida oferece a todos de maneira igual, exigindo dele a melhor qualificação possível para a acirrada disputa no mercado competitivo. *Autonomia é não esquecer o primado do reconhecimento prévio sobre as formas de sociabilidade humana*. O indivíduo que assim procede mantém a percepção de que sua individualidade se constitui no interior de relações intersubjetivas. Compreende, outrossim, que a sociedade é dinamicamente conflituosa e a gramática do conflito é a luta por reconhecimento mútuo. Por fim, não perde de vista o fato de que o reconhecimento antecede, também, a criação das normas de conduta social, as quais os sujeitos se subordinam performaticamente. Há, portanto, uma motivação moral que precede a criação das normas. Evidente que, por causa das assimetrias de poder, as normas nem sempre existem para ampliar o reconhecimento; pelo contrário, servem, por vezes, a interesses de dominação. Existe, com isso, um aspecto estratégico nas relações de poder. Mas, se o poder é dominação, é também criação. Ele produz subjetividades, experiências corporais e identidades sociais. Assim, concordamos que as lutas sociais por poder possuem uma dimensão que é moral e normativa. Se seu objetivo estratégico é ampliar as formas do reconhecimento intersubjetivo, são justas e necessárias; se não, são distorções que visam bloquear a luta pela emancipação. O reconhecimento intersubjetivo é inclusivo; por isso, a ampliação da representatividade política e a redistribuição da renda e da riqueza são as duas outras expressões da emancipação.

A autonomia assim entendida valoriza e prioriza o cuidado de si no cuidado com o outro e exige o cuidado com o mundo, pois nele a humanidade imprime suas marcas e significações⁶².

⁶² Honneth diz que, em Lukács, a reificação é uma atitude habitual de contemplação do mundo, que distorce a forma “verdadeira” da práxis humana, caracterizada pela participação ativa e pelo envolvimento existencial. Por causa da reificação, o sujeito pensa ser possível a apreensão neutra da realidade, desconsiderando o primado do

Cuidar do outro e do mundo na mesma proporção do cuidado de si coloca a solidariedade como princípio estruturante e o engajamento como atitude fundamental da ética do cuidado. É ela que estrutura as relações fraternas e orienta a conduta empática dos indivíduos. O comportamento dos sujeitos apoiado na ética do cuidado é uma “ação editanda”, que subverte a concorrência como norma de conduta. O “inédito viável” vai se concretizando na “ação editanda”, superando a “consciência real” pela “consciência máxima possível” (FREIRE, 2012, p. 119). A “consciência máxima possível” é transitivo-crítica. Acontece, porém, que “essa consciência transitiva é, num primeiro estágio, predominantemente ingênua” (FREIRE, 2003, p. 32), porque conserva lampejos da consciência intransitiva. Aqui, a *desnaturalização* e o *estranhamento* das “situações-limites” ainda não se tornaram uma atitude habitual dos sujeitos ingênuos; afinal, eles continuam ainda interpretando os problemas de maneira preconceituosa e superficialmente, devotando um gosto amargo e suspeito pelo debate e pela construção de argumentos racionais. Ademais, são conformistas e gregários, preferindo fechar-se a tudo que é novo e à diferença, que é interpretada como sendo uma ameaça. Em resumo, no nível da consciência transitivo-ingênua, a disposição mental dos sujeitos ainda é antidemocrática.

O ensino da Sociologia é favorável ao desenvolvimento da subjetividade autônoma dos *sujeitos autorrealizados*, pois incide na constituição de disposições mentais democráticas. Ele capacita os educandos e educandas a refletirem a realidade social dentro de uma perspectiva sociológica, que desnaturaliza e estranha os fenômenos sociais. A reflexão sociológica aprimora a percepção cognitiva dos estudantes, capacitando-os a perceberem no conflito o motor da luta por reconhecimento intersubjetivo. Dessa forma, a Sociologia somente forma o cidadão crítico na medida em que favorece esse tipo de reflexão, que historiciza os mecanismos sociais, as normas de conduta e as “situações-limites”, agora percebidos como fenômenos sociais que

reconhecimento que antecede a apreensão objetiva do mundo. Assim, Honneth inicia seu trabalho de reconstrução, estabelecendo a afinidade entre as ideias de Lukács, John Dewey e Martin Heidegger. Segundo ele, “Heidegger e Dewey, mas supostamente também Lukács, tinham em vista esse primado quando afirmaram que uma atitude de cuidado ou de envolvimento existencial precede em princípio a relação epistemológica dos homens com o mundo; eles procuraram mostrar que nossos esforços para adquirir conhecimento têm de malograr ou perder seu sentido se não atentarmos ao fato desse reconhecimento prévio. Em Heidegger, podemos notar essa abordagem quando ele mesmo pretende conceber o conhecimento das coisas de um ponto de vista ‘científico’, plenamente objetivo, como derivado de uma atitude precedente e que foi descrita com o conceito de ‘cuidado’; e em John Dewey podemos ver que toda investigação deve permanecer consciente de sua origem na problemática difusa das incertezas do mundo da vida para não perder de vista o ‘princípio regulador’ de seus esforços” (HONNETH, 2018, p. 70). O conceito de cuidado heideggeriano “permite que se estabeleça uma ponte com as reflexões que se encontram em Lukács no momento em que este procura encontrar um conceito ampliado de práxis em contraste com o comportamento meramente contemplativo. Da mesma maneira que o conceito de ‘cuidado’ em Heidegger, a ideia de uma práxis engajada também parece ser a chave que permite refutar em princípio a fixação dominante do esquema sujeito-objeto; pois, ao pressupor tal forma de ação, o sujeito não se colocaria mais de um modo neutro diante da realidade a ser conhecida, mas se relacionaria com esta com tamanho interesse existencial que o mundo sempre estaria aberto em seu significado qualitativo” (HONNETH, 2018, p. 46).

resultam da ação humana no tempo e no espaço. É essa percepção que promove a mudança subjetiva das consciências transitivas: do estágio ingênuo para o estágio crítico. Nesse sentido, é importante destacar a importância que os estudantes dão ao ensino de Sociologia.

No artigo *O ensino de Sociologia na educação básica: análise e sugestões* (2009), Alexandre Barbosa Fraga e Nádia Maria Moura Bastos apresentam alguns resultados de uma pesquisa que foi orientada pela professora da UFRJ, Anita Handfas. Com relação ao interesse pelas aulas de Sociologia, os alunos e alunas que disseram que gostam delas apontaram como principal motivo a relação dos conteúdos ministrados com fatos de seu cotidiano. Assim, quando os professores conseguem transformar os conteúdos sociológicos, com seus conceitos e teorias, em conteúdos pedagógicos, adotando a linguagem, os recursos e as metodologias mais adequados para a faixa etária de seus alunos, eles dão aos educandos as condições cognitivas e intelectuais necessárias para que eles problematizem temas do seu cotidiano, às vezes naturalizados pelo senso comum⁶³. Praticado dessa forma, o ensino de Sociologia vai na contramão da aprendizagem flexível da pedagogia concorrencial, expressa na Reforma do Ensino Médio e na BNCC. Seu compromisso principal é com a administração da “questão social”; para isso, defende um modelo de escola que ensina aos estudantes os “saberes úteis”, por meio dos quais são veiculadas as competências de *adequação performática* deles *ao Ideal do Eu do Outro do sujeito concorrencial*. Antes de ser um dispositivo de ajustamento e controle social, o ensino de Sociologia deve, porém, estabelecer as condições cognitivas e intelectuais de compreensão da realidade social sob o olhar sociológico. Ele proporciona a compreensão da sociedade como uma estrutura fundamentalmente conflitiva, na qual os indivíduos constituem sua subjetividade e identidade social intersubjetivamente. O ensino da Sociologia favorece, com isso, a reflexão sobre a necessidade pressuposta de superar as formas da reificação como sendo a condição ontológica necessária para o estabelecimento, por meio da “ação editanda” dos *sujeitos autorrealizados*, de formas de sociabilidade, cujo controle regulatório da população admita a diferença e a autonomia, sem, contudo, criar medo (LEMKE, 2017, p. 78), afeto que é, numa sociedade marcadamente desigual, a antessala do ressentimento e do ódio. A Sociologia

⁶³ De fato, a educação libertadora só se realiza plenamente em uma sociedade verdadeiramente emancipada, quando, “transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo permanente de libertação” (FREIRE, 2012, p. 46). Daí decorre que o ensino de Sociologia nas escolas, ancorado sobre os fundamentos da educação libertadora, não seria possível no atual momento, caracterizado pelo avanço neoliberal sobre a educação mediante as mudanças do Ensino Médio em articulação com as normas da BNCC. Considerando a distinção que Paulo Freire fazia entre educação sistemática e trabalhos educativos (FREIRE, 2012, pp. 46-47), acreditamos que é possível sim os/as professores/as de Sociologia, atuando nas margens, promoverem aulas que favorecem a mudança de percepção de seus alunos/as, tendo em vista a compreensão de autonomia defendida nesta dissertação. No apêndice A, apresentamos um plano de aula em que damos um exemplo de como o professor/a poderia trabalhar essas questões numa aula sobre trabalho.

ensina esse tipo de reflexão. Se os educandos e educandas serão sujeitos militantes dedicados a transformar a sociedade, isso será uma decisão autônoma deles.

Epílogo

O passado colonial e escravista do Brasil e sua história política marcada por uma série de golpes ou tentativas de golpes de Estado⁶⁴, inviabilizaram a produção de uma subjetividade cidadã adequada ao regime democrático, que implica a existência de sujeitos “não apenas *livres* de uma coerção externa como também *livres para* realizar alguma coisa” (DULLO, 2014, p. 26). Para Paulo Freire, em um país democrático no qual os direitos do povo são espoliados pelas suas elites, a educação precisa ser dialógica e problematizadora. É ela que forma as disposições mentais predominantemente críticas dos sujeitos emancipados: indivíduos autorrealizados, que criam e levam a cabo o seu próprio plano de vida (SOBOTKA, 2013, p. 157).

O golpe de 2016, transvestido de *impeachment*, abriu a cancela por onde passaram a *reação reacionária* e seus apoiadores, muitos deles egressos da classe média, como vimos no capítulo três. Ele viabilizou o avanço do pensamento conservador, do projeto neoliberal e das ideias de extrema-direita na sociedade brasileira, possibilitando sua articulação e chegada ao governo do país sob a presidência de Jair Messias Bolsonaro, principal liderança política da extrema-direita no Brasil. A articulação da *reação reacionária* é uma demonstração prática de que existem elementos de afinidade que aproximam a visão social de mundo conservadora do pensamento liberal e neoliberal, como pudemos analisar do capítulo dois. A ação política de extrema-direita, por seu turno, avança mobilizando o medo (um dos elementos constitutivos do liberalismo e do neoliberalismo), principalmente da classe média, convertendo-o em ódio e ressentimento aos inimigos, estrategicamente produzidos, do chamado “cidadão de bem”. Nos capítulos três e quatro analisamos todo esse processo. Nesse último, mostramos que o modelo de educação que melhor atende aos interesses desse pacto antipopular é aquele apregoado pela

⁶⁴ Essa sucessão de golpes, de tempo em tempo, dificulta a consolidação dos avanços democráticos, sobretudo, porque essas rupturas acontecem nos momentos em que as camadas populares conquistam alguns direitos. São golpes articulados pelas elites nacionais em conluio com setores da imprensa e do poder judiciário e com o apoio decisivo da chamada classe média. O mote para mobilizar a classe média é sempre a mesma pauta moralista: o combate à corrupção. Essa pauta esconde, segundo Jessé Souza, o verdadeiro motivo do apoio ao golpe, que é o ódio de classe, “talvez nossa maior herança intocada da escravidão nunca verdadeiramente compreendida e criticada entre nós” (SOUZA, 2017, p. 169). Afirma ele: “nesse sentido, a elite do dinheiro e seus comandados na vida intelectual e na imprensa passam a possuir o coração e a mente da classe média e podem recorrer a esse capital na luta política sempre que necessário [...] A vida política do Brasil, desde então, é dominada por golpes de Estado movidos pela elite do dinheiro, com o apoio da imprensa e da base social da classe média, sempre que a soberania popular ameaçar ou efetivar, por pouco que seja, interesses das classes populares” (SOUZA, 2017, p. 141).

pedagogia concorrencial. Nele, a escola é uma empresa a serviço do mercado, encarregada de aprimorar o capital humano do *sujeito concorrencial*, ensinando aos estudantes, por meio dos saberes úteis, as *competências de adequação performática* à dinâmica competitiva do mercado. O neoliberalismo é o *Outro do sujeito concorrencial*. São os significantes Dele que representam o *sujeito concorrencial* para outros significantes. As características desse sujeito foram apresentadas no primeiro capítulo. É um indivíduo cuja conduta é normatizada pelo princípio da concorrência, que exige dele o máximo desempenho. Essa exigência é causa de sofrimentos narcísicos, provocados pela vergonha diante do fracasso, ou pelo temor de não dar conta de adequar seu eu ao Ideal do Eu do Outro. Ademais, alienando-se aos significantes do Outro, o sujeito se reifica, pois a concorrência é um mecanismo social que promove o esquecimento do reconhecimento prévio sobre todas as formas de sociabilidade humana.

A agenda da *reação reacionária* é um retrocesso e uma ameaça à democracia; por isso, a proposta de Paulo Freire de uma educação libertadora/dialógica que não apenas transmite o conhecimento de algo a alguém que não sabe, mas, sobretudo, se preocupa com a transformação das “disposições mentais” dos sujeitos históricos, precisa ser assumido por todos aqueles/as que fazem a educação em seus vários espaços, como, por exemplo, na escola. Papel, portanto, dos educadores e educadoras, em especial do/a professor/a de Sociologia, cuja disciplina favorece o desenvolvimento das atitudes críticas da *desnaturalização* e do *estranhamento* dos fenômenos sociais, tão necessárias para que haja o deslocamento dos indivíduos da posição subjetiva ingênua para a subjetiva crítica, característica das mentalidades democráticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise financeira mundial de 2008, cujo símbolo que marca seu início foi a quebra do tradicional banco estadunidense Lehman Brothers, significou, na visão de vários analistas e políticos, o atestado de óbito do neoliberalismo. No artigo *Mal-estar no pós-neoliberalismo*, publicado originalmente no ano de 2009, Neil Brenner, Jamie Peck e Nik Theodore colocam em cena a opinião de alguns políticos e pensadores a respeito do impacto e dos desdobramentos da crise para o mundo e sobre as mudanças que, inevitavelmente, ocorreriam nos fundamentos da economia capitalista. Assim, segundo o presidente francês da época, Nicolas Sarkozy, “uma certa ideia de globalização está morrendo com o fim de um capitalismo financeiro, [pois] a autorregulação para solucionar todos os problemas, se acabou. O *laissez-faire* se acabou”. Concordando com esse diagnóstico, Joseph Stiglitz afirmava que a crise marcaria o fim de uma ideia fundamentalista segundo a qual “os mercados se autocorrigem, alocam recursos de forma eficiente e servem devidamente aos interesses públicos”. Já para Eric Hobsbawm, esta “é, com certeza, a maior crise desde a década de 1930” e representa “o fim desta era específica”, de modo que “falaremos mais de Keynes e menos de Friedman e Hayek”. Vivemos uma época que é o “equivalente dramático, se assim o desejarem, da queda da União Soviética”, vaticina o historiador marxista. Essa mesma opinião foi compartilhada pelo ex-chanceler austríaco Alfred Gusenbauer, quando disse que “a queda de Wall Street é para o neoliberalismo o que a queda do Muro de Berlim foi para o comunismo”.

Tomando o devido cuidado de não considerar o neoliberalismo um bloco monolítico, Neil Brenner, Jamie Peck e Nik Theodore concluem que é bastante tentador afirmar “que o neoliberalismo chegou a seu fim. [Ele que] foi poderoso o bastante para libertar o capitalismo financeiro, mas não poderoso o bastante para salvar esse sistema destrutivamente criativo de si mesmo” (2012, p. 74). Aqui no Brasil, o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, em seu artigo *A crise financeira global e depois: um novo capitalismo* (2010), responde à pergunta sobre qual regime de acumulação sucederá após a crise financeira global de 2008, afirmando que “não será baseado no capitalismo financeirizado, uma vez que esse último período representou um passo atrás na história do capitalismo”, mas em uma economia que remete aos anos dourados do

capitalismo tecno-burocrático, nos quais as prioridades do Estado eram as políticas sociais e a democracia participativa.

Análises parecidas ocorrem neste exato momento com o avanço da pandemia da Covid-19. No dia 04/04/2020, o editorial do jornal inglês Financial Times, intitulado *Vírus expõe a fragilidade do contrato social*, descreve as fragilidades dos sistemas de saúde no atendimento e acolhimento às vítimas da doença e as consequências aterradoras da pandemia para a vida de milhões de pessoas. Destaca o sucateamento dos sistemas de saúde, bem como as fragilidades das economias nacionais em garantir empregos de qualidade e não precarizados⁶⁵. Em seguida, é taxativo ao afirmar que:

Reformas radicais, que revertam a direção tomada nas últimas quatro décadas, deverão ser discutidas. Os governos deverão aceitar um papel maior na economia. Eles precisam começar a ver os serviços públicos como um investimento, e não mais como um gasto, e também buscar soluções para tornar o mercado de trabalho menos precário. A redistribuição de riquezas voltará ao centro dos debates e os privilégios dos mais ricos deverão ser questionados. Medidas até recentemente consideradas excêntricas, como a renda básica universal e a taxaço de grandes fortunas, também precisam ser consideradas (FINANCIAL TIMES, 2020, *apud* COVERSA AFIADA, 2020).

Já o filósofo esloveno Slavoj Žižek, no artigo *Bem-vindo ao deserto viral! Coronavírus e a reinvenção do comunismo*, publicado no dia 12/03/2020, argumenta que a propagação do novo coronavírus fez circular, no mundo inteiro, *fakes news*, teorias conspiratórias e a formação de novos inimigos, que estariam ameaçando as identidades nacionais. Entrementes, a pandemia irá estimular a humanidade a “reinventar o comunismo com base na confiança no povo e na ciência”, necessitando, para isso, de uma mudança radical em todo sistema capitalista global⁶⁶.

A despeito dessas várias análises que apontavam a quebra do banco Lehman Brothers como o prelúdio do fim do neoliberalismo, Pierre Dardot e Christian Laval declaram que nunca se iludiram com elas, uma vez que esse tipo de análise decorre de um entendimento equivocado da gênese e do modo de funcionamento do neoliberalismo, que é, para eles, fundamentalmente, uma *lógica normativa*. Em suas palavras,

Longe de provocar o enfraquecimento das políticas neoliberais, a crise conduziu a seu brutal *fortalecimento*, na forma de planos de austeridade adotados por Estados cada vez mais ativos na promoção da lógica da concorrência dos mercados financeiros.

⁶⁵ <https://www.conversaafiada.com.br/economia/ate-o-financial-times-desistiu-do-neoliberalismo>, acessado em 09/05/2020, às 10h.

⁶⁶ <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/12/zizek-bem-vindo-ao-deserto-do-viral-coronavirus-e-a-reinvencao-do-comunismo/>, acessado em 09/05/2020, às 10h.

Parecia-nos, e hoje nos parece mais do que nunca, que *a análise da gênese e do funcionamento do neoliberalismo é a condição para uma resistência eficaz em escala europeia e mundial* (DARDOT; LAVAL, 2016, pp. 13-14). [Grifos nossos].

A compreensão mais comum sobre o neoliberalismo garante que ele é, ao mesmo tempo, uma ideologia e um sistema econômico. Do ponto de vista ideológico, o neoliberalismo se fundamenta no pressuposto de que o mercado é um fenômeno natural – uma ordem espontânea capaz de se autorregular sem a necessidade de intervenção de uma instância superior. Aliás, seguindo seu percurso natural, o mercado, inevitavelmente, irá ao encontro do equilíbrio, da estabilidade e do crescimento. Apoiando-se nessa ideologia, conhecida como *laissez-faire*, o Estado promove políticas econômicas com o objetivo de minar os alicerces que sustentam sua própria existência, enfraquecendo seu compromisso com a entrega de serviços públicos de qualidade. O objetivo é reduzir o tamanho do Estado, mediante, por exemplo, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação da economia, garantindo mais liberdade às pessoas e ao mercado. A partir do momento em que o Estado teve que intervir na economia para assegurar a liquidez do sistema financeiro, devido à crise dos *subprimes* iniciada nos Estados Unidos em 2008, essa intervenção significaria, na visão de muitos analistas, o fim do neoliberalismo, que nada mais é que o retorno do princípio liberal do *laissez-faire*.

Para Dardot e Laval, o erro desse tipo de análise consiste na confusão, muito fortemente presente no senso comum, entre “a representação ideológica que acompanha a implementação das políticas neoliberais com a normatividade prática que caracteriza propriamente o neoliberalismo” (2016, p. 15). Ou seja, o *laissez-faire* (a representação ideológica) não é a essência do neoliberalismo. Seria ingênuo afirmar que a simples ampliação da intervenção do Estado na economia, que em última instância significaria a morte do *laissez-faire*, é a condição *sine qua non* que demarca a morte definitiva do neoliberalismo. Para que isso ocorra, seria preciso subverter as normas neoliberais que orientam a prática de governos, empresas e de milhões de pessoas pelo mundo, pois “o neoliberalismo antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). O neoliberalismo é uma racionalidade que generaliza a concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação. Resumidamente,

O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção

histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio geral da concorrência (DADORT; LAVAL, 2016, p. 17).

A razão capitalista neoliberal possui quatro características: 1- o mercado é uma realidade construída a partir da intervenção ativa do Estado e da instauração de um sistema de direito específico; 2- a essência do mercado é o princípio da concorrência, cabendo aos Estados criarem situações de concorrência, isto é, uma “ordem-quadro” constituída a partir desse princípio; 3- o Estado guarda e vigia esse quadro, submetendo-se também ao princípio da concorrência e 4- “a exigência de uma universalização da norma da concorrência ultrapassa largamente as fronteiras do Estado, atingindo diretamente até mesmo os indivíduos em sua relação consigo mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016, pp. 377-78). [Grifos nossos].

O concorrencialismo é uma norma imposta pelo poder neoliberal, que orienta a conduta dos indivíduos na relação deles com eles próprios, com os outros e com o mundo. Ao longo desta discussão teórica, sustentamos a hipótese de que o neoliberalismo é um sistema normativo fabricante de subjetividades empresariais, que implicam a existência de *sujeitos concorrenciais empresas de si*. Esses são indivíduos livres subordinados às exigências normativas neoliberais; por isso, afirmamos que *o neoliberalismo é o Outro do sujeito concorrencial*. Se o Outro é o lugar dos significantes, que representam o sujeito para outros significantes, o indivíduo tornado *sujeito concorrencial* é aquele que se alienou aos significantes do neoliberalismo, dando uma *resposta performática positivada* às exigências normativas do *Ideal do Eu do Outro do sujeito concorrencial*, adequando seu eu a esse ideal de eu. Doravante, esse indivíduo, representado pelos significantes neoliberais, que qualificam a pessoa bem-sucedida nos termos normativos do neoliberalismo, demandará dos outros seus semelhantes, que com ele disputam um lugar no concorridíssimo desejo do Outro, um olhar de reconhecimento que ratifique seus méritos de pessoa bem-sucedida. Aqui, propusemos uma outra hipótese segundo a qual *o fundamento da concorrência neoliberal é a disputa pelo desejo do Outro do sujeito concorrencial*. Para vencê-la, os indivíduos precisam adquirir os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que o mercado competitivo exige. Assim, a escola transforma-se num lugar privilegiado em que os/as alunos/as aprendem essas competências de adequação subjetiva e performática às exigências normativas do *Ideal do Eu do Outro do sujeito concorrencial* mediante o ensino dos chamados “saberes úteis”. Nela, os estudantes aprimoram seu capital humano. No Brasil, a alteração do Ensino Médio, com a aprovação da lei 13.415/2017, e a BNCC, preocupada com o ensino dos “saberes úteis”, colocarão, cada vez mais, a escola a serviço das demandas do mercado, tornando-a um celeiro de formação da subjetividade do *sujeito concorrencial*.

Ademais, buscamos argumentar que o indivíduo alienado aos significantes do *Outro do sujeito concorrencial* é reificado e temeroso diante da possibilidade, quem sabe, de ser afetado pela *vergonha de si*, sentimento que lhe provoca uma profunda angústia, porque revelaria um sujeito insuficiente, incapaz, limitado e fragilizado, vivendo num mundo competitivo, que exige das pessoas o melhor desempenho performático. Vimos que o ressentimento é uma solução de compromisso que o indivíduo utiliza para lidar, neuroticamente, com o sentimento da vergonha de si. Ele surge no momento em que o sujeito sente que fracassou na sustentação da imagem de si de pessoa bem-sucedida, aquela que soube adequar seu eu ao ideal do eu. Ora, o ressentido, ao culpar o outro pelo prejuízo que sofreu, retira de suas costas a responsabilidade pelo fracasso. Ocorre que esse outro nunca é o Outro, mas seu semelhante, que com o ressentido concorreu e ganhou a disputa por um lugar no desejo do Outro. Acontece que o ressentimento é a antessala do ódio e da segregação. Ódio contra o outro, seu semelhante e rival, que passa a ser visto como alguém que precisa ser marginalizado, excluído e descartado. Em sociedades estruturalmente desiguais, as lutas e as conquistas sociais dos grupos identitários e a ascensão social das classes populares, através da implementação das políticas de reconhecimento, representatividade e redistribuição, são, amiúde, interpretadas, pelas classes privilegiadas, como uma ameaça a seus interesses. No Brasil, essas classes privilegiadas, em especial frações da classe média, apoiaram o golpe de 2016, ajudando a eleger a candidatura Jair Messias Bolsonaro, que representou, nas eleições de 2018, a aliança antipopular – conservadora, neoliberal e de extrema-direita – por nós chamada de *reação reacionária*. A ascensão da *reação reacionária* significou, para o país, o aprofundamento dos retrocessos sociais e a ameaça aos consensos democráticos. A chegada desse projeto antipopular ao governo do Brasil acontece em um clima de terra arrasada, no qual os inimigos do povo brasileiro, estrategicamente fabricados, foram identificados com o PT e suas lideranças, sobretudo Luiz Inácio Lula da Silva, e com as políticas de promoção social e reparação histórica implementadas pelos governos petistas. O mote utilizado pelos grupos que apoiaram o golpe de 2016 e a *reação reacionária* foi o famigerado combate à corrupção.

O concorrencialismo potencializa também a reificação dos indivíduos. Ela é uma atitude habitual em que o indivíduo alienado aos significantes do neoliberalismo acredita ser capaz de conhecer e construir sua vida psíquica segundo os critérios normativos do *Ideal do Eu do Outro do sujeito concorrencial*. Dessa forma, certifica-se de que o destino de sua vida depende apenas das decisões que adota, a partir das escolhas soberanas que faz. Ademais, inscrito na lógica da concorrência, o *sujeito concorrencial* nega, em um momento posterior, após vencer a disputa, o reconhecimento prévio das qualidades do outro, porque, para ele, pior que sentir culpa pelo destino desafortunado do outro derrotado, é se ver acometido pelo sentimento da *vergonha de*

si diante de um possível fracasso. Por fim, defendemos uma terceira hipótese, aquela que afirma que *o sentimento da vergonha de si, o ressentimento e a reificação são obstáculos subjetivos performativos que bloqueiam a realização da práxis emancipatória*, porque, nessa condição, os sujeitos perdem de vista a intersubjetividade, identificando no outro, que é seu semelhante, um rival que precisa ser derrotado, ou mesmo uma ameaça que precisa ser contida. Assim, o sujeito direciona para o outro seus sentimentos negativos, inocentando o Outro; recusando-se, dessa forma, a pensar e lutar para restabelecer, refazer ou criar novas estruturas sociais, sem as quais a realização das formas do reconhecimento intersubjetivo fica bloqueada.

Depois de levantado o diagnóstico da atualidade brasileira, propomos uma resposta para a pergunta de partida apresentada neste trabalho, que é: qual o lugar que o ensino de Sociologia ocupa na formação da subjetividade autônoma dos sujeitos, tendo em vista o recrudescimento da racionalidade neoliberal no Brasil, a partir da articulação do pensamento conservador e das ideias de extrema-direita, antes e após as eleições de 2018? O ensino da Sociologia promove a formação da disposição mental crítica do *sujeito autorrealizado*. Esse é alguém conscientizado no que diz respeito ao primado do reconhecimento prévio sobre todas as formas da sociabilidade humana, orientando sua conduta a partir dessa certeza. Ocorre que o princípio da concorrência, que a racionalidade neoliberal generaliza como norma de conduta, favorece o esquecimento de que o reconhecimento antecede a criação das normas sociais. O sujeito é de fato um indivíduo livre subordinado à normatividade; porém, sua autonomia é assegurada somente quando essas normas ampliam as formas do reconhecimento. Sem isso, o que temos são situações opressivas expressas nas formas da dominação, exploração e sujeição. O ensino da Sociologia contribui, sobretudo, para a busca da “restauração da intersubjetividade” (FREIRE, 2012, p. 45), pois age sobre as disposições mentais dos educandos e educandas, fomentando o deslocamento subjetivo deles da posição ingênua para a crítica. Esses sujeitos críticos e autorrealizados são justamente os indivíduos que se dispõem a inventar e a construir uma forma de segurança “que admita a diferença e autonomia, sem criar medo”⁶⁷ (LEMKE, 2017, p. 78). O medo, entretanto, é um dos elementos constitutivos do neoliberalismo. Ele seria a antessala do ressentimento, podendo ser convertido em ódio ao outro, que precisa ser segregado. A extrema-direita atua politicamente mobilizando o medo das pessoas com relação a ameaça que os “inimigos” do povo representam à ordem institucional e aos valores tradicionais, que precisam ser conservados. *Status quo* que favorece, evidentemente, a segurança das classes dominantes com seus privilégios, pondo-se, por isso, contrária às políticas que proporcionem a ampliação das formas do reconhecimento.

⁶⁷ Faremos uma demonstração, em um apêndice, de um plano de aula que visa alcançar tais objetivos.

A *reação reacionária*, colocando-se no lugar simbólico do Outro que protege, chegou ao poder assegurando aos setores conservadores da sociedade brasileira a purificação do país, garantido o cumprimento da lei e da ordem, e valorizando o esforço pessoal de cada indivíduo empenhado em vencer na vida sem a tutela do Estado provedor e interventor.

Nas aulas de Sociologia, os estudantes têm a oportunidade de utilizar sua imaginação para pensar novas formas de sociabilidade humana, que valorizem as diferenças em detrimento do medo do outro, que, por ser um igual, supostamente ameaçaria as garantias e a segurança daqueles que se beneficiam com a atual ordenação do *status quo* social. Consideramos que o ensino de Sociologia é uma forma de resistência, sobremaneira na atual contextura brasileira, marcada pela chegada da *reação reacionária* ao governo do país, após as eleições de 2018, que garantiram a vitória do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro. É nesse contexto que devemos compreender o lugar e a importância do ensino de Sociologia na formação da subjetividade autônoma do *sujeito autorrealizado*. Com a realização desta pesquisa, acreditamos que fomos capazes de fornecer, para o debate, elementos teóricos e práticos que nos permitem reafirmar o nosso discurso em favor da presença da Sociologia nas escolas, não para formar militantes, mas sim propiciar aos/as educandos/as uma compreensão da realidade social sob o ponto de vista sociológico. Ou seja: compreender que a base da sociedade está no conflito, cuja gramática é a luta por reconhecimento intersubjetivo (HONNETH, 2009). No nosso entendimento, é essa compreensão que caracteriza a autonomia do *sujeito autorrealizado*.

Considerando que o Novo Ensino Médio, articulado com o objetivo principal da BNCC de viabilizar aos estudantes o acesso aos “saberes úteis”, atende aos fundamentos da pedagogia concorrencial; que o concorrencialismo é um princípio normativo que potencializa, nos sujeitos, o esquecimento do reconhecimento intersubjetivo; e que o ensino de Sociologia, nos termos da pedagogia dialógica, ocupa o nobre lugar de promoção da formação autônoma dos indivíduos, porque traz de volta para suas consciências a percepção da intersubjetividade, pergunta-se: há mesmo a possibilidade de se ministrarem aulas de Sociologia no âmbito da educação sistematizada, já que o objetivo desse ensino é produzir a subjetividade dos *sujeitos autorrealizados*? Ou seria preciso esperar que haja o restabelecimento ou mesmo a criação de outro modelo de educação e escola que priorize o ensino de Sociologia preocupado com a formação desses sujeitos? Uma resposta para essas indagações transcende o escopo dessa dissertação; mas, seguindo a distinção que Paulo Freire fazia entre *educação sistemática* e *trabalhos educativos*, argumentamos que é possível sim desenvolver um trabalho educativo na disciplina de Sociologia dentro dos limites da educação escolar, no qual os conteúdos sociológicos, devidamente articulados com os fatos

e as situações da vida cotidiana dos estudantes, irão fornecer argumentos teóricos que justificam as lutas de resistência contra as formas da opressão.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Unesp, 2015.
- AGAMBEN, G. “O que é um dispositivo?”. **Ilha de Santa Catarina**, 2º semestre de 2005.
- BNCC**. Ministério da Educação. Documento homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U de 21/12/2017, Seção 1, p. 146.
- ALBERTI, Sonia; ERLICH, Hilma. “O sujeito entre psicanálise e ciência”. In: **Psicologia em revista**, Belo Horizonte, v. 14, nº 2, pp. 47-63, dez. 2008.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. “Neoconservadorismo e liberalismo”. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, 27-32.
- _____. “O homem certo”. **Folha de S. Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/silvio-almeida/2021/04/o-homem-certo.shtml>. Acesso em: 14 de mai. de 2021, às 11h.
- ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia: volume único**. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 2016.
- ARAÚJO, Carlos Eduardo. Da universidade de todos para poucos: do mundo dos bacharéis ao dos técnicos. **Justificando**, 5 de fev. de 2019. Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/02/05/da-universidade-de-todos-para-poucos-do-mundo-dos-bachareis-ao-dos-tecnicos/>. Acesso em: 2 de jun. de 2021, às 10:55h.
- BARROS, Romildo do Rêgo. **Compulsões e obsessões**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.
- BILENKY, Marina K. “Vergonha: sofrimento e dignidade”. In: **Ide São Paulo**, 37 [58], pp. 133-45, jul. 2014.
- BORRI, Giovanna Teixeira; BRITES, Cristina Maria; OLIVEIRA, Eliane de Cássia Rosa; SILVA, Adriana Brito. “A extrema-direita na atualidade”. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set. 2014.
- BOUDREAUX, Donald J. **Menos Estado e mais liberdade**. Barueri: Faro Editorial, 2017.
- BRANCO, Emerson Pereira et al. **A implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais**. Curitiba: Appris, 2018.
- BRENNER, Neil; PECK, Jaime; THEODORE, Nik. “Mal-estar no pós-neoliberalismo”. In: **Novos Estudos (92)**, mar. 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Um estranho casamento: neoliberalismo e nacionalismo de direita”. **A Terra é Redonda**, 2020. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2019/274.Estranho-casamento.pdf>. Acesso em: 13 de dez de 2020, às 14h.

_____. “A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?”. In: **Novos Estudos** (86), mar. 2010.

BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera. “A nova polarização nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook”. In: **Aurora: revista de arte, mídia e política**. São Paulo, v.7, nº 21, pp. 99-129, out. 2014-jan. 2015.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Campinas: Vide Editorial, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. “Adotando o ponto de vista do outro: implicações ambivalentes. In: HONNETH, Axel. **Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento**. São Paulo: UNESP, 2018, pp. 133-162.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CEPÊDA, Vera Alves. “A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais”. In: **Meditações, Londrina**, v. 23, n. 2, pp. 75-122, maio/ago. 2018.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. “Intelectuais da ‘nova direita’ brasileira: ideias, retórica e prática política”. In: **39º Encontro Anual da ANPOCS**, GT 10 – Intelectuais, cultura e democracia, 2015.

CLETO, Murilo; DORIA, Kim; JINKINGS, Ivana (orgs.). **Por gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

COSTA, Jurandir Freire. “Os sobrenomes da vergonha: melancolia e narcisismo”. In: FERREIRA, Fernanda P.; HERZOG, Regina; PINHEIRO, Teresa; VERZTMAN, Júlio (orgs.). **Sofrimentos narcísicos**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2012, pp. 09-15.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

CYFER, Ingrid. “Problema de Reconhecimento: poder, vulnerabilidade e violência”. In: MELO, Rúrion (org.). **A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça**. São Paulo: 2013, pp. 235-54.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DULLO, Eduardo. “Paulo Freire e produção de subjetividades democráticas: da recusa do dirigismo à promoção da autonomia” In: **Pro-Posições**, v. 25, nº 3 (75), pp. 23-43, set./dez. 2014.

DUNKER, Christian; JÚNIOR, Nelson da Silva; SAFATLE, Vladimir. **Patologias do social: Arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

DUNKER, Christian I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUNKER, Christian; JÚNIOR, Nelson da Silva; SAFATLE, Vladimir. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

FARAH, Bruno Leal. “Depressão e vergonha: contrafaces dos ideais de iniciativa e autonomia na contemporaneidade”. In: FERREIRA, Fernanda P.; HERZOG, Regina; PINHEIRO, Teresa;

VERZTMAN, Júlio (orgs.). **Sofrimentos narcísicos**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2012, pp. 185-206.

FERNANDES, Florestan. “O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira”. In: **A Sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1975. Originalmente publicado nos Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia, 21-27 de junho de 1954, em São Paulo.

FERREIRA, Guilherme Gomes. “Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo”. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, vol. 20, n. 36, pp. 166-178, jan./jun. 2016.

FERREIRA, Fernanda P.; HERZOG, Regina; PINHEIRO, Teresa; VERZTMAN, Júlio (orgs.). **Sofrimentos narcísicos**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2012.

FINANCIAL TIMES. “Vírus expõe a fragilidade do contrato social”. **Conversa Afiada**, 2020. Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/economia/ate-o-financial-times-desistiu-do-neoliberalismo>. Acessado em: 09 de mai. de 2020, às 10h.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010.

_____. **A arqueologia do Saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. “O Sujeito e o Poder”. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Ditos e escritos**, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FRAGA, Alexandre Barbosa; BASTOS, Nadia Maria Moura. “O ensino de sociologia na educação básica: análise e sugestões”. In: HANDFAS, Anita; OLIVEIRA Luiz Fernandes de; RIBEIRO, Adélia Maria M. (orgs.). **A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência**. Rio de Janeiro: Quartet, FAPERJ, 2009, pp. 171-186.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

_____. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’”. In: **Cadernos de Campo**, São Paulo, nº 14/15, p. 231-239, 2006.

_____. “O feminismo, o capitalismo e astúcia da história”. In: **Mediações, Londrinas**, v. 14, nº 2, pp. 11-33, Jul./Dez., 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 55ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Educação e atualidade brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREUD, S. **Sobre o narcisismo: uma introdução** (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Totem e Tabu** (Vol. XIII). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; MOTTA, Vânia Cardoso da. “Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017)”. In: **Educ. Soc.** Campinas, v. 38, nº 139, pp. 355-372, abr.-jun., 2017.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e contextos a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

GEUSS, Raymond. “Antropologia filosófica e crítica social”. In: HONNETH, Axel. **Reificação**: um estudo de teoria do reconhecimento. São Paulo: UNESP, 2018, pp. 163-176.

GONÇALVES, Mírian (org.). **Enciclopédia do Golpe (vol. I)**. Bauru: Canal 6, 2018.

HAYEK, F.A. **O caminho da servidão**. 6ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. “Uma patologia social da razão: sobre o legado intelectual da Teoria Crítica”. In: RUSH, Fred (org.) **Teoria Crítica**. Aparecida: Ideias & Letras, 2008, pp. 389-415.

_____. **Reificação**: um estudo de teoria do reconhecimento. São Paulo: UNESP, 2018.

_____. “Réplica”. In: HONNETH, Axel. **Reificação**: um estudo de teoria do reconhecimento. São Paulo: UNESP, 2018, pp. 195-212.

_____. “Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectiva na ordem moral da sociedade”. In: MATTOS, Patrícia; SOUZA, Jessé. **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007, pp. 79-93.

JÚNIOR, Ednei Soares de Oliveira; MARCOS, Cristina Moreira. “O sintoma entre a terapêutica e o incurável: uma leitura lacaniana”. In: **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 25, nº 11, pp. 17-31, 2013.

JÚNIOR, Albuquerque Durval Muniz. “A dimensão retórica da historiografia”. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes** (orgs.). São Paulo: Contexto, 2020, pp. 223-249.

_____. “Edifício em construção ou em ruínas: dos usos e abusos do pensamento de Michel Foucault na contemporaneidade”. In: PAIXÃO, Humberto Pires; SOUSA, Kátia Menezes de (orgs). **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault**: biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Intermeios, 201, pp. 209-221.

KARNAL, Leandro; Tatsch. “A memória evanescente”. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes** (orgs.). São Paulo: Contexto, 2020, pp. 09-27.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

KOLTAI, Caterina. **Totem e tabu**: um mito freudiano. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

KUENZER, Acacia Zeneida. “Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível”. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº 139, pp. 331-54, abr.-jun., 2017.

LACAN, Jacques. “O estádio do espelho como formador da função do eu”. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, pp. 96-103.

_____. “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, pp. 807-842.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEAR, Jonathan. “O meio escorregadio”. In: HONNETH, Axel. **Reificação**: um estudo de teoria do reconhecimento. São Paulo: UNESP, 2018, pp. 177-194.

LEI DE DIRETRIZES DE BASE DA EDUCAÇÃO. 11ª ed. Brasília: Edições Câmara, 2015.

LEI DE DIRETRIZES DE BASE DA EDUCAÇÃO. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

LEIA A ÍNTEGRA DOS DOIS PRIMEIROS DISCURSOS DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO. *Veja*, 1 de jan. de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 13 de jan. de 2021, às 21:20h.

LEMKE, Thomas. **Foucault, governamentalidade e crítica.** São Paulo: Politeia, 2017.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista.** 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. “Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil”. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.** 3ª ed. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2018.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe.** São Paulo, Martin Claret, 2002.

MAUTNER, Anna Verônica. “Vergonha”. In: **Psicologia Usp**, 2003, 14(2), pp. 225-29.

MELO, Rúrion (org.). **A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça.** São Paulo: 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. “A reemergência da direita brasileira”. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018, pp. 17-26.

_____. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

MINISTRO DA EDUCAÇÃO DEFENDE QUE UNIVERSIDADE SEJA “PARA POUCOS”. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em: 18 de ago. de 2021, às 20:50h.

MISES, Ludwig Von. **As seis lições.** 9ª ed. São Paulo: LVM, 2018.

_____. **Liberalismo.** 2ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

NADELSTERN, Eric. Entrevista. In: *Veja*, nº 2035, ano 2007.

NETO, José Aldo Camurça de Araújo. “A filosofia do reconhecimento: as contribuições de Axel Honneth a essa categoria. In: **Kínesis**, vol. V, nº 9, jul., 2013, pp. 52-69.

NETO, Oswaldo França. “A lei e a norma na psicanálise”. In: **Revista Psicologia e Saúde**, v. 5, nº 2, jul./dez. 2013, pp. 144-151.

NICÉAS, Carlos Augusto. **Introdução ao narcisismo: o amor de si.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. “Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica”. In: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009, pp. 7-19.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

PAIXÃO, Humberto Pires; SOUSA, Kátia Menezes de (orgs). **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2015.

QUINET, Antônio. **A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RUSH, Fred (org.) **Teoria Crítica**. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

SAAVEDRA, Giovani A.; SOBOTTKA, Emil A. “Discursos filosóficos do reconhecimento”. **Civitas**, Porto Alegre, v. 9, nº 3, pp. 386-401, set.-dez. 2009.

_____. “Introdução à Teoria do reconhecimento de Axel Honneth”. **Civitas**, v. 8, nº 1, jan.-abr. 2008.

_____. “Justificação, reconhecimento e justiça: Tecendo pontes entre Boltanski, Honneth e Walzer. In: **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, nº 1, pp. 126-144, jan.-abr., 2012.

SADER. **Que Brasil é este?: dilemas nacionais no século XXI**. São Paulo: Atual, 1999.

SAFATLE, Vladimir. “Em direção a um novo modelo de crítica: as possibilidades de recuperação contemporânea do conceito de patologia social”. In: DUNKER, Christian; JÚNIOR, Nelson da Silva; SAFATLE, Vladimir. **Patologias do social: Arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, pp. 07-31.

SANTOS, Gleicy Schommer. **Pedagogia concorrencial: uma crítica sobre o lugar estratégico da educação básica na produção de valores neoliberais**. Dissertação de Mestrado, defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Paraíba, 2020.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. “Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso”. In: PAIXÃO, Humberto Pires; SOUSA, Kátia Menezes de (orgs). **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2015, pp. 17-27.

SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

_____. **O que é conservadorismo**. São Paulo: É realizações, 2015.

_____. **Conservadorismo: um convite à grande tradição**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. **Autoritarismo e golpes na América Latina: breve ensaio sobre jurisdição e exceção**. São Paulo: Alameda, 2016.

SOBOTTKA, Emil A. “Liberdade, reconhecimento e emancipação: raízes da teoria da justiça de Axel Honneth. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, nº 33, mai./ago., 2013, pp. 142-168.

_____. “A liberdade individual e suas expressões institucionais”. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol. 27, nº 80.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

_____. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. Rio de Janeiro: Leya, 2015.

_____. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação. “Edmund Burke e a gênese do conservadorismo”. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. 4ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2020.

TAYLOR, Dianna (edição). **Michel Foucault**: conceitos fundamentais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

TELES, Bárbara Caramuru (org.). **Enciclopédia do Golpe (vol. I)**. Bauru: Canal 6, 2017.

ZIZEK, Slavoj. “Bem-vindo ao deserto viral! Coronavírus e a reinvenção do comunismo”. **Blog da Boitempo**, 12 de mar. de 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/12/zizek-bem-vindo-ao-deserto-do-viral-coronavirus-e-a-reinvencao-do-comunismo/>. Acesso em: 09 de mai. de 2020, às 10h.

APÊNDICE A – MODELO DE PLANO DE AULA

O texto base sobre o qual este plano de aula se apoia é o capítulo 4 do livro didático para o Ensino Médio *Sociologia* (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016), “O sentido do trabalho”. É um texto com mais de vinte páginas estruturado nos seguintes tópicos: 1. O trabalhador e o trabalho no mundo atual; 2. O sentido do trabalho; 3. O lugar do trabalho na vida em sociedade; 4. O labirinto do mercado de trabalho; 5. Diferenciações no trabalho. A linguagem utilizada é bem acessível e os argumentos apresentados são lastreados em dados, imagens e em fragmentos de textos de autores clássicos e contemporâneos. O texto apresenta também sugestões para debate em sala de aula e para a realização de pesquisas como proposta de avaliação da aprendizagem dos estudantes. Apresenta, por fim, algumas questões de múltipla escolha para os/as alunos/as “testarem” os conhecimentos e habilidades adquiridas. O capítulo em questão traz uma reflexão sobre os significados da categoria trabalho, mostrando que a relação trabalho/dignidade é uma construção histórica. Dessa forma, “embora o trabalho continue sendo um dos pilares sobre o qual se sustenta a nossa sociedade, outros fatores têm contribuído para o desenvolvimento das relações sociais e para a manutenção e integração das pessoas, como o conhecimento, o lazer, etc.” (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016, p. 113). Problematiza, assim, a ideia segundo a qual o trabalho necessariamente fornece o passaporte para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, seria bastante interessante iniciar a aula questionando os/as alunos/as a respeito da importância do trabalho na vida das pessoas; a relação entre educação e trabalho; o valor do trabalho; a distinção entre trabalho e emprego; quais são os critérios que definem um emprego de boa qualidade; se é justo remunerar o trabalhador de acordo com o reconhecimento social que se atribui ao emprego que ele exerce; se todo trabalho é digno; se há preconceitos e discriminações nos locais de trabalho. Em seguida, após ouvir os alunos/as, serão apresentados os objetivos do tema proposto, divididos nas quatro aulas. Importante frisar que os objetivos são pensados para os/as alunos/as. Assim, a pergunta orientadora que o professor/a deve fazer, quando estiver elaborando os objetivos, é: ao término desta aula, meu/minha aluno/a será capaz de... Os objetivos são, portanto, as habilidades que o/a professor/a pretende desenvolver em seus/suas alunos/as.

Para estas aulas sobre o sentido do trabalho, as habilidades a serem desenvolvidas são as da competência 4. A BNCC estabelece como objetivo principal dessa competência facilitar a compreensão sobre os diversos significados de trabalho em seus respectivos contextos, bem como destacar as transformações provocadas pelas tecnologias e o impacto delas nas relações

de trabalho, entre os jovens e nas futuras gerações. Sobre a centralidade da discussão a respeito das tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, afirma a BNCC:

Nessa direção, é imprescindível que a área dê continuidade, no Ensino Médio, ao desafio de dialogar com as novas tecnologias, iniciado no Ensino Fundamental. Afinal, essa é uma das marcas mais características de nosso tempo, que atinge distintos grupos sociais, mas que é especialmente intensa entre os jovens estudantes. As tecnologias digitais apresentam apelos consumistas e simbólicos capazes de alterar suas formas de leitura de mundo, práticas de convívio, comunicação, participação política e produção de conhecimento, interferindo efetivamente no conjunto das relações sociais. Diante desse cenário, *é necessário oportunizar o uso e a análise crítica das novas tecnologias, explorando suas potencialidades e evidenciando seus limites na configuração do mundo atual* [Grifos nossos].

É fazendo a análise crítica das novas tecnologias que as relações de trabalho neoliberais serão problematizadas, assim como a escola neoliberal, cujo objetivo é fornecer aos estudantes, por meio do ensino dos “saberes úteis”, as competências de adequação performática às normas do Ideal do Eu do Outro do sujeito concorrencial. Assim, com relação a primeira habilidade da competência 4, o/a professor/a trabalharia a noção de “aprendizagem flexível”, salientando a centralidade das tecnologias e mídias digitais como instrumentos de mediação da relação entre educador-educandos e entre os próprios educandos, destacando o lugar da educação no processo de constituição da subjetividade do sujeito concorrencial. Em seguida, na habilidade dois, o/a professor/a apresentaria dados com os indicadores de emprego, trabalho e renda no Brasil, após a Reforma Trabalhista, aprovada em 2017 por meio da Lei 13.467, enfatizando os números que mostram o aumento do trabalho informal e por conta própria. Aqui, o professor/a poderia propor a problematização da noção de “empreendedorismo” e fazer um recorte racial e de gênero sobre a análise desses números. Na habilidade três, o professor/a destacaria a flexibilização das leis trabalhistas e o enfraquecimento da atuação dos sindicatos devido às mudanças provocadas pela Reforma Trabalhista, explicando como essas medidas reduzem as formas do reconhecimento intersubjetivo, bloqueando a luta em favor da superação das situações de opressão e da violação dos Direitos Humanos. Seria fundamental o/a professor/a proporcionar as condições para que os/as alunos/as estabelecessem a articulação entre o desrespeito às leis trabalhistas, normalizado com a reforma, e a generalização da normatividade neoliberal no tecido social. Finalmente, ao trabalhar com a última habilidade, o/a professor/a levantará hipóteses sobre os impactos dessas mudanças sobre as gerações, em especial os jovens, e as gerações futuras.

Identificação	Docente: Exemplo de aula		
	Ano/Turma: 3ª Série do Ensino Médio	Bimestre/Trimestre: 2º Bimestre	Carga horária: 50min - 3h (4 aulas)
	Tema da aula: O sentido do trabalho		
	Área do conhecimento (BNCC):		
	<input type="checkbox"/> Linguagens	<input checked="" type="checkbox"/> Ciências Humanas	
	<input type="checkbox"/> Matemática	<input type="checkbox"/> Ensino Religioso	
<input type="checkbox"/> Ciências da Natureza			
Componente curricular (BNCC): Sociologia			
Competências específicas a serem desenvolvidas nesta aula (de área do conhecimento e componente curricular) (BNCC):			
4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.			
Habilidades a serem desenvolvidas nesta aula (BNCC):			
(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços e contextos.			
(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.			
(EM13CHS403) Caracterizar e analisar processos próprios da contemporaneidade, com ênfase nas transformações tecnológicas e das relações sociais e de trabalho, para propor ações que visem à superação de situações de opressão e violação dos Direitos Humanos.			
(EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens e as gerações futuras, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.			

Encaminhamento metodológico (<i>metodologia ou didática</i>)	<p>Objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capital humano • Aprendizagem flexível • Sujeito concorrencial • Alienação • Mercado de trabalho • Empreendedorismo • Emprego • Trabalho • Desigualdades de gênero e raça <p>Conhecimento prévio necessário: Espera-se que os alunos/as já tenham estudado o neoliberalismo e consigam estabelecer alguma relação entre trabalho e dignidade; trabalho e exploração; trabalho e desigualdades.</p>
Recursos	<p>Materiais, tecnologias e recursos utilizados:</p> <p>Livro didático, computador ou <i>tablet</i> com acesso à internet e projetor.</p>
Procedimentos e Atividades avaliativas	<p>Aplicação/Fixação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Contextualizar o tema, questionando os/as alunos/as a respeito da importância do trabalho na vida das pessoas; a relação entre educação e trabalho; o valor do trabalho; a distinção entre trabalho e emprego; quais são os critérios que definem um emprego de boa qualidade; se é justo remunerar o trabalhador de acordo com o reconhecimento social que se atribui ao emprego que ele exerce; se todo trabalho é digno; se há preconceitos e discriminações nos locais de trabalho. 2. Ouvir e analisar a letra da música “Capitão de indústria” dos compositores Marcos Valle e Paulo Sérgio Valle na interpretação da banda Os Paralamas do Sucesso, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=D7ZD13xfQy4. Por meio dela, é possível promover um debate sobre o significado de trabalho alienado; a concorrência entre os próprios trabalhadores no ambiente de trabalho; o conflito entre ser, ter e fazer proporcionado pelo trabalho alienado; e a “invasão” das tarefas laborais, facilitada pelas tecnologias digitais, no espaço da casa e nos momentos de descanso.

3. Apresentar os objetivos das aulas: 1. Identificar os objetivos da “aprendizagem flexível”; 2. Analisar o papel da escola na formação da subjetividade do sujeito concorrencial; 3. Ler indicadores de trabalho, emprego e renda; 4. Conceituar empreendedorismo; 5. Explicar os impactos da Reforma Trabalhista e como ela reduz as formas do reconhecimento intersubjetivo; e 6. Refletir sobre o impacto das mudanças nas relações trabalhistas entre os jovens e sobre as futuras gerações.

4. Dividir aos/as alunos/as em grupos. Explicar que eles irão realizar uma pesquisa sobre o avanço da agenda neoliberal sobre a educação e as relações trabalhistas e os impactos sobre os jovens que ingressarão ou já estão no mercado de trabalho. Eles e elas debaterão, nos grupos, essas questões e a atualidade brasileira no que diz respeito ao tema do trabalho e do emprego para propor sugestões para a seguinte questão: diante dessa atualidade, o que fazer, como fazer, com quem fazer e por que é preciso fazer algo nas escolas?

Síntese/Avaliação:

Será proposta a realização de uma pesquisa em sites e livros sobre os conteúdos trabalhados nas aulas, cujos resultados serão socializados em sala de aula como forma de avaliação da aprendizagem de cada estudante. Os estudantes deverão trazer dados sobre a atualidade brasileira no que diz respeito a emprego e renda; além de propor e justificar a realização de um projeto a ser apresentado na escola. Esse projeto deverá ser desenvolvido em parceria com entidades que lutam em favor da ampliação das formas do reconhecimento intersubjetivo.